

visitação

**O ARQUIVO:
MEMÓRIA E PROMESSA**



Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475-1542), *Visitação*, c. 1506-1511, Museu de Lamago (pormenor).

APRESENTAÇÃO

Propor uma História da SCML contada a partir do acervo do Arquivo Histórico foi intencional. Sugeriram-me outros temas mas fiz questão de que fosse este o tema da exposição com que se inaugura a Galeria de Exposições Temporárias: a história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Que melhor tema poderia haver?

O Arquivo Histórico da Santa Casa é o guardião da identidade da Instituição e os verdadeiros tesouros que escrupulosamente preserva são a raiz que nos permite saber quem somos e continuar a crescer e a renovar a nossa Missão, fiéis ao Compromisso assumido há 516 anos, de levar a esperança àqueles a quem por vezes a vida retirou já tudo o mais.

Na altura em que comemora os seus quinhentos e dezasseis anos e num momento da vida Nacional em que a erosão do tecido social torna mais do que nunca pertinentes os objetivos a que nos propomos, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição moderna, dinâmica e multifacetada, que impregna quotidianamente a vida dos portugueses em geral e dos Lisboaes em particular e que todos julgam conhecer.

Em tempo de virtudes mediáticas, a esta notoriedade não corresponde no entanto o devido conhecimento da sua História e Património nem, consequentemente, o devido reconhecimento por uma obra notável em tantos domínios do saber e do bem-fazer, às quais temos o dever de prestar homenagem.

Daí termos escolhido o Arquivo Histórico como ponto de partida, testemunha silenciosa que é de uma caminhada ininterrupta e ímpar, que todos os que passam por esta Casa são chamados a percorrer. Não se espere uma narrativa submetida à história oficial, deliberadamente pretendeu-se fazer caminho seguindo de perto os testemunhos de gente anónima e desprotegida, dando-lhes voz e protagonismo.

Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa será uma leitura, feita hoje, uma *visitação* que nos leva, precisamente, a entender o Arquivo como memória viva, contendo em si sinais e promessas que interpelam.

Acreditamos que esta viagem de quinhentos e dezasseis anos ainda agora começou e que continuaremos a ser capazes de reinventar, no futuro, esta herança de que muito nos orgulhamos e vos convidamos a visitar.

PEDRO SANTANA LOPES

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

APRESENTAÇÃO

Foi com o maior entusiasmo que abraçámos este desafio, lançado pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de organizar uma exposição relativa à História desta Instituição, por ocasião das comemorações dos seus 516 anos.

No momento inaugural da nova Galeria de Exposições Temporárias da Santa Casa, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* é a exposição com que a Misericórdia de Lisboa promove o encontro entre a sua história secular e a arte contemporânea.

Tendo como inspiração o acervo do Arquivo Histórico da Misericórdia, e muito em particular as séries documentais relacionadas com as “Crianças Expostas”, os “Presos e Cativos”, a Saúde e o Apoio Social, o olhar do fotógrafo Daniel Blaufuks, do cineasta Pedro Costa e do compositor João Madureira criam novas leituras sobre alguns dos momentos mais marcantes da Instituição, apresentando-as, pelo génio artístico e numa linguagem moderna, ao olhar do *visitante*.

Com curadoria de Paulo Pires do Vale, esta exposição, à margem da ideia de uma mostra retrospectiva, antológica ou historicista sobre a Misericórdia de Lisboa, pretende antes, como já propunha Robert Bresson, deixar que o todo se adivinhe através das suas partes. E adivinhar o todo é aqui intuir a grandeza de uma instituição singular, pioneira nos cuidados e profundamente humanista desde a sua génese, agora revelada nas novas interpretações que o seu património documental suscitou aos artistas em presença.

Na certeza de que, como também sugeria Bresson, *criar é estabelecer relações novas entre pessoas e coisas que existem*, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* parte da riqueza do passado da Misericórdia de Lisboa e da sua história de amparo, juntando-lhe, no presente da criação artística, um futuro pressentido na continuidade da sua Missão.

E a par daquela que é considerada a Missão Maior – o auxílio ao “outro”, inscrito no código genético da Santa Casa desde a sua fundação pela rainha D. Leonor, em 1498 – o investimento na Cultura ganha hoje cada vez mais peso. Pela mão da atual Administração e em sinal disso, a nova Galeria de Exposições Temporárias abre portas. Espaço próprio para a promoção de novas reflexões – para *provocar curiosidades*, também no dizer de Bresson – a nova Galeria assume-se como território de encontro entre o passado e o futuro, encontros possíveis no momento único da experimentação artística, presente fecundo para o questionamento do indivíduo e do(s) mundo(s) em que habita.

Numa lógica de circularidade temporal, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* une, indelevelmente, a tradição e a História da Santa Casa aos olhares contemporâneos de quem marca caminho nas vanguardas artísticas. Entendendo a Cultura como elemento de promoção do Homem ao serviço do conhecimento de si e do “outro”, seu semelhante, é pois com particular satisfação que a Misericórdia de Lisboa oferece o seu passado e o seu presente de excelência, recriados nas obras de Daniel Blaufuks, Pedro Costa e João Madureira e aqui dadas à fruição.

Pensando todo este projecto numa lógica de equipa, resta ainda agradecer a todos, e são muitos, os que pelo seu generoso empenho contribuíram para a realização desta exposição, nomeadamente às Instituições que gentilmente cederam obras que muito enriqueceram o acervo que agora se apresenta e à Lusitânia Seguros, nossa parceira em mais esta iniciativa cultural.

Uma última palavra de agradecimento para a equipa do Departamento de Gestão Imobiliária e Património, nomeadamente a sua Directora Helena Lucas, pelo trabalho desenvolvido, que permitiu a reabertura desta Galeria de Exposições Temporárias.

MARIA MARGARIDA MONTENEGRO

Diretora da Cultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 110 x 160 cm, 2014 (pormenor).

VISITAÇÃO E ERRÂNCIA: EXPOR-SE AO ARQUIVO

para José Mattoso

O historiador é um profeta virado para trás.

F. Schlegel¹

*Em história tudo começa com o gesto de pôr de parte,
de reunir, de transformar em documentos certos objectos
distribuídos de outro modo.*

M. de Certeau

1. O resto

Esta exposição propõe uma relação com um arquivo. Com o *rasto* que o passado deixa na sua passagem. Por esse motivo, a história segue um “paradigma indiciário”², o *rasto* permite um modo de conhecimento *indirecto*, como na medicina: através dos sintomas chega-se à patologia. Mas o médico ainda analisa algo presente, ao passo que o objecto da história já não existe – aquilo a que temos acesso é ao *resto*. É desse *resto*, é desse *rasto*, que trata esta exposição. Como a história, ela é a introdução de uma falha no presente, porque os *vestígios* remetem para algo que falta, reenviam a um ausente. A história – e esta exposição, assumindo esse modelo como inspiração – é, segundo Michel de Certeau, a *prática do desvio*.

Cedo percebi que não iria fazer uma exposição com a pretensão pedagógica de contar a história dos 516 anos da Misericórdia de Lisboa. Centrei-me naquilo que é, em relação a esta instituição, o mais específico e o mais intemporal: o desejo de realização das 14 *Obras de Misericórdia*, que surgem identificadas no *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* como o seu ideário. Parti desse núcleo para escolher documentos do Arquivo que mostrassem como se cumpriu ou realizou essa intenção ao longo da história: sem o desejo da exaustividade, antes seguindo o modelo da exemplaridade. Desse modo, não seguindo uma narrativa histórica, esta exposição enraiza-se, no entanto, na história e na nossa comum condição histórica, investigando a nossa relação com o passado e o modo de seleccionar, conservar e classificar os documentos que se tornam prova ou testemunho de um *outro* ausente – e um *outro* que, segundo os ensinamentos dos pioneiros da Nova Histó-

1. Fragmento 80, tradução inédita de Bruno Duarte, a quem agradeço a generosidade e o rigor - Friedrich Schlegel, *Fragmentos*, seguido de *Sobre a incompreensibilidade*. Apresentação, tradução e notas de Bruno Duarte. Lisboa: Documenta, 2014 (no prelo).

2. Carlo Ginzburg, *Mythes, emblèmes et traces. Morphologie et histoire*. Paris: Flammarion, 1989, p.154.

3. Fundada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre.

4. José Mattoso, *A Escrita da História*. Teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.21.

5. António Vieira, *História do Futuro*, vol. I. Lisboa: Sá da Costa Editores, 2008, p.139.

ria, os fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*³, deixou de ser apenas o Rei ou os poderosos, as batalhas determinantes ou a data de dedicação de uma catedral, o facto glorificante ou o acontecimento político extraordinário, e passou a ser aquele que até aí era o “sem história” - aqueles a quem a Misericórdia serve. Essa mudança, essa democratização do objecto da história, é determinante na construção desta exposição.

2. História e profecia

Olhar para trás, para o passado, não significa dirigir o olhar em direcção ao morto. Como escreveu José Mattoso: “A observação do passado não se destina a um macabro trabalho de desenterrar os mortos. Não é uma viagem ao reino das sombras, nem pode resultar por uma predilecção bafienta pelo que o tempo esterelizou. O que está morto, está morto. De facto, só me interessam as coisas vivas, que me interpelam, que se metem comigo”. E se compreendermos bem isso, não estranharemos que este ilustre medievalista afirme: “só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo. Quero com isto dizer que só me atrai no passado aquilo que me permite compreender e viver o presente”⁴. É por isso que a história é um modo de compreensão do *mundo* e não apenas do passado. Ela deve ajudar a orientar no horizonte que é ou será o nosso. São as nossas possibilidades - os *meus* horizontes do possível - o que procuramos na pesquisa histórica. Devemos retomar da História o que dá vida, o que permanece vivo. As promessas que nela estão por cumprir. O esquecido, negligenciado ou recalçado e que pode ser vital. Revitalizante. Como escreveu Pe. António Vieira no livro *História do Futuro*: “Muitas novidades se verão nesta nossa História, não novas por novas, senão novas por antiquíssimas”⁵. O pretérito nunca é perfeito. Por isso, a história como ciência é uma tarefa infinita.

Esta exposição é devedora dessa relação com o passado – de uma história que se descobre *profecia*: revela-nos a nós próprios e aponta o por vir.

3. Memória e identidade

Não se pode fazer história sem o rasto, sem as marcas, os vestígios que encontramos no presente de um passado já ausente. E, por isso, a importância dos arquivos: da colecção, da catalogação, do inventário, da listagem.

Antes de existirem arquivistas, os gregos instituíram o *mnemon*, uma pessoa com função social de memória: aquele “que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão

da justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de memória está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda “em vista de *lembrança* e *testemunho*”. Mas pode ser também uma função durável. (...) Os *mnemon*es são utilizados pelas cidades como magistrados encarregues de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas “memórias vivas” transformaram-se em arquivistas”⁶.

Uma outra referência, de carácter mitológico, à função do *mnemon* é aqui útil para pensarmos a importância do arquivo: “na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte”⁷. Se pensarmos a morte como a *perda da identidade*, percebemos esta função identitária do *mnemon*, da memória-viva, daquele que tem por função lembrar-nos o passado ou uma promessa por cumprir.

Sobre esta relação entre memória e identidade, o exemplo de D.Manuel, o rei que fundou a Misericórdia de Lisboa, a pedido de sua irmã D.Leonor, é sintomático: a importância do arquivo na identidade e formação nacional fica patente na referência que D.Manuel faz à Torre do Tombo, e ao seu trabalho, no seu testamento⁸. Durante todo o seu reinado, houve um cuidado com a guarda dos documentos nacionais – de que os códices da Leitura Nova e a nomeção de guardas-mores como Rui de Pina e Damião de Góis são exemplo – D. Manuel revelou um “cuidado em preservar, ordenar e solenizar os seus documentos”⁹.

O arquivo é, assim, forma de identificação. Olhar para um arquivo é olhar para uma identidade em construção – neste caso, a da Misericórdia de Lisboa. Por isso, o material que seleccionei ajuda a contar uma parte dessa história - porque a identidade é uma narrativa, sempre inacabada. Mesmo que não seja uma exposição histórica, está cheia de histórias, de acontecimentos, de vidas que se cruzaram com esta instituição ao longo dos séculos. Tornou-se, assim, numa exposição de narrativas.

4. O serviço ao rosto

Esta exposição não é sobre um arquivo em abstracto, ou sobre “os arquivos” e a importância que têm para a Nova História ou para a arte contemporânea (e muito se tem escrito e exposto sobre esse assunto nos últimos anos, o que merecia uma reflexão mais profunda). Este Arquivo e esta exposição pensada a partir dele, pretendem dar a ver o trabalho que a Misericórdia de Lisboa realiza deste o seu início: o serviço,

6. Jacques Le Goff, “Memória” in *Enciclopédia Einaudi*. 1. *Memória – História*. Lisboa: INCM, 1984, p.20.

7. Ibidem, p.20.

8. José Mattoso, *A escrita da História*, p.94.

9. Ibidem, p.84.

10. Sobre o rosto ver também Jean-Luc Marion, *De surcroît*. Paris: PUF, 2001, p.143. Ver também Paulo Pires do Vale, “Da excedência” in João Jacinto, *Tendas no deserto*. Lisboa: Fundação Carmona e Costa / Assírio & Alvim, 2010.

nas necessidades materiais e espirituais do homem. Por isso, antes de entrarmos na Galeria de Exposições Temporárias, ainda na Igreja de São Roque, duas projecções do realizador Pedro Costa, *Filhas do Fogo*, dão-nos a ver, na grandiosidade barroca da Igreja, na sua dispersão e ornamento, a humanidade do rosto. A sua fragilidade. Convocam o homem para o transepto da igreja, como se lhe acrescentasse dois altares laterais, não para o idolatrarem, mas para o apresentar na sua carnalidade individual. Na sua existência única. E aí sim, na sua singular e radical individualidade, nesse carácter insubstituível de cada rosto, a redescoberta do que é comum a todos. E faz sentido estarem aqui: Santo Ireneu, no sec. II, indicou a centralidade do homem para a Igreja nesta frase: “a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus”.

Aqueles corpos, aqueles rostos, como lembrou Levinas, são o verdadeiro Sinai, a revelação do decálogo - e a lei-síntese de todas as obras de misericórdia. Nestes rostos, estão todos os rostos da história – estamos nós. Despojados e nus. Desarmados. O rosto, a sua presença, é a verdadeira Lei. Menos como interdito, mais como promessa de bem-aventurança. Um rosto não pode nunca ser constituído em objecto/fenómeno. Recusa-se. Confronta-nos. Devolve o olhar: é visto e vê. Levinas mostrou como não olhamos um rosto como outra coisa qualquer: não é um *espectáculo* como outro. E portador de uma mensagem: “Não matarás!”. Mas que poderemos substituir por outras: “torna-te naquele que és!”, “ama-me!”, “age de modo que a tua acção...”, “Não faças ao outro o que não gostes que te façam a ti”... O rosto é apelo. O que nele excede é isso: um apelo. Um pedido de respeito¹⁰.

Expor o humano no coração de uma igreja, é apenas a redundância que possivelmente não se percebe como tal. Os ornamentos barrocos e o brilho do ouro não deviam esconder o que no cristianismo é central: a novidade de um Deus despojado de si mesmo, esvaziado de si, que se expõe como homem para servir o homem. Talvez por isso a herança que deixou foi a proposta de ir ao encontro do outro. Uma forma de visitação.

Esta exposição retomará várias vezes esta dimensão do humano na sua realidade histórica, na sua individualidade. Não a dos grandes e poderosos que foram tantas vezes o centro da narrativa histórica, mas a daqueles que foram esquecidos pela história oficial. Colocar estas imagens, estes rostos, estas pessoas no início desta exposição é afirmar um programa: dar voz e lugar a tantos anónimos que estão na base e no centro do trabalho desta instituição, nomes desconhecidos e vidas esquecidas, que aqui ganham uma centralidade e são colocados ao lado de D.Manuel ou Grão Vasco, D. Leonor ou Brueghel. Como reconheceu Le Goff sobre a Nova História:

“os progressos da democracia levam-nos a procurar mais o lugar dos “pequenos” na história, a colocarmo-nos ao nível da vida quotidiana”¹¹.

Durante muito tempo, os historiadores ao seleccionarem os documentos, seleccionavam os que julgavam dignos de ser transmitidos: a história dos grandes acontecimentos, a biografia de grandes chefes ou heróis, acontecimentos militares ou diplomáticos. Hoje, a história faz-se da atenção a tudo e a todos: a história da alimentação, a história da sexualidade e da família, a história da infância, a história da morte, história das mentalidades, daquilo que ficou nas margens da grande História. Uma história dos *sem-história*.

Nada melhor que retomar as palavras eloquentes de Michel de Certeau, e que diz sobre o historiador o que eu gostaria de poder afirmar sobre o curador no seu trabalho de pensar/fazer uma exposição: “O historiador já não é o homem que quer construir um império. Já não visa o paraíso de uma história global. (...) Trabalha nas margens. Nessa medida, tornou-se um vagabundo. Numa sociedade que favorece a generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, dirige-se em direção aos movimentos de grandes áreas subjugadas. Ele “faz um desvio”, em direção à bruxaria, à loucura, à festa, à literatura popular, ao mundo esquecido do camponês, à Occitânia, etc, que são todas zonas silenciosas”¹².

5. O Compromisso

Colocar no início a instalação de Pedro Costa, dois rostos silenciosos, entrar na exposição por uma Igreja que expõe o homem, é definir o que, desde o início, Dona Leonor colocou como programa da Misericórdia de Lisboa: o serviço à dignificação humana, de todos os homens. E por isso, na Galeria, depois de dois exemplares distintos do *Compromisso* e a identificação aí presente das obras de misericórdia e da imagem consoladora do manto protector de Maria, encontramos uma pintura de Bruegel, *As obras de misericórdia*, uma *Bacia de lava-pés* do séc. XVII e *O Bom Samaritano*, de um anónimo caravagesco do sec. XVII – pintura que foi já atribuída a Ribera. Estas peças oferecem um contexto visual, religioso e intelectual para aquilo que no *Compromisso* é indicado como propósito da Instituição: o serviço ao próximo.

O Mestre inverte os papéis e lava os pés aos discípulos; o samaritano ajuda aquele que os sacerdotes não ousaram tratar porque era dia santificado e não queriam ficar impuros para o serviço religioso no templo. O cristianismo coloca em causa as noções estabelecidas de sagrado e de profano, de puro e de impuro, e nessa subversão apresenta um Deus que se esvazia de si mesmo, do seu poder divino, e se torna o mes-

11. Jacques Le Goff, “História”..., p.181.

12. Michel de Certeau, *L’écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 2007, p.109 – agradeço a Maria João Branco e a Marta Wengorovius a ajuda na tradução e o debate sobre esta citação.

13. Podemos aqui fazer um paralelo com o trabalho do historiador, como afirma Le Goff: “a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinadas imagens de si mesmas. No limite, não existe documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo.” J. Le Goff, “Documento/Monumento” in *Enciclopédia Einaudi...*, p.103.

14. Buchalski, Konarsky e Wolff cit por Krzysztof Pomian, “Colecção” in *Enciclopédia Einaudi...*, p.53.

15. Cfr Paul Ricoeur, *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000, p.212.

tre que serve, um messias paradoxal: que reina servindo, que salva morrendo. Que coloca o desprotegido, a criança, o marginal, a prostituta, o malcomportado no centro da sua atenção – e não o poderoso, puro e são. Onde se presta o verdadeiro culto? Onde se identifica o santo? Onde está Deus? A valorização do presente, do incógnito, do indivíduo e a destruição das antigas fronteiras entre o sagrado e o profano, são o centro da mensagem evangélica: o reino de Deus não é uma realidade originária perdida ou materializada numa Lei inalterável dada aos antepassados, nem um tempo futuro que virá no fim dos tempos. O reino está já no meio de vós, é a mensagem. E quem fizer o bem a uma simples criança ou doente ou preso ou pobre, é ao próprio Deus que o faz. É aqui que radica o *Compromisso* e o desejo de realizar as obras de misericórdia. Uma subversão que implica o reconhecimento da nossa igual condição de irmãos e da comum dignidade de todos - mesmo dos condenados à morte por crimes abjectos.

No Arquivo Histórico, encontramos documentação que ajuda a reconstruir as respostas que a Misericórdia deu, em cada tempo, para cumprir o seu programa inicial – sem esquecer que o terramoto de 1755 destruiu muito material, apagou muitos traços. Como se materializou, incarnou, esse propósito escrito? Visitemos o Arquivo.

6. Arquivacção

O Arquivo é, a um tempo, um lugar físico e um lugar social. Cumpre uma missão insitucional de guardião da memória e identidade – ou melhor, de construtor dessa memória e identidade, porque o seu papel nunca é neutro¹³.

O Arquivo é a “instituição destinada a pôr em segurança, recolher, classificar, conservar, guardar e tornar acessíveis os documentos que, tendo perdido a sua antiga utilidade quotidiana e considerados por isso supérfluos nas repartições e nos depósitos, merecem todavia ser preservados”¹⁴. Ou seja, o arquivo implica: 1. O desejo de preservar as marcas/testemunho de uma instituição no tempo (consciência histórica); 2. A organização sistemática do fundo colocado de parte – fisicamente e de modo lógico (operação de taxonomia); 3. A possibilidade de consulta do fundo, mediante regras de acesso¹⁵. Seleccionar, preservar, classificar e facilitar o acesso. Mas tudo começa “com o gesto de colocar à parte, de reunir”¹⁶, de coleccionar. De escolher o que merece ser preservado – e que varia ao longo da história. O que é considerado histórico ou com valor histórico, varia ao longo do tempo. Muitos documentos, que hoje consideraríamos fundamentais, foram destruídos em determinadas épocas, sem hesitação, porque não foram considerados importantes ou valiosos. Isso de-

monstra como a escolha do que se deve coleccionar, torna as colecções e os coleccionadores, os arquivistas, em decisores da história a fazer. E isso depende, em cada tempo e lugar, de uma conjuntura e contexto: o que coleccionar, como e porquê?

A mudança metodológica no *fazer/escrever da história*, que alterou também os arquivos, conduziu a uma *revolução documental*. Os documentos não são apenas textos ou escritos: os historiadores da Nova História, a partir da revista *Annales*, insistiram na necessidade de ampliar a noção de documento e de, como afirmou Lucien Febvre, “fazer falar as coisas mudas”¹⁷. Em 1949, o mesmo historiador afirmou que a história “faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e ervas daninhas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, actividade, gostos e maneiras de ser”¹⁸. É preciso questionar a história sobre os hiatos, as lacunas, os espaços em branco da história, como afirma Le Goff: “Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos”¹⁹.

Retomando as palavras de José Mattoso: “Os arquivistas são, portanto, aqueles que aceitaram a enorme e importantíssima tarefa de domesticar essa hidra de sete cabeças que os resíduos materiais da burocracia moderna incessantemente alimentam. Pretendem impedir que a sua torrente irrepri-mível se torne inundação caótica e destruidora. Querem torná-la, em vez disso, água disciplinada e fecundante da sociedade em que vivemos.”²⁰ Domesticar a hidra, controlar a corrente, de modo que o arquivo se torne fecundo e depois tornar esse manancial acessível: essa foi também a minha função como curador que olha para o arquivo para fazer, com uma mínima parte dele, uma exposição. Tal como em história, e parafraseando Certeau, uma exposição também começa com o gesto de *pôr de parte*, de reunir. E de transformar em material capaz de ser exposto, aquilo que durante muito tempo não recebeu tal dignidade.

7. Expor o arquivo

Aprendendo com os historiadores, nesta exposição o documento ganha um sentido aberto: obras de arte, cartas, relatórios, listagens, albuns de fotografias, filmes documentais, objectos de farmácia... tornam-se a matéria viva que,

16. “Em história, tudo começa com o gesto de pôr à parte, de reunir, de transformar assim em “documentos” certos objectos distribuídos de outro modo. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade consiste em produzir tais documentos, pelo facto de os recopiar, transcrever ou fotografar esses objectos alterando a um tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como fazemos em física, e em “desnaturar” as coisas para as constituir em peças quevêm preencher as lacunas de um conjunto colocado a priori. Ele forma a “colecção”. Ele constituiu as coisas em “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard; ele exila-os da prática para estabelecê-los como objectos “abstractos” de um saber. Longe de aceitar os dados, ele constitui-os. O material é criado pelas acções concertadas que recortam no universo do uso (...)” M. Certeau, *L’écriture...*, p.100.

17. Lucien Febvre cit in J. Le Goff, “Documento/Monumento”..., p.98.

18. Lucien Febvre cit in J. Le Goff, “História” in *Enciclopédia Einaudi...*, p.219.

19. Ibidem, p.220.

20. José Mattoso, *A escrita da história*, p.77.

21. No caso da curadoria, destaco a exposição de George Didi-Huberman, *Atlas. Como llevar el mundo a cuestras?* Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2010.

22. Sobre a diferença entre Arquivo e Atlas, cfr Georges Didi-Huberman, "Atlas. Inquieta gaya ciencia" in *Atlas. Como llevar el mundo a cuestras?*, p.187.

colocada em relação, retirada do seu contexto habitual, desviando-a, ganha outros sentidos. Esta exposição procura dar a ver a variedade contemporânea da noção de documento – e do que é arquivado: filmes super8, documentos, gravuras, mapas, livros, objectos, tecidos, medalhas, fotografias, relatórios, listagens, documentos digitais...

O arquivo é uma selecção, ainda que ampla. Uma exposição sobre o arquivo é uma selecção da selecção. Um corte e interrupção naquilo que no arquivo é uma continuidade. A exposição faz-se do descontínuo. Como mostrar a multiplicidade, recorrência e a repetição, comuns nos arquivos, e ao mesmo tempo a exemplaridade? De que forma apresentar o arquivo como colecção de colecções e a importância da serialidade de determinados conjuntos?

Tal como os arquivistas e os historiadores, que trabalham séries e as classificam, muitos artistas nos anos 60-70 foram atraídos pela serialidade. Pela repetição (que nunca o é) ou a recolha, mais ou menos exaustiva, sobre um tema ou motivo. Uma forma de catalogação, listagem ou inventariação. Retomei essa estrutura para a apresentação de alguns dos elementos desta exposição. O olhar que lancei sobre o arquivo foi determinado não apenas pelo passado que aí está guardado, mas reconhecendo a dívida dos meus olhos a muitas obras de artistas, filósofos, historiadores e curadores contemporâneos²¹.

O arquivo é, para um investigador ou um curador, uma proposta de errância. Ele é um campo aberto à errância. Implica um saber perder-se. Não ter ideias definidas à partida. Esse apriorismo nega a possibilidade do encontro com o inesperado. Mas o investigador, ou curador, tem que saber lidar com o aparentemente inesgotável. E não sucumbir debaixo dessa massa incontável de documentos, de histórias, de possibilidades. O arquivo é um labirinto borgeano – é preciso um fio que nos guie de volta à saída.

O espaço de uma exposição e o seu propósito, dar a ver, implica lutar contra a aparente recusa da escolha que o arquivo é. Na verdade, como vimos, o arquivo implica já uma selecção e escolha de qual o material a arquivar, mas o corte operado pela exposição é tremendamente maior – e angustiante. O arquivo apresenta o inabarcável, a acumulação compactada, como programa, a exposição tem que propor um sistema abarcável e uma orientação²². De algum modo, agudiza o que o arquivo já é: selecção, tratamento, classificação e disponibilização de material. É também isso uma exposição – mas sem o peso do intratável, do incomensurável, do exagero que é a massa de informação que pressentimos num arquivo. Como escreveu Georges Didi-Huberman sobre a relação entre o arquivo e o atlas: "o arquivo pede-nos, certamente, para afrontar a questão do inesgotável e do insondável. Mas o atlas, pelas

suas próprias opções – ou mais exactamente, pelas suas montagens – torna visíveis o inesgotável e o insondável enquanto tais."²³ Uma questão de visibilidade: de acessibilidade e percepção mais imediatas. Deve permitir abarcar as diferenças e a estranheza, sem apagar a inquietude do múltiplo: e por isso, o seu movimento perpétuo de interpretação, de sentidos sempre novos que a montagem ou remontagem propicia.

O que se mostra numa exposição sobre o arquivo é, então, sintoma de algo maior. Do que fica ausente – como na relação com o passado através dos seus vestígios. A exposição de um arquivo tem que lidar com a falha, com a falta, com a ausência nesse sentido: não pode pretender a exaustividade nem uma pretensa perfeição, contar tudo ou mostrar tudo. Uma exposição é um expor-se na fragilidade dessa impossibilidade. Por isso, o que se mostra, é um sintoma de algo incomensuravelmente maior – peso sob o qual a exposição não pode colapsar. Fazer uma exposição sobre um arquivo é dar a ver as lacunas que formam todos os arquivos, mesmo que a quantidade e a multiplicação o pretenda esconder e o desejo seja totalizante. Uma exposição é um dispositivo crítico: um espaço de fruição e análise. Espaço de experiência física e de pensamento. Só a descontinuidade, o corte naquilo que é contínuo nas prateleiras e gavetas do arquivo, podem permitir a abertura desse espaço. Uma exposição necessita de vazios. São eles que criam o(s) sentido(s). Um conhecimento pela montagem – como percebeu Didi-Huberman, reflectindo sobre o exemplo do *Atlas* de Aby Warburg.

No caso desta exposição, escolhemos documentos de áreas em que ficam claras algumas respostas que a Misericórdia deu ao longo do tempo para cumprir o seu objectivo inicial. Nos impressionantes Sinais dos Expostos, dos séc. XVIII e XIX, relativos às crianças que a Misericórdia acolheu; no filme da inauguração e festa de uma casa de acolhimento de menores, nos anos 60; no filme sobre o trabalho realizado, também com crianças, por assistentes e educadores da Santa Casa num bairro degradado de Lisboa nos anos 70. No tratamento dos doentes, desde o Hospital de Todos os Santos, aberto no séc. XVI, e que aqui evocamos com um jarro do séc. XVII, com a marca dessa instituição; preocupação que fica clara no documento imediatamente posterior ao terramoto de 1755 - que fez ruir esse hospital - e onde fica expressa a necessidade urgente de abrir um novo, e fazer o rol de camas, colchões e lençóis necessários; no livro de acentos dos médicos e cirurgiões da Instituição num período do séc. XIX; passando pelo Álbum com extraordinárias e inquietantes fotografias de próteses, de meados do séc. XX, proveniente do Hospital Ortopédico de Sant Ana; até ao material mais recente do projecto de investigação em neurociências a que a Santa Casa atribuiu o prémio

23. *Ibidem*, p.187.

que distingue a investigação nessa área da ciência médica – e deste modo, criamos a possibilidade de um olhar abarcante sobre a história destes 516 anos, desde o primeiro hospital da Misericórdia até à actuação mais recente no apoio à investigação científica. Seleccionamos também material relativo ao apoio aos mais pobres – a multiplicidade de fotografias que fazem parte de um relatório de 1959 sobre os locais de produção e distribuição da “Sopa dos Pobres”, as instalações e as pessoas em filas de espera. Damos a ver, também, documentos relativos a uma área de actuação menos conhecida: a do apoio material ou jurídico aos presos e condenados à morte; os documentos relativos ao resgate dos cativos nas guerras, e os valores envolvidos nessas negociações; ou a indicação de outra função, a celebração de exéquias e funerais. Um núcleo de Cartas de Guia, que dão a conhecer o apoio que as várias Misericórdias do país davam aos necessitados que precisavam de fazer uma viagem, e o modo como eram recebidos e apoiados pelas Misericórdias das localidades por onde passavam ao longo desse percurso.

Intitular esta exposição *Visitação*, com a polissemia que a palavra ganha neste contexto de revisitação do arquivo e da história, é forma de chamar a atenção para outro facto: o dia da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Isabel, celebrado anteriormente no dia 2 de Julho, é o dia da festa da Misericórdia de Lisboa. Mas esta é também uma imagem muito poderosa e fértil para pensar o papel desta Instituição: ir ao encontro. Num núcleo final, antes da série inédita de fotografias de Daniel Blaufuks, pontifica a *Visitação* de Grão Vasco, de 1506, onde o movimento de encontro se torna materializado, e onde o panejamento dos vestidos e véus, nas suas dobras e redobras, dá a ver também o dinamismo exultante desse abraço cheio de promessa – no ventre das duas primas, crescem já os seus inesperados filhos, João Baptista e Jesus Cristo. O encontro é sinal de um excesso que nele fica em segredo. Em promessa. O encontro indica um porvir.

Neste núcleo damos a ver alguns livros e documentos relativos a esta festa da Visitação, entre os quais um antifonário, uma pauta musical de Filipe Magalhães, escolhida no fundo musical pelo compositor João Madureira, que compôs para dialogar com ela um *Magnificat* – as palavras de alegria, profundamente políticas, que, segundo o Evangelho, Maria profere nesse encontro com a sua prima – e um *Sermão* de Pe. António Vieira, feito no dia da Visitação, dia 2 de julho de 1640, na Igreja da Misericórdia da Baía. Nesse sermão, Vieira afirma: “Oh! Como quisera que entenderam daqui as pessoas soberanas que com abraços e com boas palavras podem dar vida”.

8. Inactualidade e Promessa

Arquivamos, escrevemos, faz-se história, organiza-se uma exposição sempre dentro de um “lugar de produção”²⁴. Enquadrados num determinado presente, a partir de um ponto de vista – já marcado pela história e pelas suas revoluções e continuidades ou sobrevivências. Como escreveu Le Goff: “sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente.”²⁵

Sabemos também que não podemos sucumbir à doença histórica, como nos avisou Nietzsche, em 1872, na *Segunda consideração intempestiva* – *Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida*. O excesso de história pode ser mortal. Ou anestesiante. É preciso ter cuidado para não tornar o sentido da história uma “virtude hipertrofiada”²⁶. Este historicismo é de evitar, a “cultura histórica” que apaga a vida, “a instrução que não estimula a vida, o saber que paralisa a actividade, os conhecimentos históricos que não são senão um luxo dispendioso e supérfluo”²⁷. Ser filho do presente, é ser capaz de ser inactual, intempestivo: ser capaz de gestos inovadores, o que implica não ficar preso a um historicismo que não permite a irrupção do novo.

Deste modo, para esta exposição lançámos um convite ao realizador Pedro Costa, que irá realizar, para além da instalação presente na Igreja de São Roque, um filme a partir do Arquivo; ao fotógrafo Daniel Blaufuks, que fez uma série nova para esta exposição, intitulada *Corte*; e ao compositor João Madureira, para escolher, do fundo musical do Arquivo, uma peça antiga e compor uma nova: escolheu uma peça do compositor Filipe de Magalhães, do séc. XVII, e compôs um novo *Magnificat* – essas obras serão apresentadas no final da exposição, em Concerto na Igreja de São Roque, como parte integrante da exposição. Esse concerto final cumpre aquilo que nesta exposição é essencial: transformar o arquivo em matéria viva e fecundante, fundo criativo, motor de criação.

O arquivo pode tornar-se num motor de renascimento. Pode ser matéria e factor de criação. Regressar ao arquivo é forma de desmitificar as imagens que temos do passado. Interrogar os dogmas instaurados e as construções apressadas. O arquivo não é a prova do já sabido, mas a abertura para o desconhecido. O passado está em aberto, o passado tem um futuro por cumprir: “o historiador é um profeta virado para trás”, afirma Schlegel no fragmento que citei em epígrafe. Podemos dizer o mesmo dos artistas.

24. Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, p.26.

25. Jacques Le Goff, “História”..., p.181.

26. Friedrich Nietzsche, “De l'utilité et des inconvénients de l'histoire pour la vie” in *Oeuvres Philosophiques complètes II. Considérations inactuelles I e II*. (org. G.Colli e M. Montinari). Paris: Gallimard, 1990, p.94.

27. Ibidem, p.93.

28. o que, de forma muito evidente, se encontra no título e nos textos do seu livro *O Arquivo. Um album de textos*. Lisboa: Vera Cortez Agência de Arte, 2008.

29. Daniel Blaufuks, *O Arquivo...*, p.45.

9. Corte

A série *Corte* (2014), de Daniel Blaufuks, realizada propositalmente para esta exposição, depois de visitas ao arquivo, coloca a questão da *decisão*, da escolha, da eleição, de alguns de entre tantos milhões de documentos do arquivo. Porque, ainda antes do que esses objectos-documentos representam, há um corte que a escolha do fotógrafo abre no arquivo. Cria intervalos. Isola e individualiza o que estava acumulado. Escolher este, e não outro documento, implica uma cesura daquilo que é a multiplicidade e continuidade do arquivo.

Por outro lado, estas fotografias de Daniel Blaufuks incidem sobre os Sinais dos Expostos, em particular os que se apresentam cortados, aqueles que remetem para a noção original grega de *symbolon*: a de duas metades separadas que encaixam numa unidade – e que são sinal, por exemplo, de um compromisso. Uma metade de algo que remete para outra metade que falta – e que no caso destes Sinais, indicam também as histórias familiares de dificuldade, o abandono (temporário ou não) e o desejo de regresso, a incapacidade de criar um filho, ou o reencontro.

Na obra de Daniel Blaufuks, a memória, o testemunho, a história, as ruínas, e mesmo o arquivo²⁸, são palavras ou preocupações recorrentes – bem como a possibilidade de aceder ao passado já ausente através do material que *resta*. Por exemplo, através das fotografias, que nos fazem viver rodeados de fantasmas – lembrou Walter Benjamin. Ao focar-se particularmente nos Sinais que são fotográficos, é também uma reflexão sobre o papel e o (im)poder da imagem fotográfica que propõe. A função da fotografia pode ser a da guardiã da memória, do morto, do ausente – uma testemunha, *apesar de tudo* (diria Didi-Huberman). No caso desta série, do duplamente ausente: do progenitor, que ficou com a outra metade da fotografia, da carta de jogar, da medalha, da pagela... mas também da criança que, hoje, já não existe senão através do que no arquivo ficou da sua passagem. Como afirmou o fotógrafo, em conversa com Alexandre Estrela, sobre as fotografias escolhidas num outro arquivo para a obra *Sob Céus Estranhos*: “Sei que isto é muito simbólico, mas metaforicamente está-se a dar uma segunda vida àquelas caras. Eram rostos que estavam encerrados num arquivo há anos e de repente vêm à tona, são vistos! E obviamente são apenas imagens, são apenas – nem sequer sombras são – pálidas referências das pessoas que foram, mas este olhar é também o máximo que se lhes pode devolver. Uma fotografia é um espelho com memória”²⁹. E num texto em que faz a listagem de possíveis *alegorias da fotografia*, Daniel Blaufuks indica estas palavras, entre outras, que no contexto desta exposição são

muito adequadas: *Arquivo, Biblioteca, Documento, Fantasma, Historiadora, Memento Mori, Memória, Morte, Pista, Ressurreição, Testemunha*³⁰.

De algum modo, estes Sinais são eles mesmos uma imagem do arquivo como totalidade marcada pela lacuna, pela falha. Certeza de que “algo falta” – que experimentamos fisicamente diante da ruína ou do fragmento. De uma totalidade perdida, já ausente, e de que só uma parte mínima é preservada. Isso fica como testemunho – e, como percebeu Giorgio Agamben, “o testemunho comporta uma lacuna que é a sua parte essencial”³¹. O que estes Sinais testemunham sobre aquelas vidas é sempre incapaz de as testemunhar de forma completa e adequada.

Os Sinais são uma justa metáfora do arquivo e da própria história: um arquivo não indica apenas o que contém, mas o que lhe falta. O que aí fica em silêncio. O que fica inarquivado. Tudo o que é *inarquivável* e para o qual remete.

10. Visitaçào: magnificat

A proposta desta exposição não é a de um olhar académico, sociológico ou histórico. É, antes, a proposta de um encontro: uma visitaçào. À imagem da narrativa evangélica, um movimento de saída e de encontro com o outro – a própria história é uma *heterologia*. Nesta visitaçào, em que o arquivo sai em direcção a quem venha ao seu encontro, há uma dupla exposição: um *expor* o arquivo e um *expor-se* ao arquivo. E, como num encontro, não sabemos o que daí surgirá. Nos verdadeiros encontros algo de novo surge, um terceiro, o fruto do encontro. Como a alegria de Maria e Isabel pelo que cresce nos seus ventres. Assim, esperamos, também aqui.

Esta exposição procura ser uma reflexão sobre as condições do fazer da história, ou mesmo sobre a condição histórica de uma instituição e o que os documentos nos *ensinam* sobre ela – ensinar, *docere*, é a raiz etimológica da palavra documento. Para seleccionar este material, e para pensar o modo de apresentação, foram tão importantes as reflexões dos historiadores da Nova História e dos filósofos sobre a história, como a dos artistas e curadores contemporâneos a trabalhar arquivos ou séries. Desse modo, passado e presente, historiografia e arte contemporânea, misturam-se – o que é revelado também no material heterogéneo que apresento e no modo como o apresento. Isso resulta também de querer, por um lado, que a exposição reflectisse o trabalho realizado pela Misericórdia nestes mais de cinco séculos e, por outro lado, que permitisse pensar o que um arquivo é – e o que ele promete.

O que aqui se mostra é o resultado da minha errância pelo arquivo, o que os meus olhos elegeram, por motivos estéticos, racionais, de espanto, interesse ou estranheza. Seleccionei

30. Ibidem, pp.105-106.

31. Giorgio Agamben, *Ce qui reste d'Auschwitz*. Paris: Ed. Payot Rivages, 2003, p.11.

32. *Tradição como aventura*,
título da exposição de Ernesto
de Sousa na Galeria Quadrum,
1978.

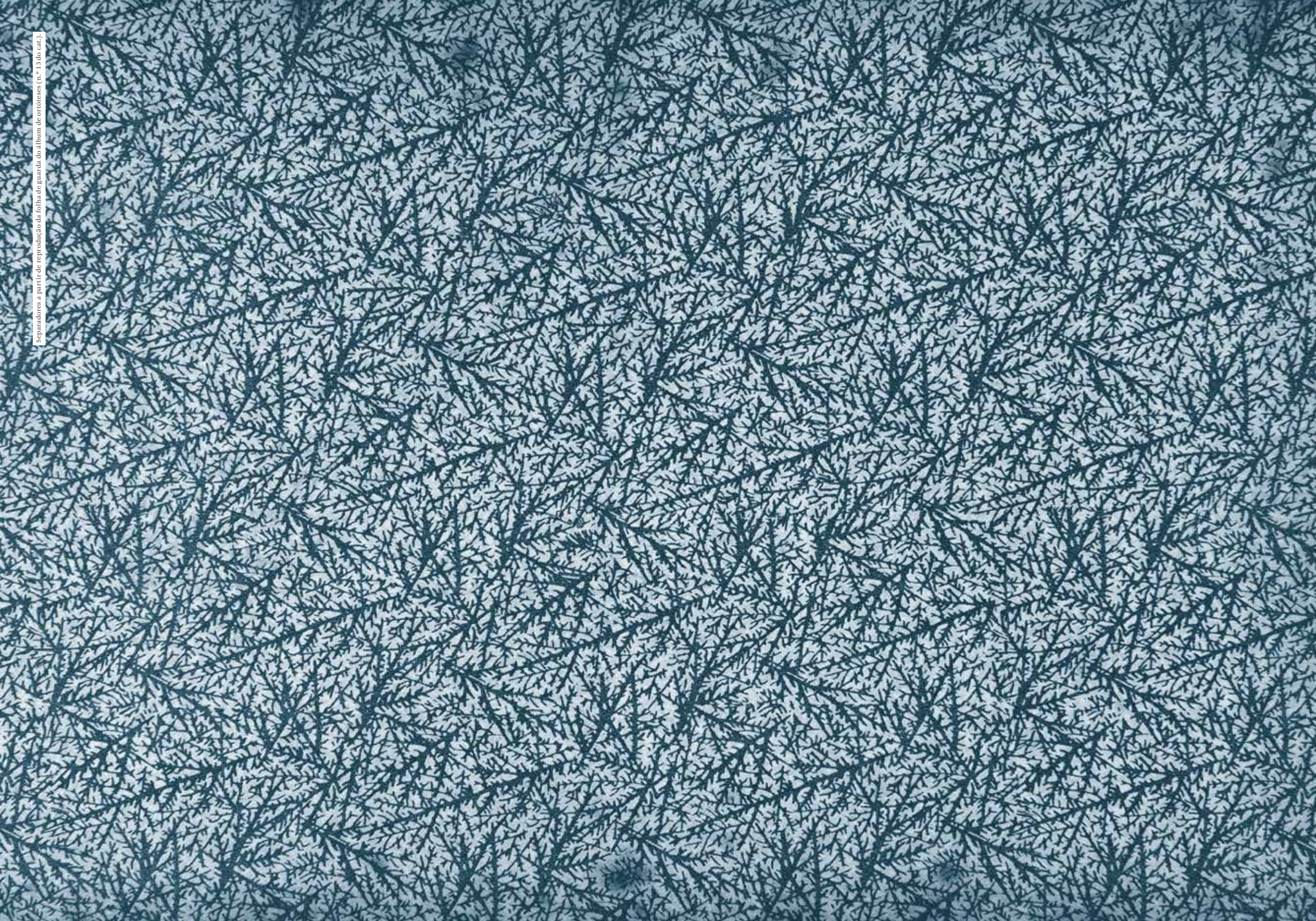
documentos que permitissem perceber a matéria viva que o arquivo é, o fogo que ele contém, materiais sobre os quais podemos lançar hoje um olhar novo e renovado. Documentos que fugissem à normalização e às ideias feitas – e permitissem também um olhar mais correcto sobre a história e as actividades da Misericórdia ao longo do tempo. Com esta exposição, pretendi também tornar o arquivo em lugar de criação contemporânea. Um arquivo é memória e promessa, e podemos experimentar um arquivo do mesmo modo que Ernesto de Sousa propunha olhar a tradição: *como aventura*³².

Paulo Pires do Vale

Agradeço muito a Tomás Maia a sua leitura atenta deste texto e os seus comentários e propostas, que foram mais um momento numa conversa infinita.

Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 110 × 160 cm, 2014 (pormenor).









fol. j.

O do compromisso e regimento dos
officiaes da sancta confraria de Mi-
sericordia.



Om Manuel per gra-
cade ds Rey de Portu-
gal e dos algarues da-
quem e daalem mar em
affrica Senhor de guy-
nee e da conquista. naue-
gaçam e comercio de E-
thiopia. Arabia. Per-
sya e da India.

E quantos esta nossa carta virem: fa-
zemos saber. que pollo pzoecador e officiaes da confraria
da Misericordia desta muy nobre e sempre leal çida
de de Lixboa. nos soy apresentado huũ compromisso
que per abõa gouernança da dita cõfraria per elles era
feito de que ho trelado de verbo a verbo he o q se segue.

Prologo.



Eterno immenso e todo podero-
so senhor ds. padre das miseri-
cordias: começo meo e fim de to-
da bondade. açeytando as prezes
e rogos de alguis justos e temé-
tes a elle. quis repartir cõ os pe-
cadores parte da sua misericor-
dia. E em estes deradeiros dias inspirou nos corações
de alguis boõs e fices xpãaos. e lhe deu coraçam: fiso-
forças e caridade: pera ordenarẽ hũa jrmãdade e con-
fraria. sob titulo e nome e emvocaçam de nossa senho-
ra a madre de ds virgem Maria da Misericordia. pella

Entinar os fimpreses. *Segunda*
obra de misericórdia he que a saber:
En boom consello a quem o pede.
Tercera obra de misericórdia he .f.:
Alugar com caridade os que er
tam
Quarta obra de misericórdia he .f.
Consollar os tristes e desconsol
lados
Quinta obra de misericórdia he .f.
Estocar a quem nos errou
Sexta obra de misericórdia he .f.
Sustentar as viúvas compagen
tar.
Séptima obra de misericórdia he .f.
Educar aos pollos viúvos e
pollos mortos.
As corporações e un outas sete a
primeira obra de misericórdia corporal he .f. san

Entinar cativos e presos uisitar
Segunda obra de misericórdia corporal he .f.
Curar os enfermos.
Tercera obra de misericórdia corporal he .f.
Cabitar os nus
Quarta obra de misericórdia corporal he .f.
Clar e comer aos famintos
Quinta obra de misericórdia corporal he .f.
Clar e beber aos que ham sede.
Sexta obra de misericórdia corporal he .f.
Carposidade aos peregrinos e
pobres.
Séptima obra de misericórdia corporal he .f.
Enterrar os finados e os que
Cobras de misericórdia se compri
tam quanto for possível na maneira
abito de cada um.
En fundamento do qual os
fundadores e irmãos da dita com



4. Pieter Brueghel, o Jovem (1601–1625), *Obras de misericórdia*, séc. XVII (primeiro quartel), Museu Nacional de Arte Antiga.

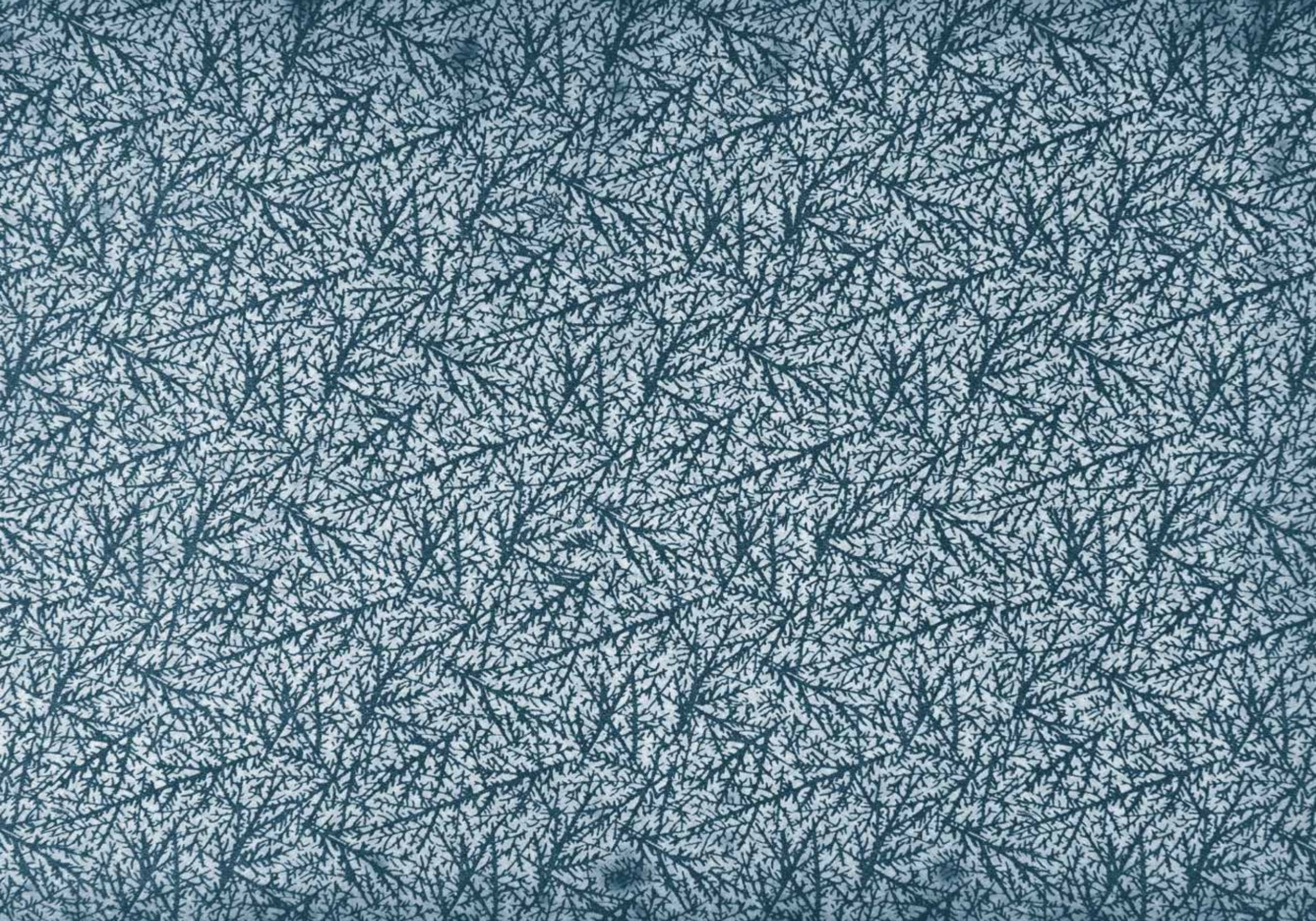
Páginas seguintes:

5. Anónimo, *O Bom Samaritano*, séc. XVII (segundo quartel), Igreja de Santa Cruz do Castelo, Lisboa.

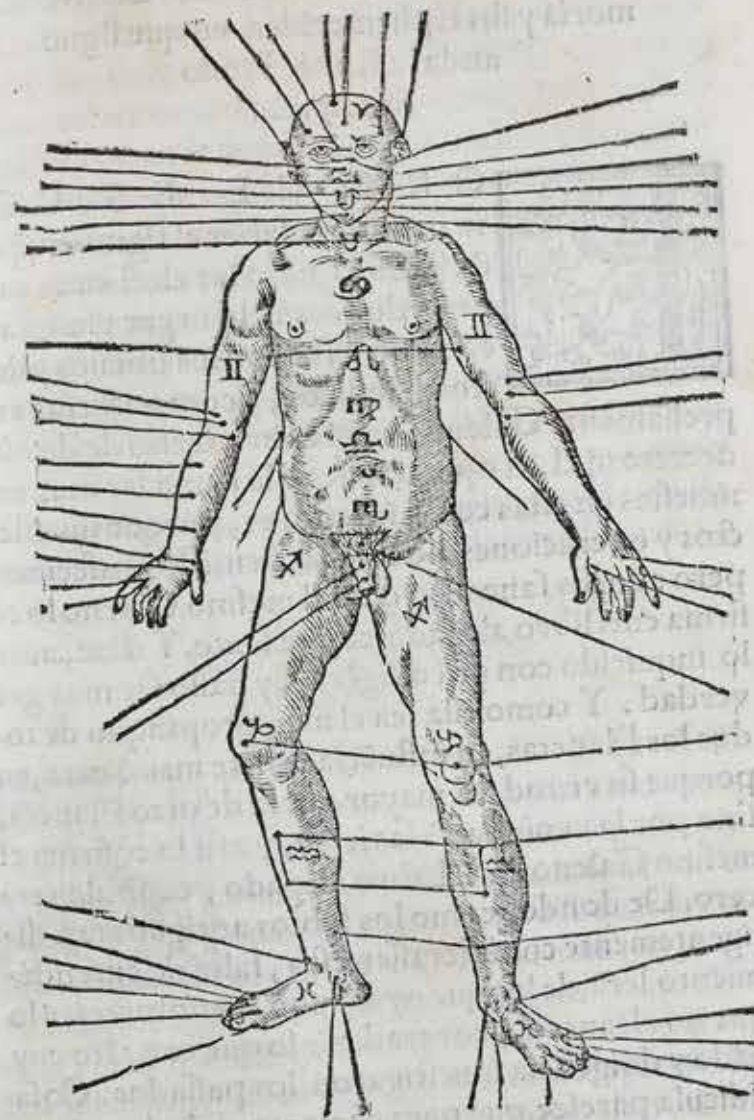


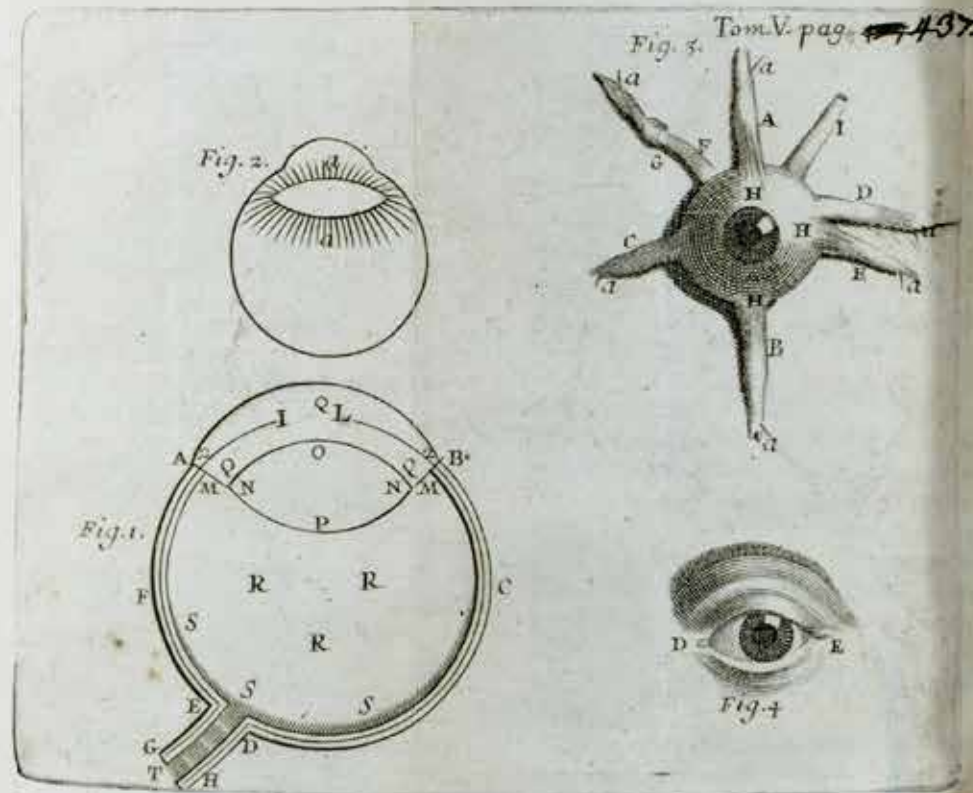


6. Bacia da cerimónia do Lava-Pés, Lisboa, séc. XVII (segunda metade).



TRACTADO
PORQUE A VEMOS
ya hablado de las elecciones que se de-
uē tener en toda buena Phlebotomia,
paresciome poner aqui la siguiente fi-
gura, en la qual se notaran quasi todos
los lugares, de quien se suelen hazer las sangrias. Y
porque la noticia y conoscimiento de esto per-
tenesce mas à los buenos y doctos Medi-
cos, y assi mismo à los Barberos,
à esta causa no ha-
blamos mas
en esta materia, porque
parece ser fuera de
nuestro intēto
propue-
sto.





Libre VIII. Partie II. 437

trop longues à décrire, la connoissance que nous en aurions seroit entierement inutile à la fin que nous nous proposons icy, qui est d'expliquer les causes Physiques des fonctions de la vûe.

Or s'il estoit possible de couper l'œil par la moitié sans que les liqueurs dont il est remply, s'écoulassent, ni qu'aucune de ses parties changeât de place, & que le plan de la section passât justement par le milieu de la prunelle, il paroîtroit tel qu'il est représenté dans cette Figure.

AB est une partie de la premiere membrane ou envelope de l'œil qu'on appelle la *Tunique cornée*. BCDEFA est le reste de cette membrane qui se nomme la *Sclérotique*, dont les extrémités qui sont proches d'A & de B s'appellent le *Blanc de l'œil*. Toute cette membrane est une production de la dure mere.

Ce que c'est que la Tunique cornée de l'œil.

21 L2 est la *tunique uvée*, ou la partie antérieure d'une membrane qui tire son origine de la *Pie-mere* qui enveloppe le nerf optique, & dont la partie postérieure se nomme *Choroïde*. Il y a dans cette membrane un trou marqué IL qui s'appelle la *Prunelle*, laquelle paroît noire dans l'Homme à cause

Ce que c'est que la Tunique uvée.



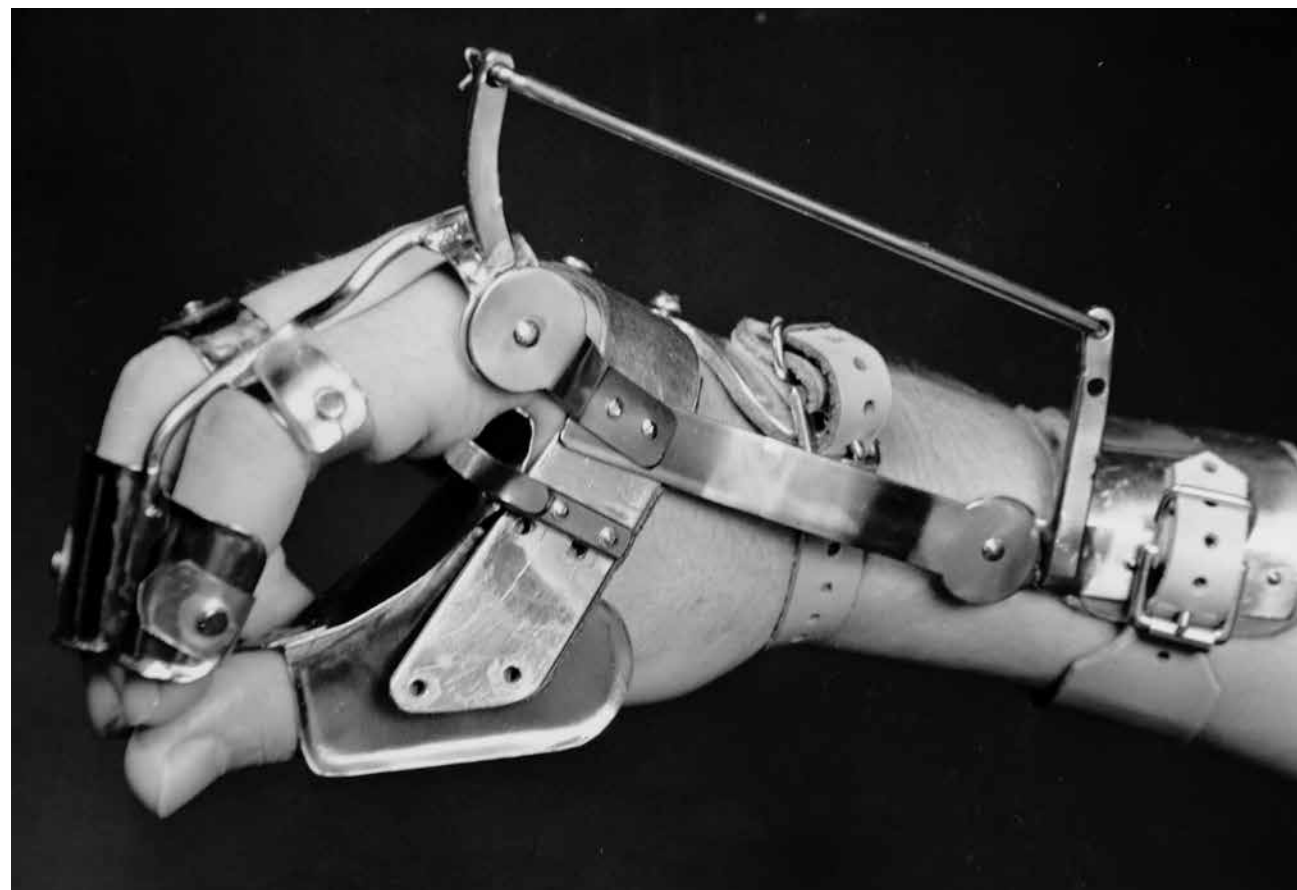
9. Jarro do Hospital de Todos-os-Santos, c. 1756–1775. Com a insignia do Hospital: “OS” – *Omnium Sanctorum*, Museu da Farmácia, Lisboa.



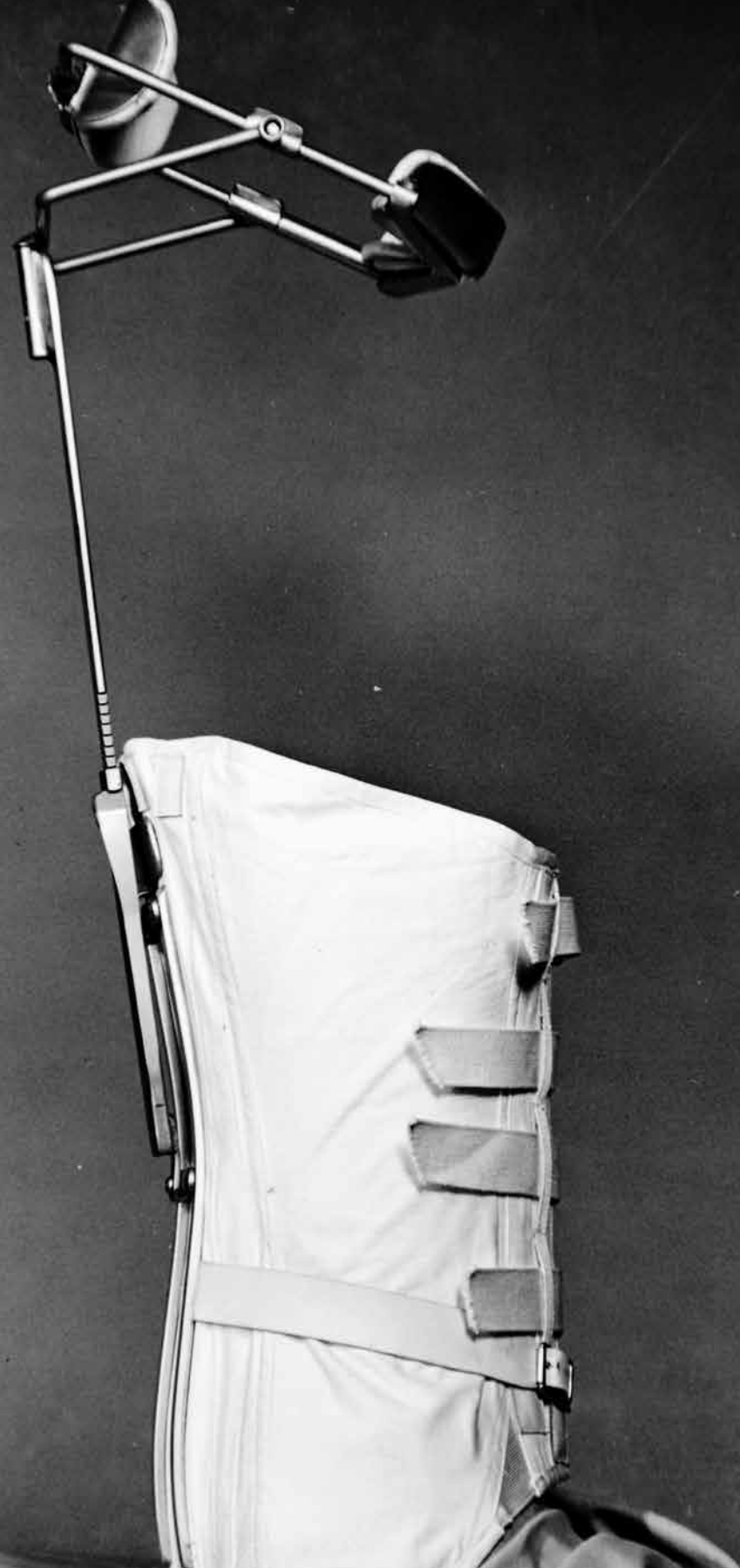
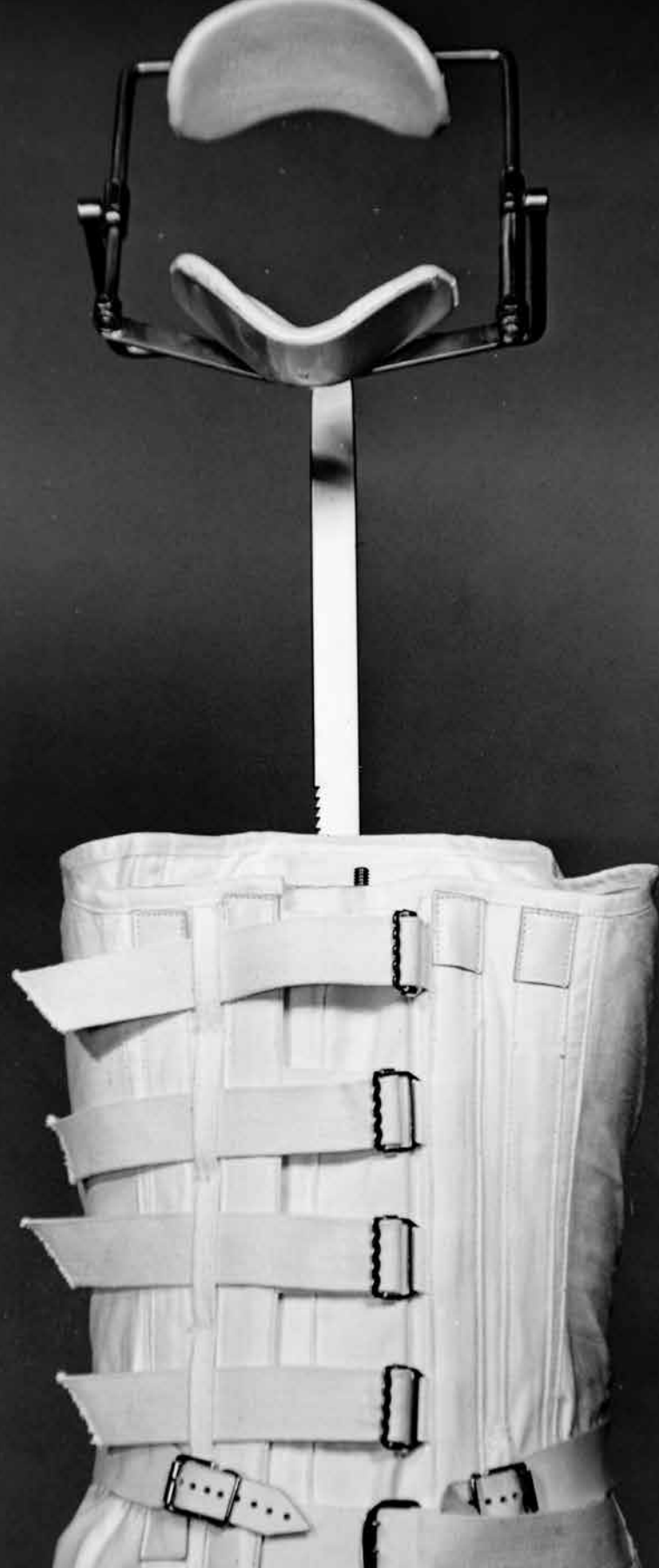
10. Almofariz com mão, Península Ibérica, c. 1450–1530, Museu da Farmácia, Lisboa.

El Rey Meu Senhor he servido ordenar
 que V. M.^a mande logo a Real Proença do
 mesmo Senhor hũa Relação, que contenha:
 Primo, o numero de Enxergoens, que são ne-
 cessariamente necessarios para a mudança dos
 Enfermos do Hospital, e o que costuma custar
 cada hum d'elles. Segundo, o numero de Lençóis,
 que são necessarios para os sobreditos e do custo
 d'elles sendo do costumeado panno de Linho
 grosso: Terço, do numero das mantas com-
 petente ás sobreditas Camas, e custo d'ellas:
 Quarto, do numero de varas de panno com-
 petente para ás Cortinas, com que se devem
 reparar e cobrir os Leitos dos Enfermos dos
 corredores que fôrão por detrás d'elles, destina-
 dos para a extração dos corpos mortos, sendo
 do

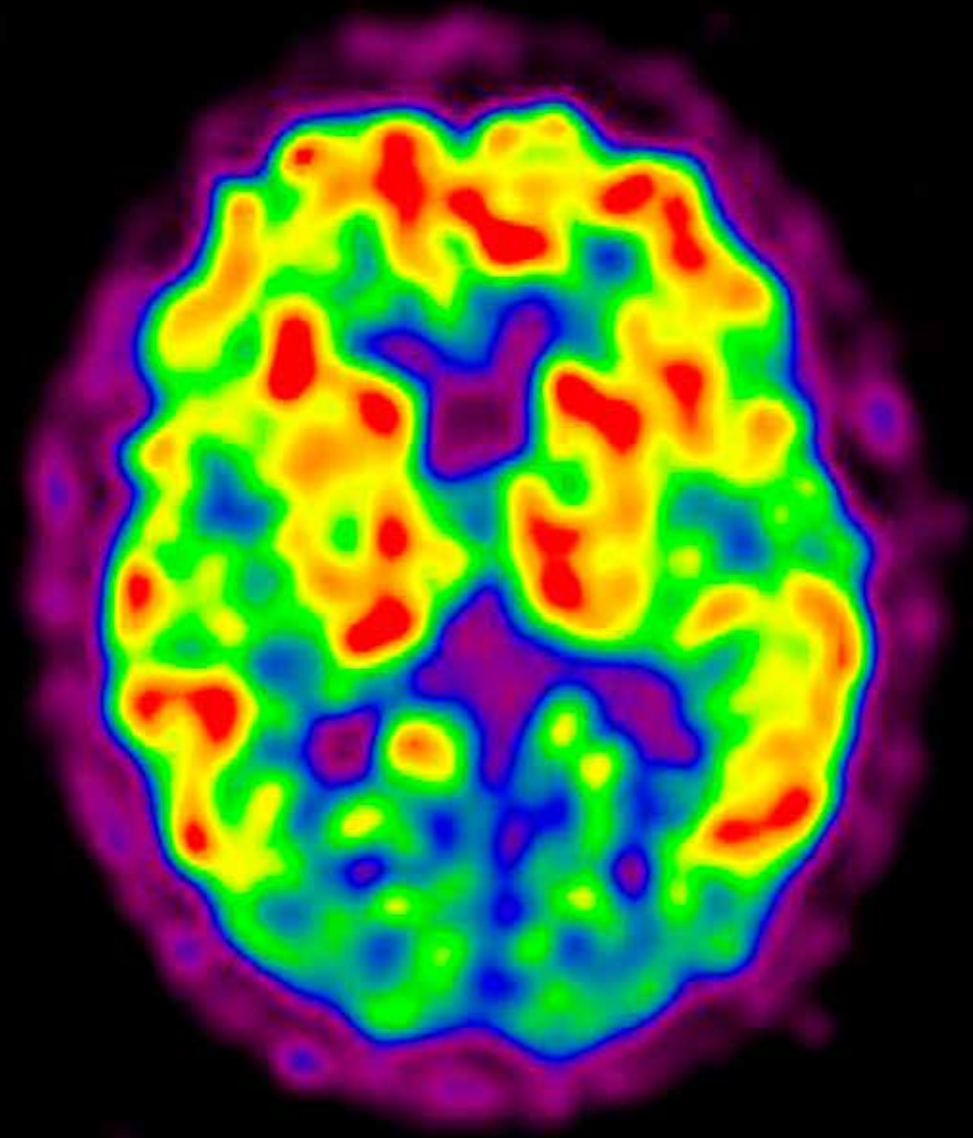
11. Aviso Régio de 14 de Janeiro de 1775.
 Ordem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa elaborar um rol dos colchões,
 lençóis, cobertores e panos necessários às enfermarias do novo Hospital Real
 [Hospital de São José], com indicação dos respectivos custos unitários.

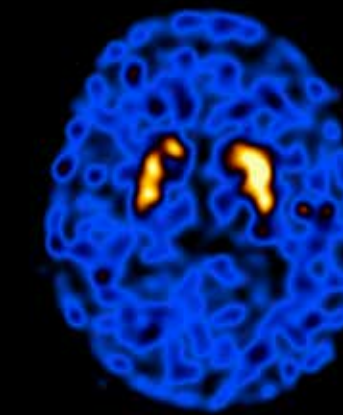
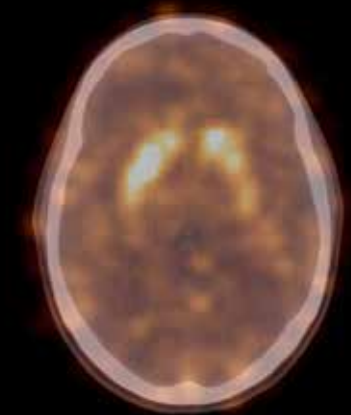
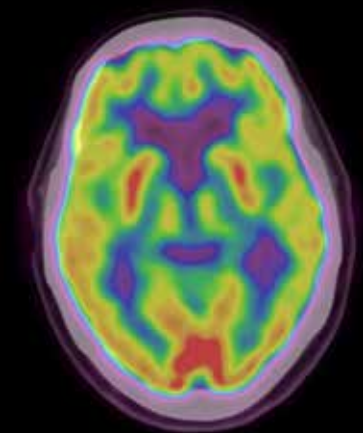
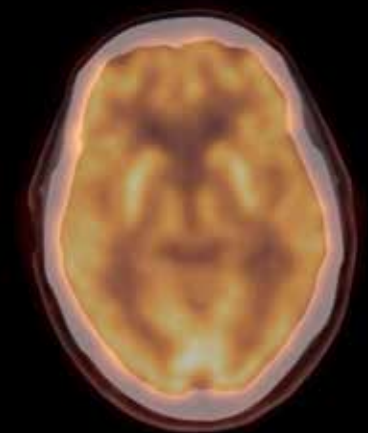
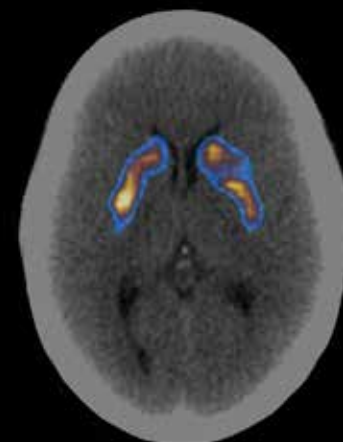
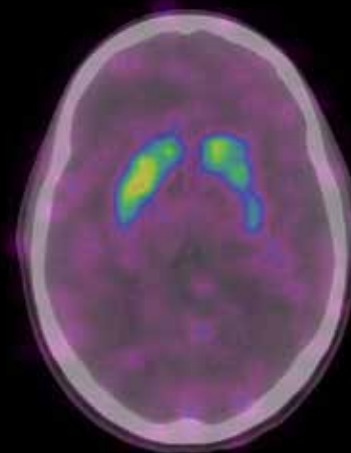
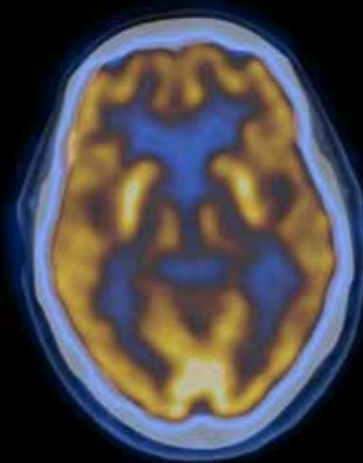
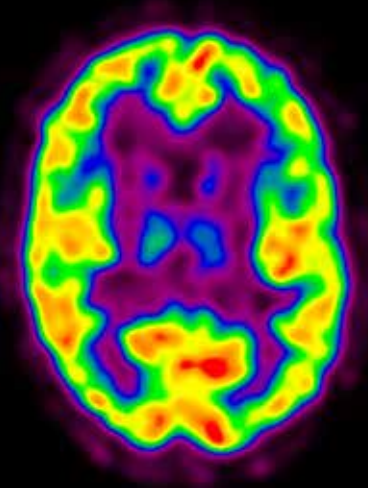
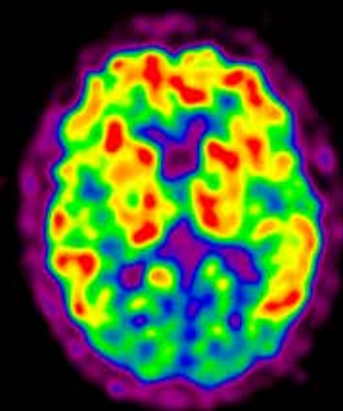
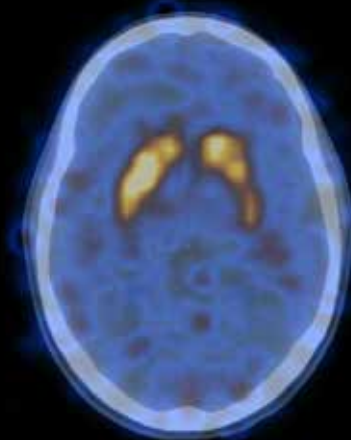
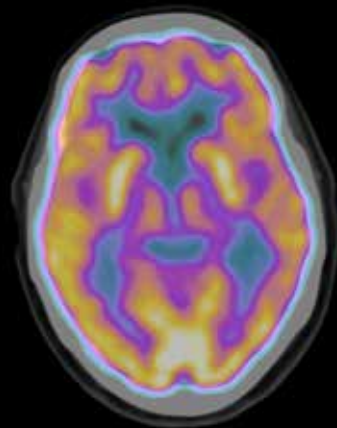
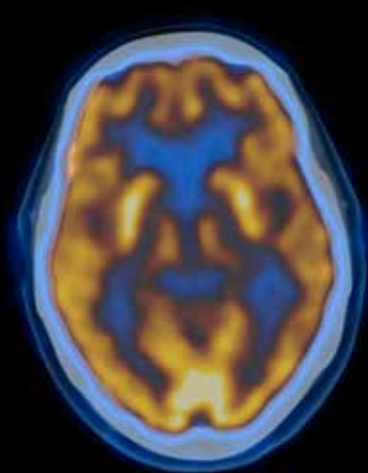


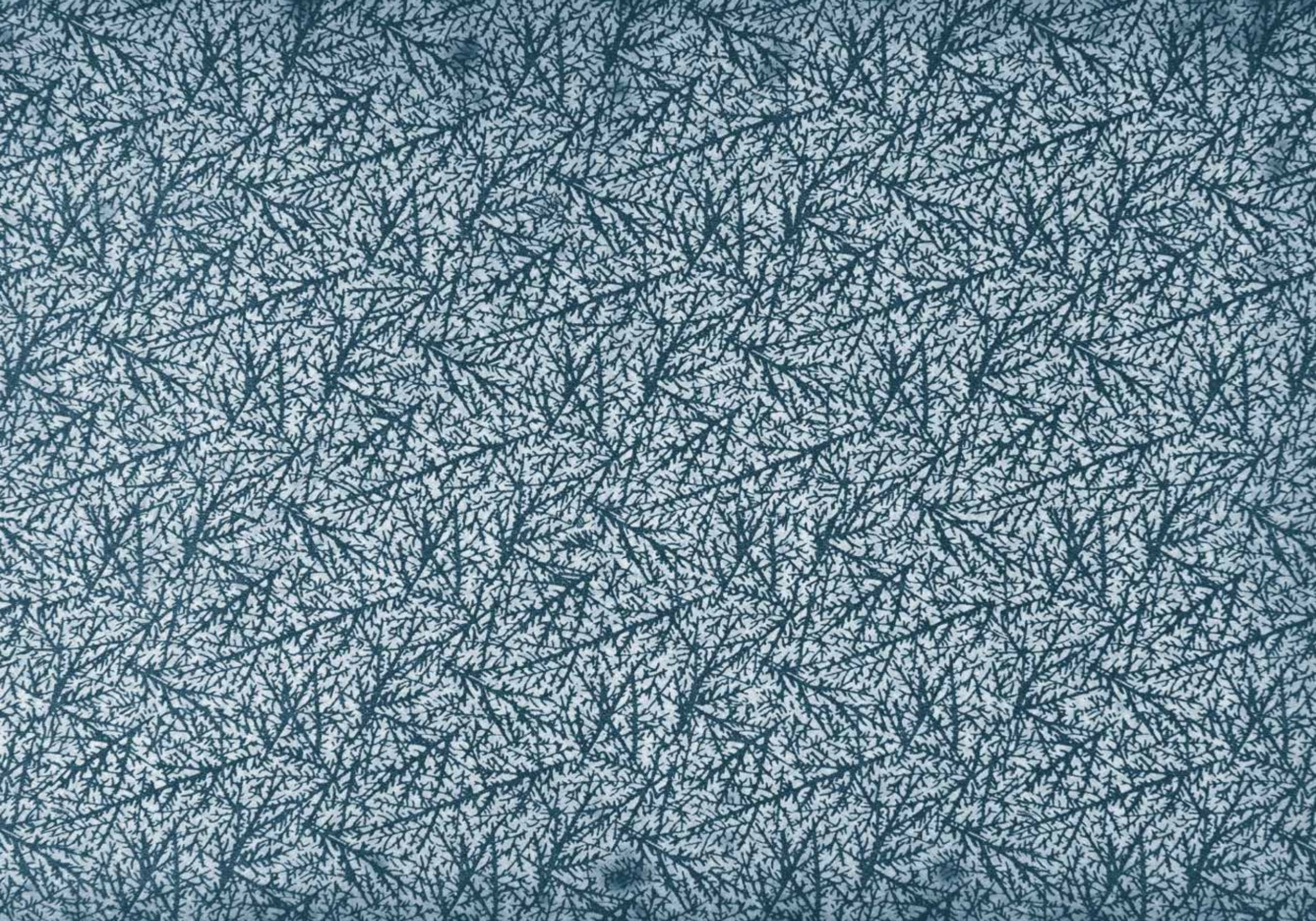
13. Fotografias de ortóteses, c. 1950–1960 (ver Caderno 1).
Fotografias que integram um álbum composto por 84 provas executadas pela Georgia Warm Springs Foundation, Estados Unidos da América, e estão associadas à formação dos primeiros técnicos orto protésicos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.



14. Imagiologia cerebral, investigação da Prof.^a Doutora Ana Cristina Rego, 2013. O primeiro Prémio Neurociências Mantero Belard foi atribuído pela SCML ao projeto que tem como objetivo investigar a doença de Huntington. A doença de Huntington é uma patologia neurodegenerativa, genética, que afeta áreas específicas do cérebro humano e caracteriza-se por alterações do movimento. O projeto permitirá avaliar se a célula e os seus organelos (nomeadamente a mitocôndria, um importante produtor de energia nas células) ficam disfuncionais em fases precoces da doença, isto é, antes de ocorrer a morte neuronal causada pela doença de Huntington. Assim, utilizar-se-á um novo radiofármaco, o composto Cu(II)-ATSM PET, para análise de imagiologia cerebral numa fase pré-sintomática da patologia, isto é, numa fase precoce em que os doentes ainda não apresentam sintomas da doença. Este modelo permite detetar muito cedo onde ocorrem as alterações no cérebro e apontar novos alvos terapêuticos.





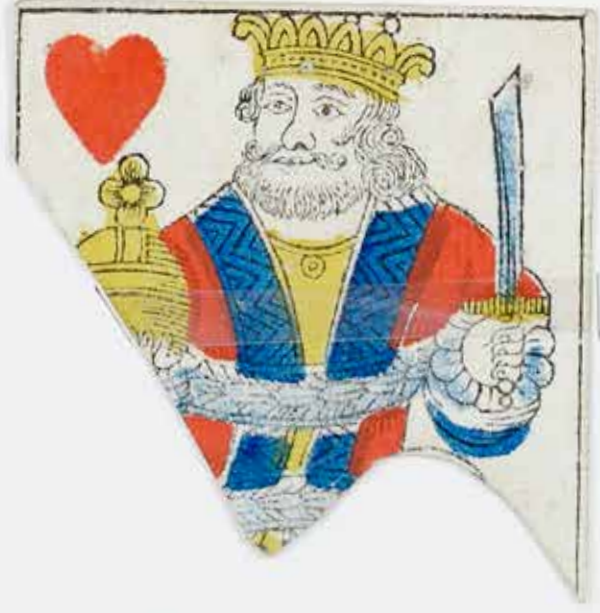




15. Sinais dos expostos (ver Caderno 2).

Cartas de jogar, algumas recortadas, que acompanharam crianças que foram deixadas ao cuidado da Santa Casa e que serviriam como identificação em caso de regresso dos pais.





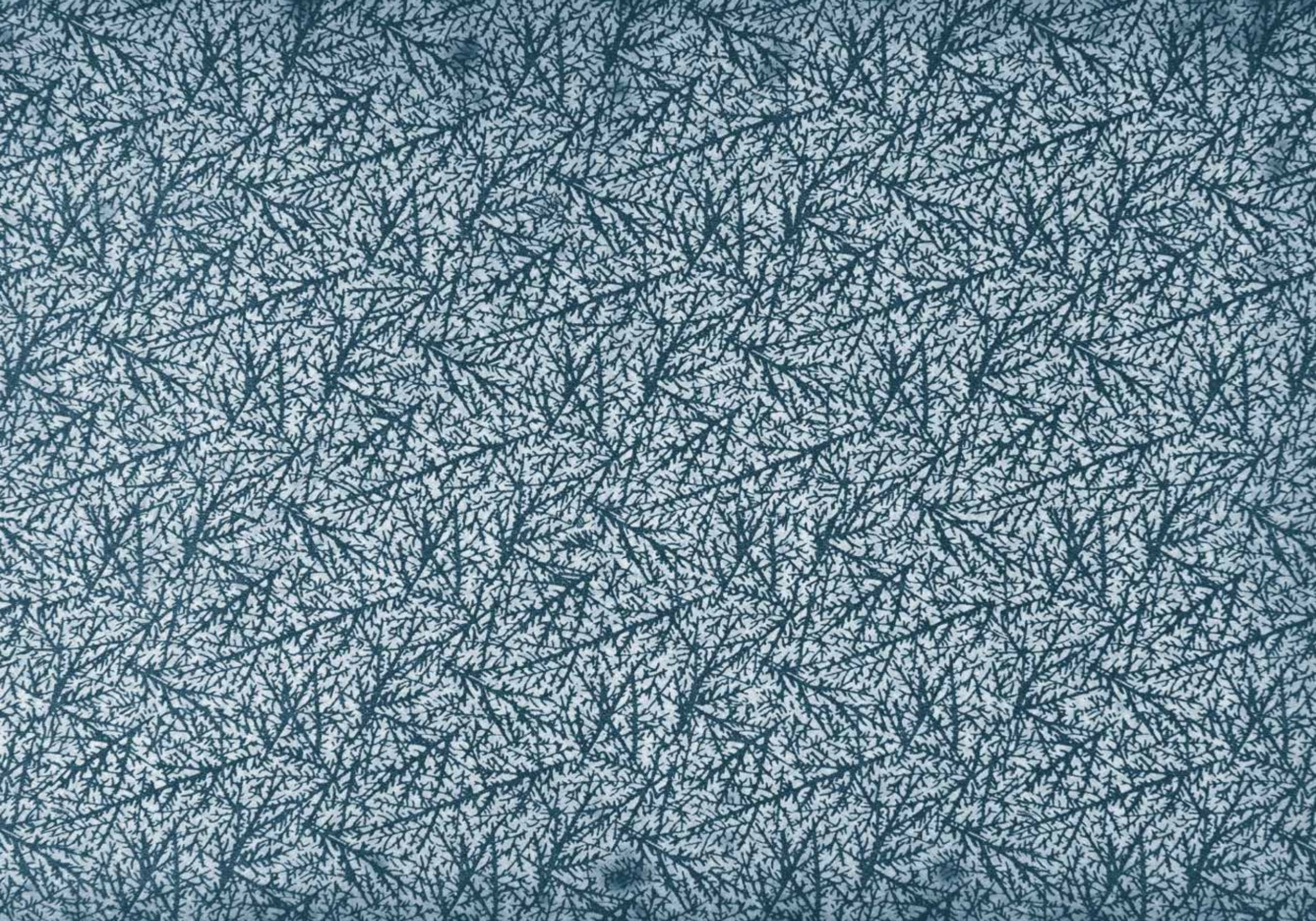


16. Festa de inauguração das instalações remodeladas do Internato do Alvor, década 1960, filme 16mm.



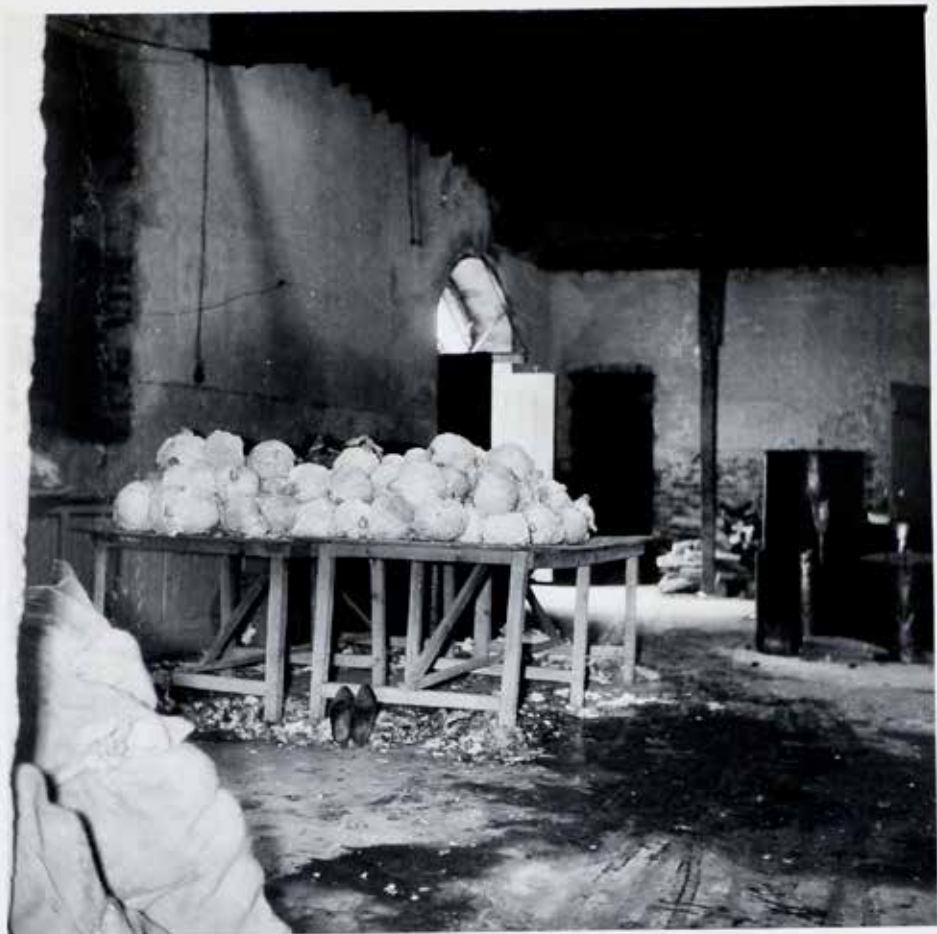


17. Reportagem sobre crianças do Bairro Municipal do Cruzeiro em Lisboa, 1971, filme 16 mm

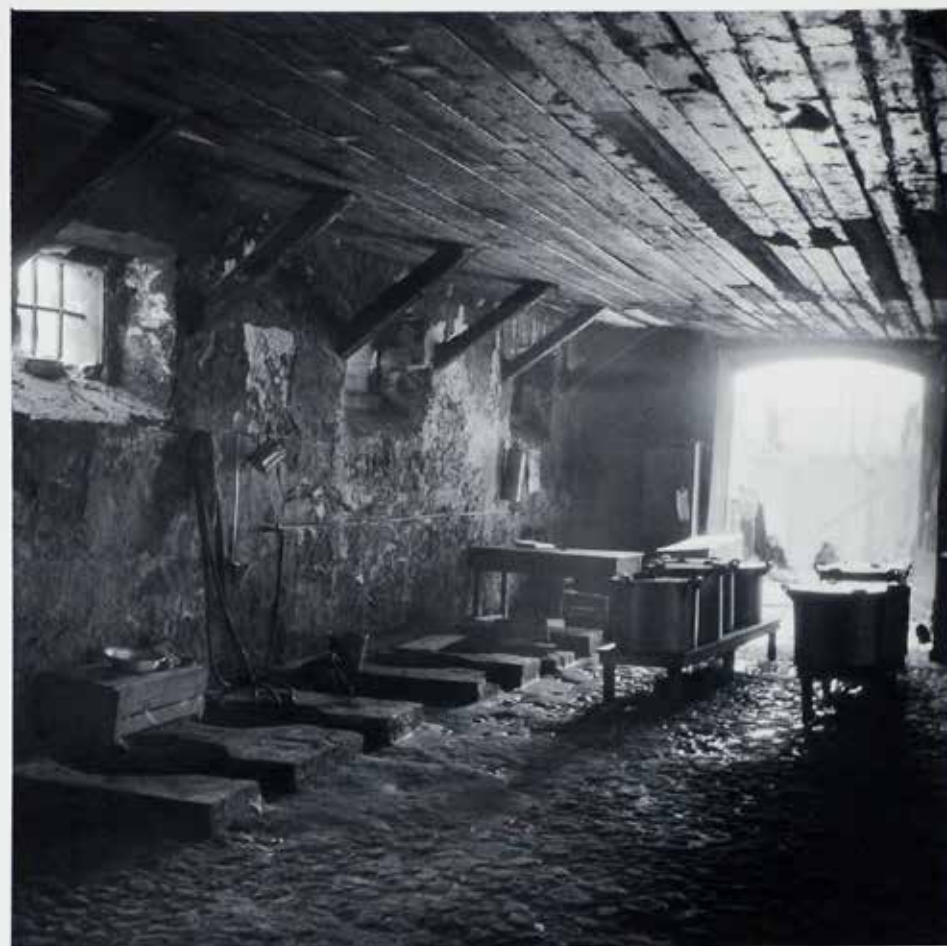


18. Fotografias da Sopa dos Pobres, 1959 (ver Caderno 3).
Estas fotografias integram o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres*, elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959.





18



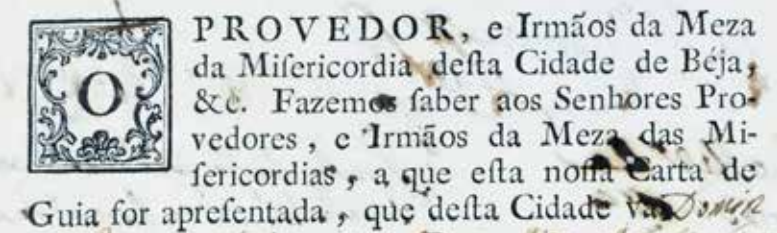
2

19. Carta de guia passada por Lourenço Borges Pereira Pacheco, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1784. Pedido de concessão de esmolas e assistência a Guilherme Bacharam, francês, que se deslocava de Braga para Lisboa. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia do Porto, Feira, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Poços, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Lisboa, entre outras.



20. Carta de guia passada por Francisco Pedro Baptista, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, 1784.
 Pedido de concessão de esmolas e assistência a Caetano dos Santos, filho de Luís de Jesus e de Maria dos Santos, natural do Louriçal, bispado de Coimbra, que se deslocava de Coruche para o Hospital de Setúbal. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Muge, Salvaterra de Magos, Benavente, Samora Correia, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca, Barreiro, Azeitão.





*Guia for apresentada, que desta Cidade vai para o
Anno do velho n.º 10 de gallica p.º 1.º e 2.º com
avaliação*

E por nos constar de sua muita pobreza, e necessidade, se proveo com esmolas desta Santa Casa: Pelo que pedimos a Vossas Mercês, que indo seu caminho direito, o favoreção com suas esmolas. Em Meza 25 de *Junho* de 1784

Fr. M. Biego de Beja.

Elm. Tomas An. b. jagay c. Wren

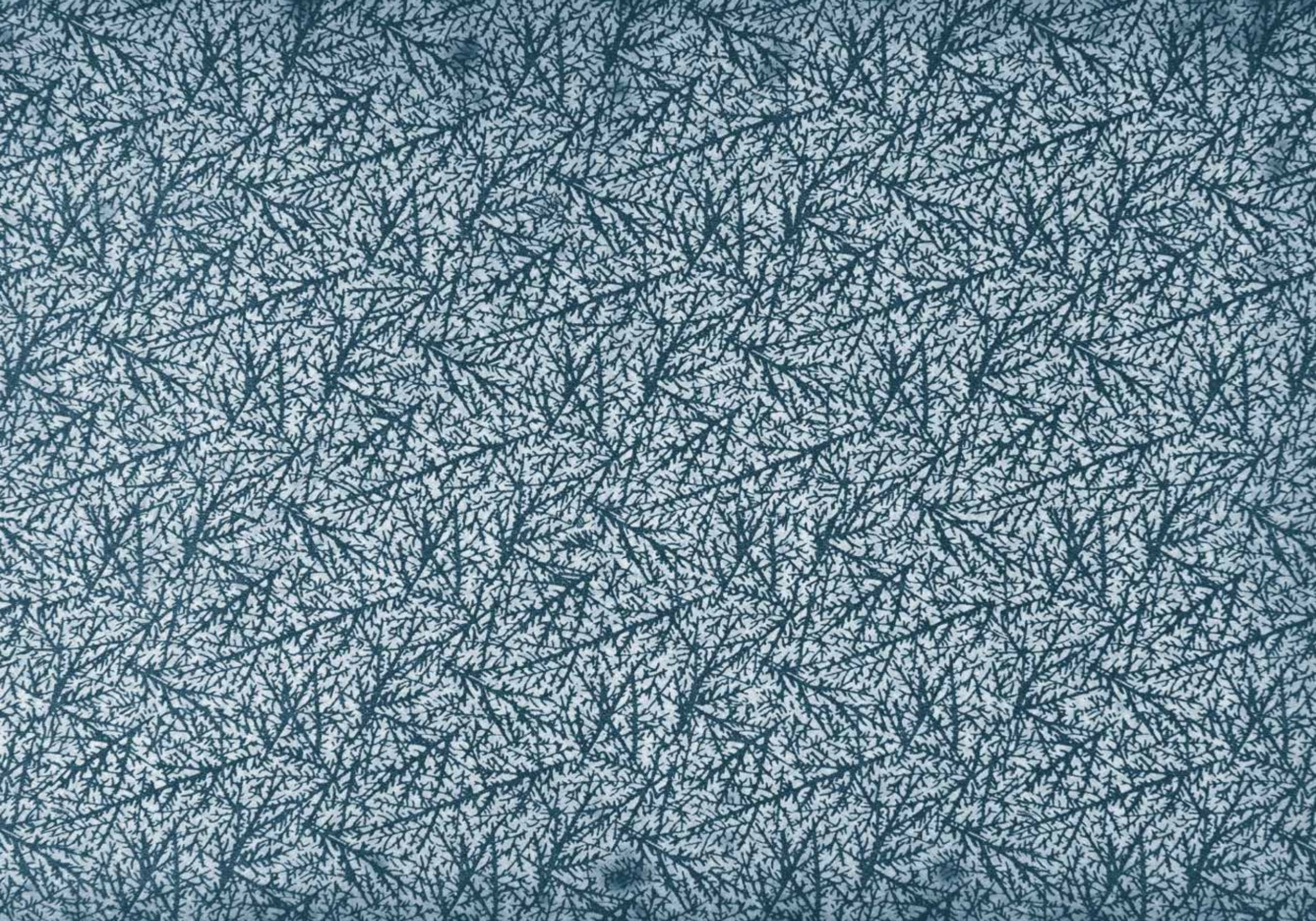
João Manoel da Silva
 Prestes e Mironiã
 de Brinzel com 1 de Maio
 de 1784

Bernardo José de
 Este Hospital de
 Beneficência em 2 de Maio
 de 1944

1000

Com licença da Real Mesa Censoria.

Samuel



22. Bastão do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal, séc. XVI/XVII.
A haste termina em capitel, onde são representadas cenas relacionadas com obras de misericórdia: oração e enterro de um defunto, apoio espiritual e corporal aos presos, acolhimento de peregrinos e pobres. Inclui, ainda, uma quarta cena, com a representação de um casamento.



4291

Nov 26 1890
Nov 26 1890

542 *Exij* Em Simoesro dessa Carta Le
ao Exmo eum Jmao depta Jrmada
admetido a Jura^{ta} por depta Mesa, e Jrmado
Antonio Baptista officia de Sarralleiro Le
e le Jguieris opatrocinio del Ex^o Jovide
e Jmora Refari admetido a Jura^{ta}.

Optimaremos. y V^o E^o nos
promita m^{te} o caçion de Nogueira
a Leprosos. P^oia del V^o E^o y A^o q^o m^{te}
an. Eora em Mesa da Santa Cruz da
Misericordia aos 29 de Jan^o del 1791

João de A. Évora.
Ant. Carlos de Sousa Almeida Pereira B.

Humo Qmo Sr. D. Pedro,
comisario Sr. D. da Moura
da Pa. Casa da Alia
da C. de Lisboa

Ante Joze Spary
Grazie Antonio da Fonseca
Antonio da Fonseca

82

24. Carta do cônego António Pereira Palha, 1795.
 Informação sobre o indulto concedido a [Bernardino da Silva, natural de Benavente], preso pobre [da cadeia de Lisboa]. O réu havia sido condenado à morte, mas a sua pena fora comutada para dez anos de degredo em Moçambique.

M.^{mos} Ex.^{mos} Srs.^{es} Provedor e mag.^{re} Jrm.^{es} da Câmara
 N.º 36
 1748

1795

Sem remunerado me fica o disabor, q' tive nas frustradas deliq.^{as}, q' fiz a beneficio do Pr.^{zo}, com oqosto q' recebi agora da noticia q' V.^{as} Ex.^{as} me fazeis a honrra de participarme, de se lhe ter salvado a vida, sem depend.^a do perdão da Corte, q' tão viva m.^{te} rezestis a todas as instancias.

Quira V. Venhor q' elle empregue melhor p.^o futuro a q' lhe concorreu: e não' menor dilatar as de V.^{as} Ex.^{as} p.^o socorro dos infelices. Cuida m.^{te} p.^o gratifico a V.^{as} Ex.^{as} a honrozosa Mercê de me fazerem scientes desta triumpho da sua caridade, honrrandome com a participacao da ta boa obra. M.^{te} G.^o a V.^{as} Ex.^{as} m.^{te} an.
 D.^o V.^{as} Ex.^{as}
 Nova 22 de Agosto de 1795 M.^{te} Vind.^o humilde criado

Ant.^o P.^o Palha

25. Ofício de [António Freire Gameiro de Sousa], bispo de Aveiro, provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, 1796.
 Informação sobre o apoio jurídico concedido a João Luís de Sousa e a Manuel Marques, o coxo, presos da cidade de Aveiro e acerca dos legados pios não cumpridos naquela comarca no ano de 1795. Inclui uma relação das despesas efetuadas com o apoio jurídico dado aos mencionados detidos, bem como um ofício de Manuel José de Almeida, procurador nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a cobrança dos referidos legados, informando que fora arrecadada a quantia de 159.985 réis.

M^{to} E^{ma} Ant^o.

263

N 10

Dezendo eu satisfazer meu pontualm^{to} e p^{ri}mo
 recommendação q^{ue} S^{ta} E^{ma} f^{oi} servido fazer-me ultimam^{te} a
 favor dos presos João Luiz de Sousa, e Manuel Marques,
 o coxo, mandei sem perda de tempo cuidar nas dilig^{en}ças
 levar a conta h^{ab} de l^{ib}. E assim q^{ue} a de Or^{de} teve de levar
 mais tempo, por pertencer a quella Villa ao P^{ri}mo de
 Porto, tendo eu a satisfação de as poder agora remeter to
 das a S^{ta} E^{ma}, expedidas na forma q^{ue} a quarta, ind^{ica}ção, por
 tanto a lembrança da d^{ic}ta q^{ue} f^{oi} servido p^{or} S^{ta} E^{ma} ap^{re}ter
 mandar satisfazer, como f^{oi} servido.

Pelo m^{to} h^{ab} de servir a S^{ta} E^{ma}, f^{oi} a veriga
 ar, sobavia, ou não, alguma cobrança de Legados não cum
 pridos, pertencente à essa S^{ta} Casa, e como achar-se na
 mão do P^{ri}mo respectivo, aquantia q^{ue} consta da pro-mem^{oria}
 inclusa: aq^{ue} porisso exp^{re}to ainda neste m^{to} poder reme
 ter a S^{ta} E^{ma} pelo p^{ri}mo portador q^{ue} mandar e Dominis
 traste de l^{ib}ta de l^{ib}ta, com l^{ib}ta as cobranças necessarias.
 E p^{or} tudo mais q^{ue} f^{oi} de l^{ib}ta de S^{ta} E^{ma}, Anna Maria, ci

M^{to} E^{ma} Ant^o Marques P^{ri}mo, e mais S^{ta} da Mo
 e a d^{ic}ta S^{ta} Casa da l^{ib}ta
 da S^{ta} Casa da l^{ib}ta.
 e t. P^{ri}mo de l^{ib}ta de S^{ta} E^{ma}, Anna Maria, ci
 e t. P^{ri}mo de l^{ib}ta de S^{ta} E^{ma}, Anna Maria, ci

Franc^{isco} Luiz Gomes Mar^{que}
 João Baptista de l^{ib}ta
 D^o José Bernard^e de l^{ib}ta de l^{ib}ta

26. Aviso Régio de 30 de Setembro de 1760.
Comparticipação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o resgate dos
cativos de Maquinez, no Norte de África, devendo pagar ao tesoureiro-geral dos
Cativos a quantia de 40.000 réis por cada um dos 129 prisioneiros a libertar.

185

Cumprace na forma
que hee Mage. or deu
e rezistado. Pacomee
as ordens, ne cuareas
pro em Mage. de
8.º de Setembro de 1760

M. e. A. e. S.

Por estar ajustado o resgate dos Captivos, que
se achão em Maquinez, que são 129, e costumam
a Misericórdia concorrer com quarenta
mil réis por cada um pelos Legados q' recebem pa-
ra o q'tem cofre separado. Me ordena S.
e Mage. participe al. Ex.º o referido, p' que a Mis-
ericórdia faça q' os seus Procuradores entreguem ao Ge-
ral dos Captivos a sobre dita quantia
respectiva ao referido numero de Captivos. Com-
declaração q' vindo no resgate algumas pessoas Ecle-
siasticas, ou de distincão, p' as quaes a mesma
Misericórdia deya concorrer a quantia de cem mil réis, che-
gado q' seja o resgate concorrera' com estas maiori-
as. Deus. P. al. Ex.º. Cal. a 3.º de Setembro de
1760

San. de Lisboa. Francisco de
S. Conde de Val de Reis.

Cumprase na forma
que suas Magestades
maiores se dignarem
22 de 8^{ta} del 1660

1687

Mag^{te} Le. Servido que C^{da}
como Provedor de Misericórdia mande lo-
go entregar a D. Nuno Álvares Pereira de
Melo o valor mil Cruzados que se achão prom-
ptos pertencente aos cativos, por se achar
encarregado pelo mesmo S^{ro} da expedição do
dito Reynte. J. Pa^{co} Co^{da} Sup^{te}
de Cr^{da} de M^{do}

João de L^{da} Custódia

Conde de Villa Rica

27. Aviso Régio de 18 de Outubro de 1760.

Entrega de 12.000 cruzados a Nuno Álvares Pereira de Melo, encarregue de uma expedição para o resgate de cativos no Norte de África.

⁹⁹
 Já victoria, victoria, o Lulo aclama
 (Destruída de todo a lbèra gente)
 Sendo aos mortos o campo eterna cama,
 Morada aos viuos, a prisão vrgente:
 Que inuícto Capitaô claro por fama
 Houue naidade antiga, ou na presente,
 Que por tanto triumpho glorioso
 Dêlle o nome a seu Rey de Victóriofo?

100

Se não este (o Monarcha Augusto, & inuícto)
 Heroico defensor, por cujo zelo,
 Não lhe acha em todo o espherico distrito
 O mundo igual, a fama paralelo:
 Este sômente em todo o marcio rito
 A Patria eternizando com desuelo
 Leuantou com victorias singulares
 Templos á eternidade, â fama altares.

F I M.

LA XVII 0576 ¹⁵

ORACAM FVNEBRE

NAS EXEQUIAS QUE MANDOU
 fazer na santa Casa da Mitericordia desta Cida-
 de de Lisboa o muito Alto, & muito
 Poderoso Rey

D. AFFONSO VI.

NOSSO SENHOR,

Aos Soldados Portuguezes, que morrerão gloriosamête
 em defensão da Patria, no sitio de

VILLA-VIC, OSA,

Ena batalha de

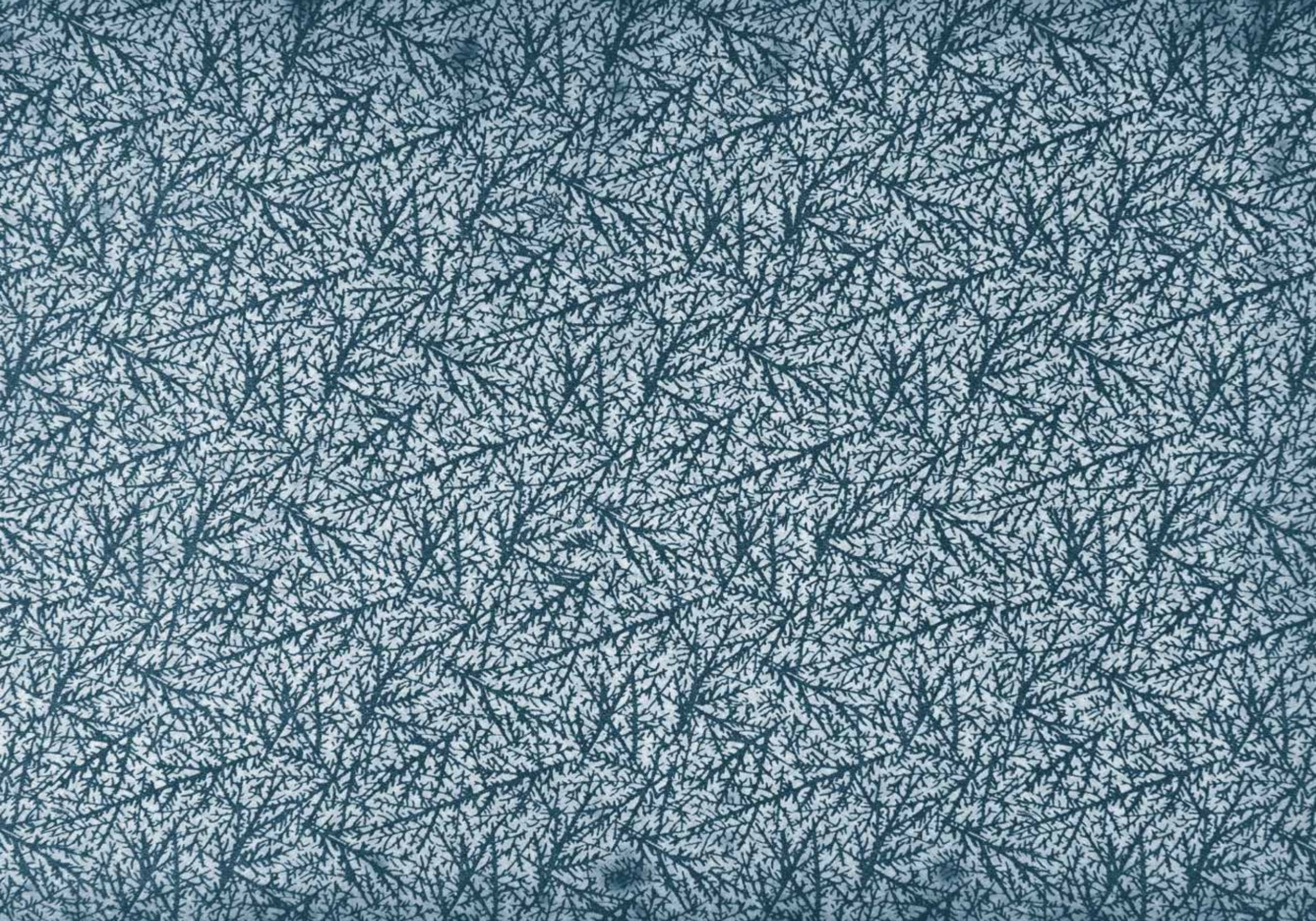
MONTES CLAROS,

ESTE ANNO DE 1665.

Dissea o Padrè Mestre
 FREY CHRISTOVAM DE ALMEIDA,
 Religiofo dos Eremitas de S. Agostinho, Doutor na sagrada
 Theologia, Prégador de S. Magestade, Qualificador do S. Offi-
 cio, Examinador das Ordens Militares, & Lente de Prima
 de Theologia no Collegio de S. Antam o Velho
 desta Cidade de Lisboa.

LISBOA.

Com todas as licenças necessarias.
 Na Officina de Antonio Craesbeeck d'Mello Impressor
 de SUA ALTEZA. Ann. 1665.





*Quia est qd me
morio eius aut si
una voluerit vili
cum sit qd.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*



*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

In visitatione beate marie ad elisabeth.



Antro. *Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

Oratio. *Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

Psalmus. *Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

Responsorium. *Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*



*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

*Ecce dilectus meus
venit saltem i motu
d' irasitio colles
sua p'p'ia. A. 2.*

FESTA JULII

Prima die non impedita Officium Defunctorum.

DIE I.

IN DIE OCTAVA

S. JOANNIS BAPTISTAE.

D U P L E X.

Omnia sicut in die fol. 395. & in Laudibus fit commemoratio SS. Apostolorum, Antiphona Gloriosi Principes terræ. ŷ. In omnem terram, ut infra fol.

DIE II.

IN FESTO VISITATIONIS

B. MARIAE V.

D U P L E X.

AD VESPERAS.

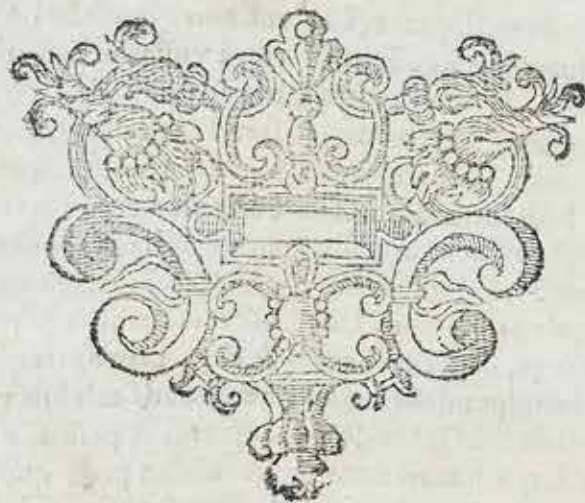
*Antiphona Exurgens Maria, cum reliquis de Laudib. fol. 489, Psalmi consuëti de B. M. ut in ejus Offic. parvo.**(*) Hymnus Ave maris stella, ut in Offic. B. M. in Sabbato.**ŷ. Be nedi cta tu in muli é ri bus us us.**R. Et benedi ctus fructus vë tris tui i i.*

AD

nicioso nos ajuday a lutar, poderoso Sancto, aquella tão dilatada Prouincia, a mais rica, & mais preciosa joya desta Coroa; para que ou no descanso de verdadeira paz, ou na superioridade de victoriosa guerra, se luza a conhe-

cida prudencia, & valor de quem vos serue, & a gouerna & o sempre, & em toda a parte efficaç patrocínio de vossa sagrada intercessão, pella qual esperamos tambem, mediante a graça, a gloria.
Quam mihi, &c.

LAVS DEO.



SERMAM QVE PREGOV

O P. ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA

de Iesv, na Misericordia da Bahia de todos os
Santos em dia da Visitação de Nossa
Senhora Orago da Casa.

ASSISTINDO O MARQUES DE MONTALVAM
Visorrey daquelle estado do Brasil, & soy o primeiro que ouzo
na quella Prouincia.



EM COIMBRA;

Com todas as Licenças Necessarias

Na Impressão de Thome Casualho Impressor da Vniuersid. Año. 1658.

Compromisso

dada, porq' pello mesmo caso, q' teue dinheiro, & valia pera impetrar o tal rescripto, & prouisão se deue presumir que não he tão desamparado que aja de ser prouido pella misericordia. Isto com tudo não terá lugar sendo o caso de morte, porque então se fará o que melhor parecer ao Prouedor, & Irmãos da mesa, & a charidade Chritãa pede, que não seja desamparado.

Farão por alcançar perdão das partes, que accusão os prezos se os casos forem de calidade que soffrão pedirenho sem escandalo, & se for necessario darão auiso à mesa, para que as mande chamar, na forma que lhe parecer conueniente.

No liuramento dos prezos, & mais cousas seguirão o regimento, & ordem que lhes der o Prouedor, & mesa, & serão obrigados a dar conta todos os Domingos na mesa, dos termos, em que vão os feitos, & do modo, com que se corre com elles, estando presentes os solicitadores dos prezos, & aduogado da casa: & o Escriuão da mesa fará assento d'isso em hum liuro que pera esse effeito auerá.

Farão que os prezos se confessem, & communguem pella Quaresma, & pello quatro lubileus do Arcebispado, que são pella festa de nossa Senhora d'Agosto, pella festa de todos os Santos, pella festa do Natal, & pella festa do Espirito Santo.

Prouerão os prezos de pão, que lhe baste ao Domingo até a Quarta feira seguinte, & à Quarta feira os tornarão a prouer até o Domingo, de maneira q' lhes não falte em toda a semana de comer, & aos Domingos lhes darão mais hũa posta de carne com hũa escudela de caldo, & terão tento, que se não de a ração ordinaria àquelles, que a leuarem de doente.

Terão particular cuidado dos doentes informandose meudamente do que lhes falta, & perguntando se são visitados dos físicos, & surgiaão, & se ha falta no prouimento da botica, & o mais que he necessario pera sua cura, & achando nisto descuido que elles não possão remediar, darão conta na mesa, & farão que se lhe applique o remedio conueniente.

Terão cuidado de proseguir as appellações dos prezos, que lhes forem comettidas para que se lhes faça justiça, & se despachem com breuidade.

Não aceitarão appellação algũa que lhe não seja entregue pella mesa, com rubrica do Escriuão da casa, da qual conste, que fica lançada em liuro, & dos termos em que estiuerm as ditas appellações, darão conta na mesa aos Domingos.

Terão particular cuidado com a embarcação dos degradados pello grande

Da Misericordia de Lisboa.

14.

grande seruiço que fazem a nosso Senhor em os tirar das cadeas, & em alijar a casa da despeza, que com elles faz.

13 Não embarcarão nenhum degradado sem primeiro lhe entregarem sua sentença, & carta de guia, & sem terem negoceado (aos que vão pera fora do Reyno) o mantimento que se custuma a dar nos almazens.

14 Irão duas vezes cada anno visitar as galès para verem nellas as necessidades dos degradados, & saberem se tem cumprido ja seus degredos, & tratarem de os soltar.

15 E assim terão à sua conta pedirem nos Almazens as cousas necessarias para a procissão das Endoenças, que nelles se costumão a dar. E darão conta todos os mezes ao Escriuão da mesa, do dinheiro que receberem do Recebedor das esmolas pera liuramento dos ditos prezos.

CAPITULO DOZE.

Dos Visitadores.

Este cargo de Visitador, que sã seis Irmãos da mesa tem, & deuem ter sempre os mais velhos pella muita confiança, que delles se faz: he o mais occupado, & de mór trabalho, que todos os que ha na Irmandade, porque sã dous Irmãos em cada hũa das tres vilas tem obrigação em todo o seu anno, de prouer cada mez, & cada semana pessoalmente hũa tão grande cantidade de gente, como sempre tem no rol, da sua particular visita, andando para isso a pee, ambos juntamente os mais dos dias a terça parte de toda Lisboa, que lhe cabe em seu districto dos tres em que as tres visitas estão repartidas, & de se achar em todas as quatro mesas, que se fazem na casa da Misericordia, & na do Hospital cada semana, & de acompanhar todas as Irmandades nos enterros dos Irmãos defunctos, & de suas molheres, & filhos de que fahessem quasi todos os dias, & de assistir no banco da Misericordia todos os Domingos, & dias santos a todas as Missas do dia da obrigação da Igreja, & a outras da casa em particular em certos tempos do anno, & a todos os mais officios, a q' os Irmãos da mesa tem obrigação de estar presentes.

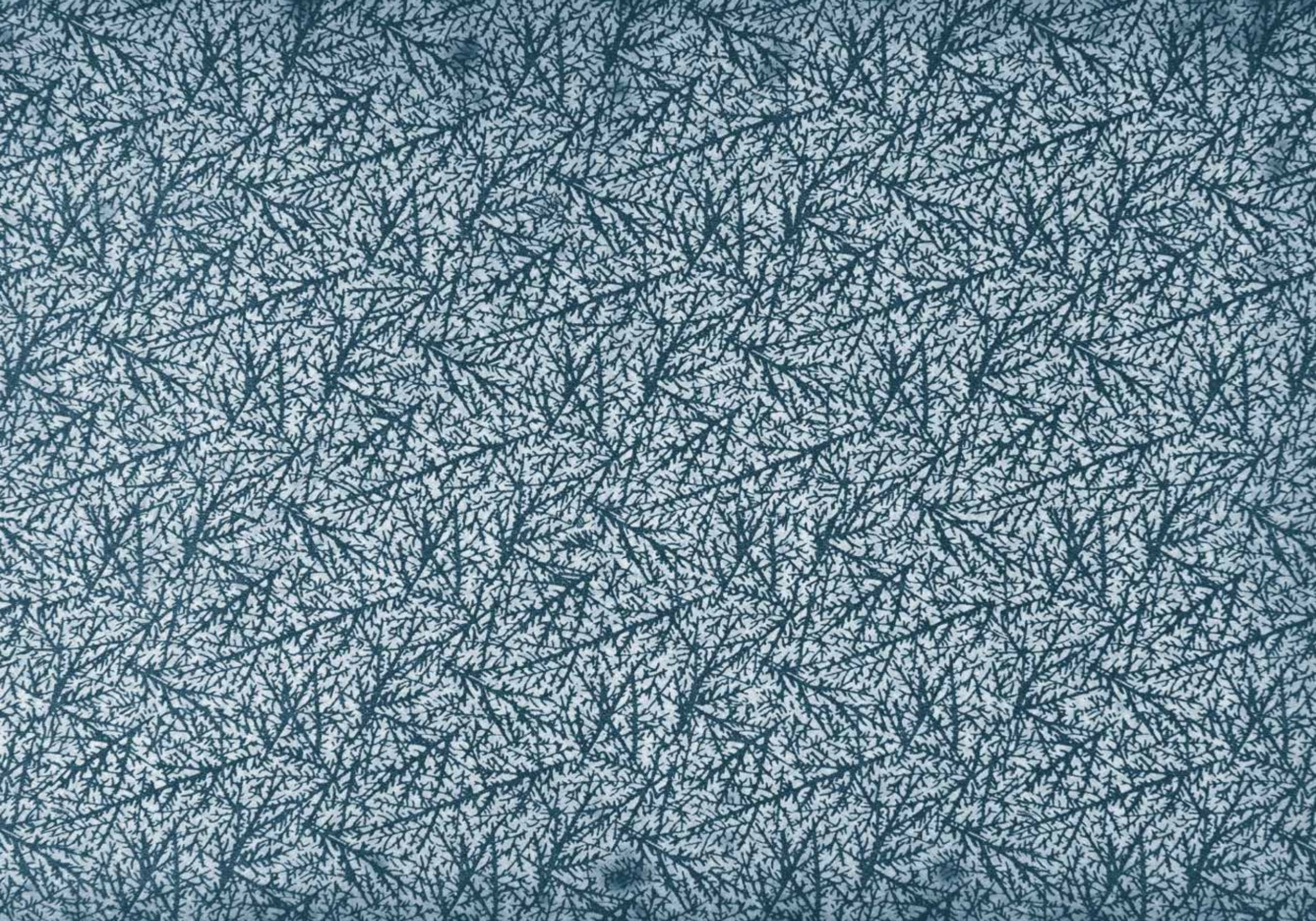
E porque se não compadece em lugar de lhes alijar o trabalho acrecentarlho com outro, tanto mayor, como he o das informações,

C 2

sobre



33. Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475–1542), *Visitação*, c. 1506–1511, Museu de Lamego.

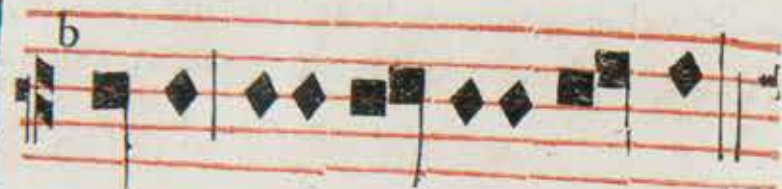


O convite de Paulo Pires do Vale para compor uma obra para a exposição *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* foi acolhido por mim com enorme entusiasmo. De imediato, pensei na hipótese de incluir citações do Fundo Musical do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a que entretanto tive acesso graças à inexcedível disponibilidade e simpatia de Francisco d'Orey Manoel. Foi assim que pude encontrar neste arquivo as obras de Duarte Lobo e Filipe Magalhães. E entretanto, pensei também que, para além das obras efectivamente presentes no arquivo, muitas outras da autoria de Filipe de Magalhães, que se teriam perdido em acidentes causados por acontecimentos como o terramoto de 1755, poderiam também ser citadas, já que teriam muito possivelmente sido compostas no âmbito das funções que desempenhou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

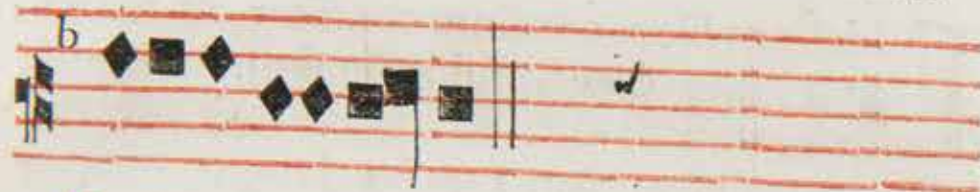
O meu interesse em utilizar repertório português da segunda metade do século XVI não é recente. Esta intenção intensificou-se, de resto, nos meus anos de estudo fora de Portugal, em que o maior conhecimento das tradições musicais da Europa central reforçou a minha constatação da enorme qualidade e originalidade do património musical quinhentista nacional. Procuro, no entanto, encarar todo o património cultural e, nomeadamente, o religioso, de uma forma dinâmica. Com isto, quero dizer que não só tento encarar este património à luz dos nossos dias, como procuro interrogar aquelas que são as nossas crenças e convicções contemporâneas face à herança do passado.

Finalmente, a ocasião de uma exposição sobre o tema da *Visitação* levou-me à composição de um *Magnificat* subordinado também ao tema da *visitação* entre linguagens musicais distintas. Por isso, *Magnificat* usa materiais tonais e modais sem, contudo, os usar de forma convencional. Quanto a mim, aliás, não faz sentido qualquer tipo de interdição em relação ao uso de determinado tipo de objectos na composição musical. O que me interessa é a relação entre esses objectos e não a consideração de cada objecto em si mesmo. Por isso, não hesito em usar tríades, quintas perfeitas ou outros objectos de outras linguagens, de outras épocas, ou de outras culturas. Na verdade, não concebo a minha composição isoladamente de todo um reportório cultural vasto, que existe e pede uma relação intertextual e dinâmica.

João Madureira



R egem cui om ni a vi vunt.

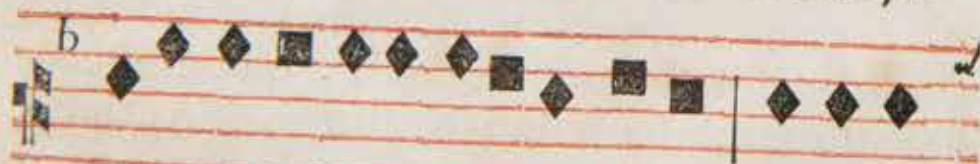


V e ni te a do re mus.

Psal. 94.



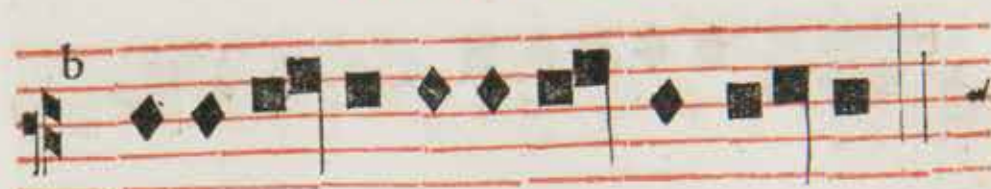
V enite ex ultemus Domino: ju-



bi lemus Deo sa lu ta ri nostro: præoccu-



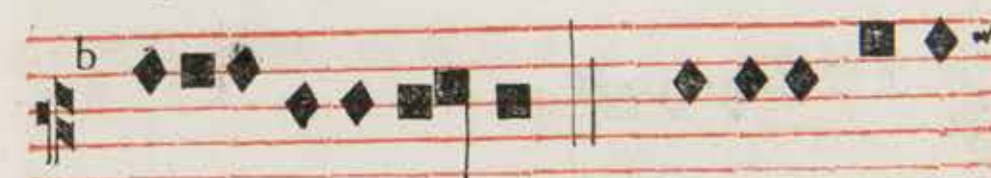
pemus faciem ejus in confes si o ne,
&



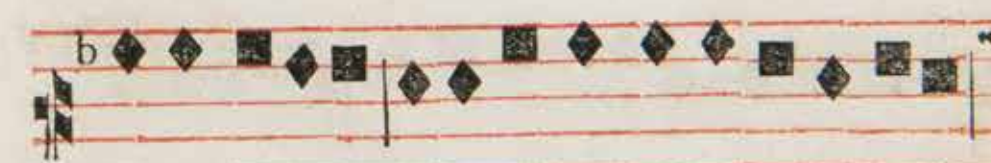
& in psalmis ju bi le mus e i.



R egem cui om ni a vi vunt.



V enite a do re mus. Q uoniam Deus



magnus Dñs, & rex magnus super oēs Deos,

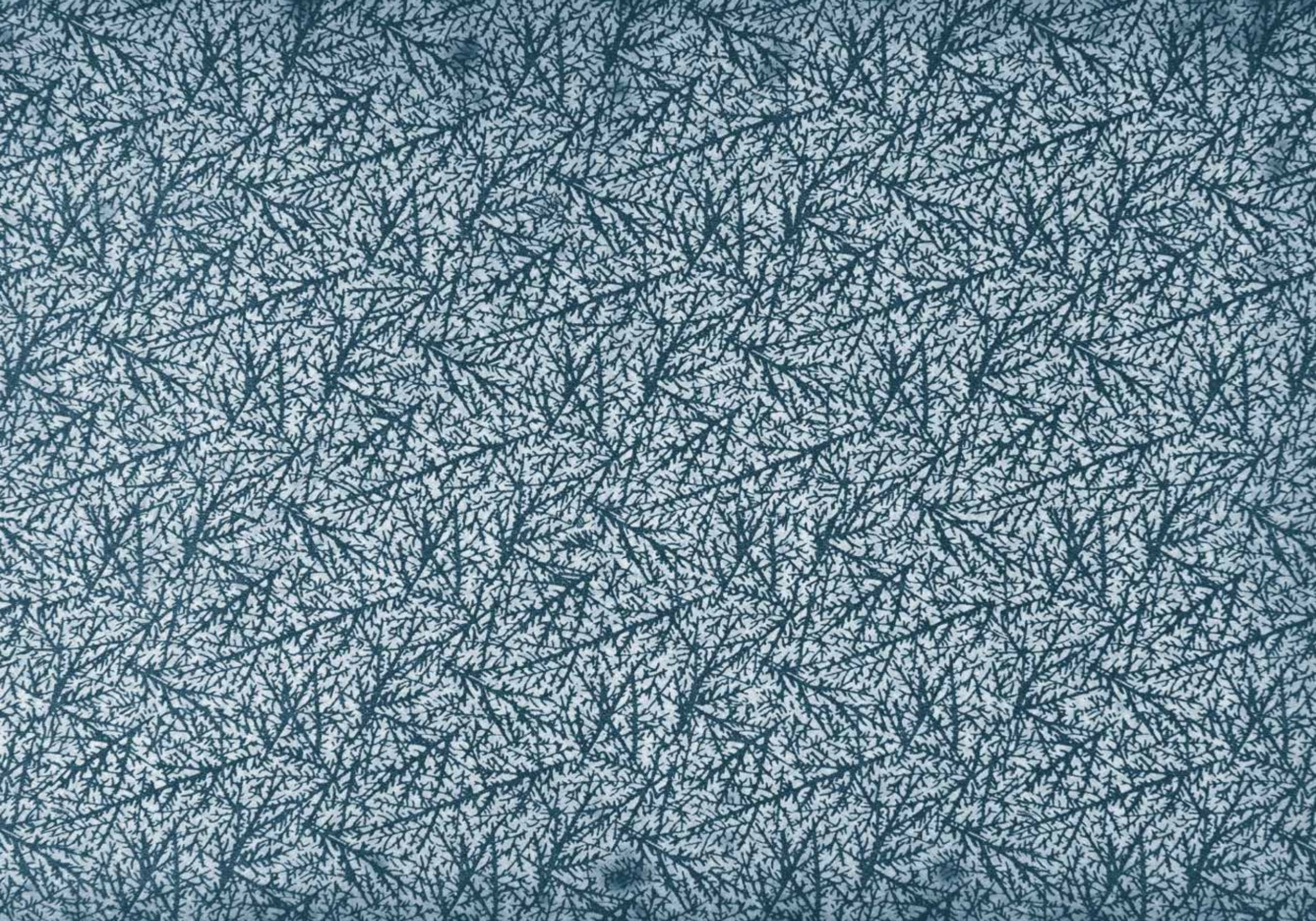


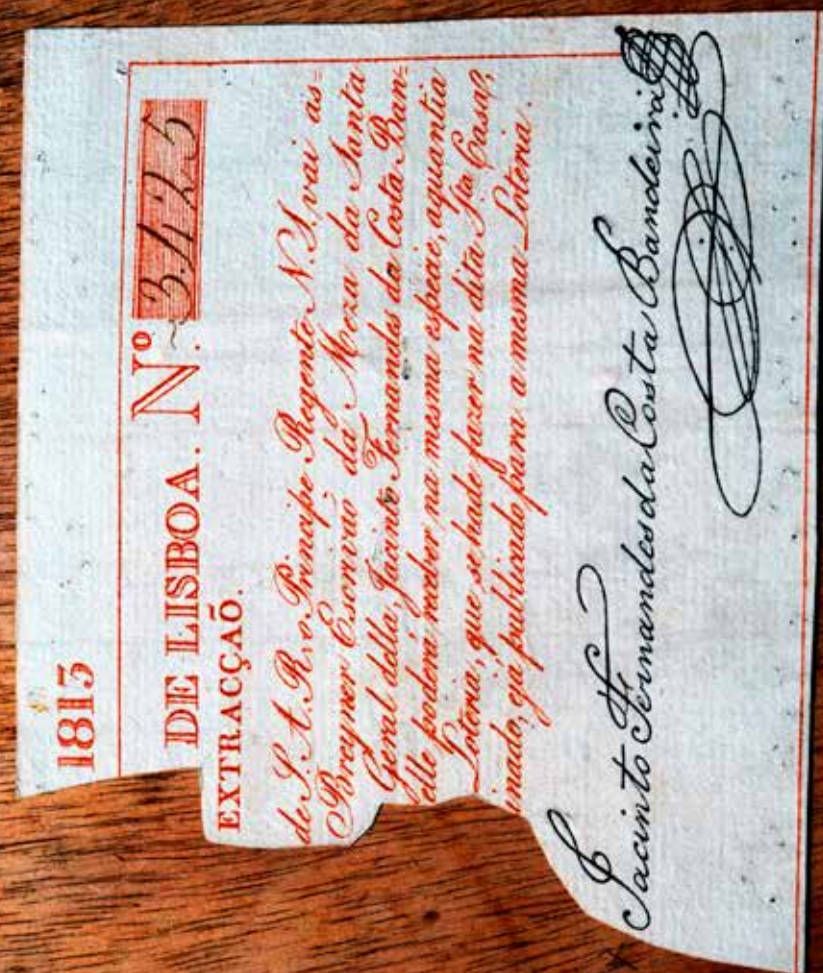
quoniam non repellet Dominus plebem suam,
quia

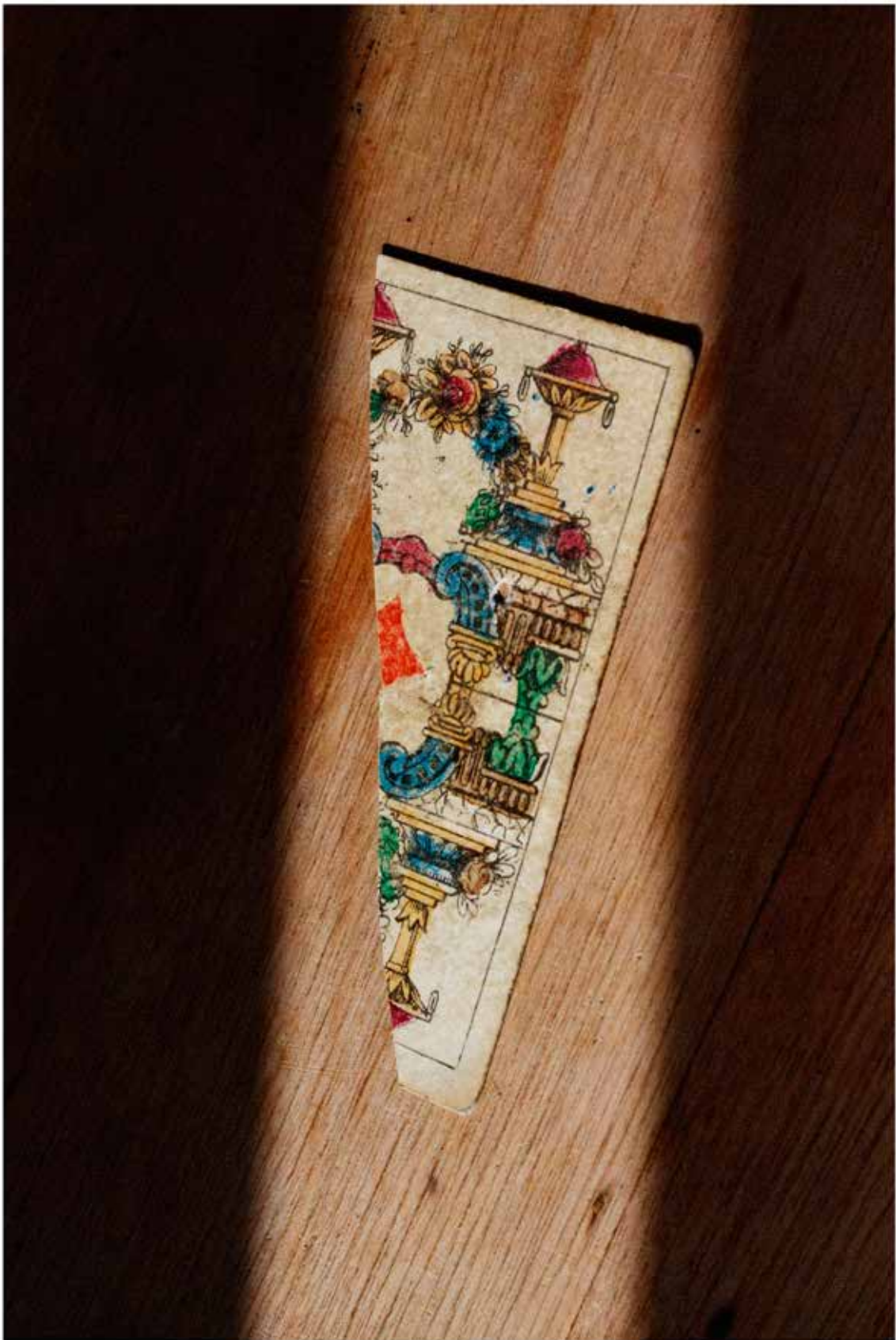
Magnificat: minha alma

Minha alma deseja um lar, o seu Senhor,
meu espírito resfresca o Deus por me salvar.

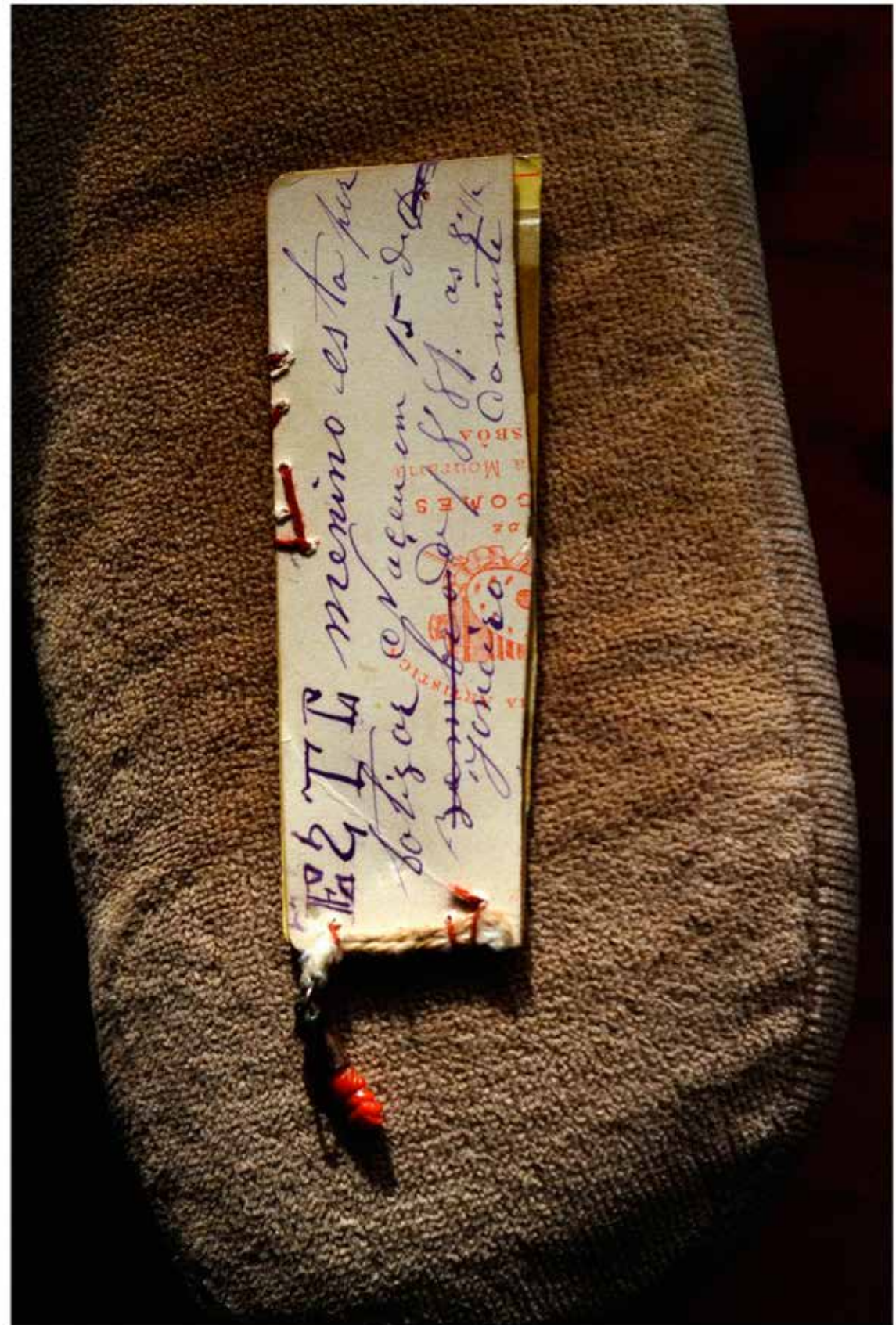
Magnificat: ele deu-nos o Filho

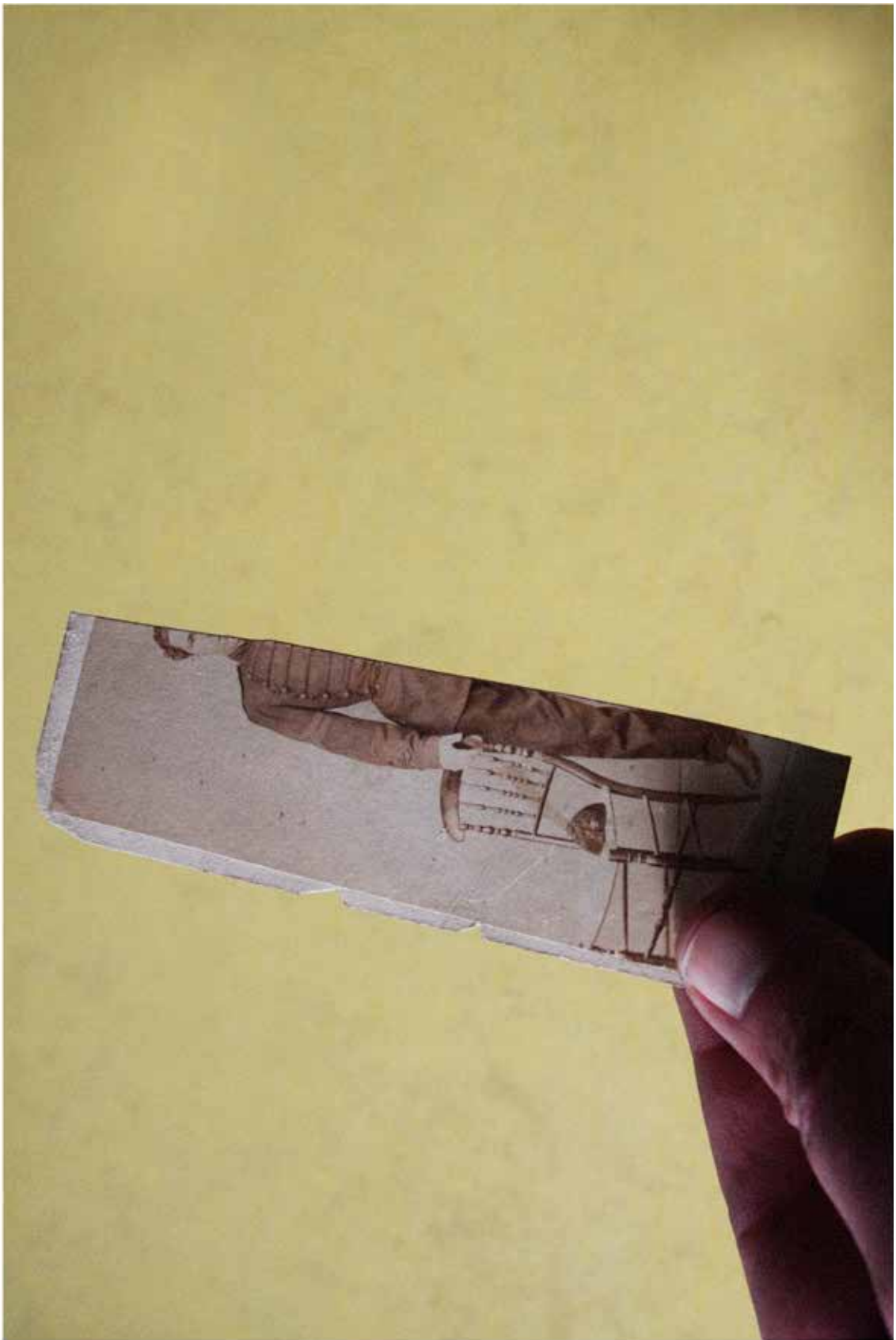






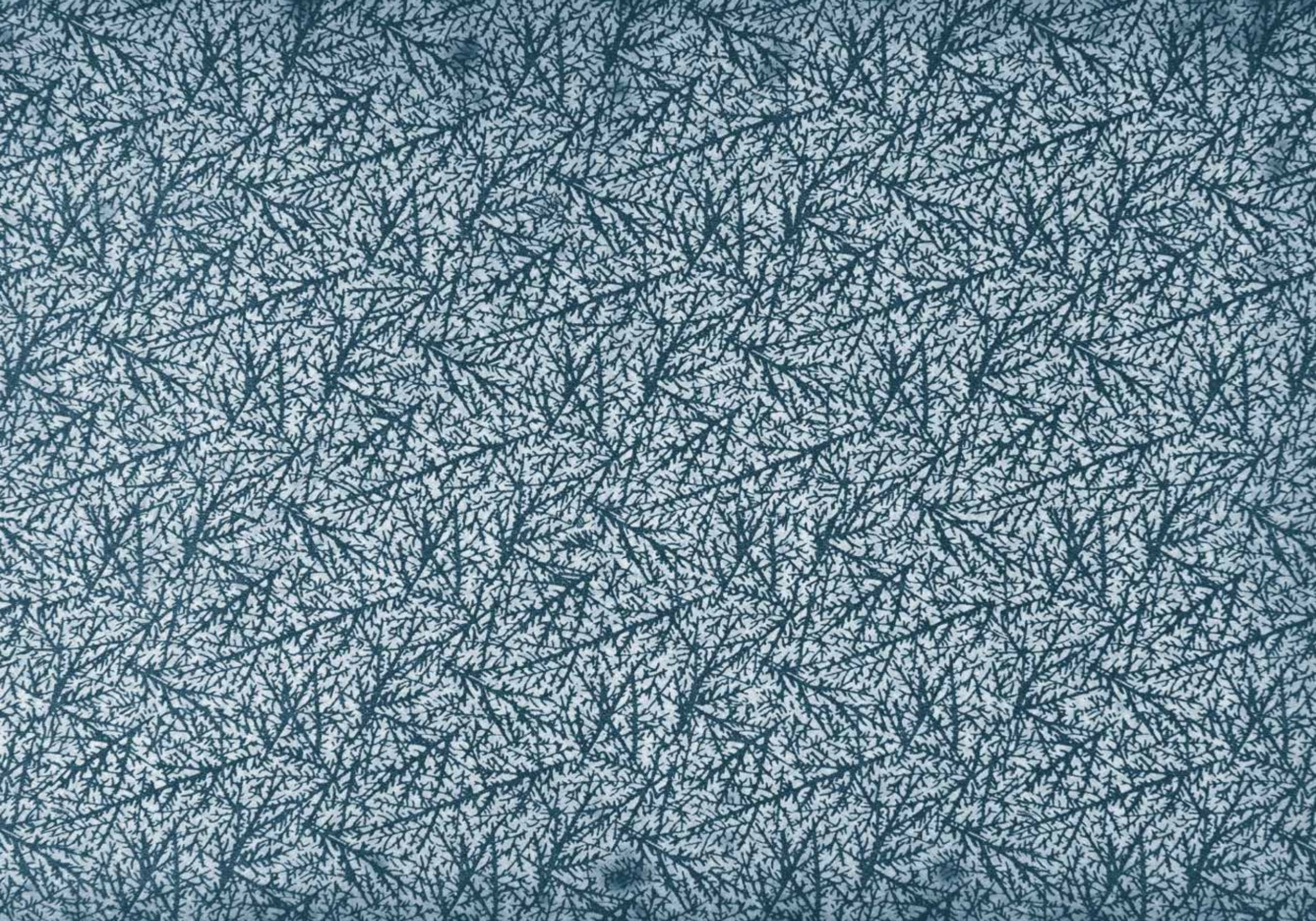












Emir cativos e presos uisit.
Megunda obra de misericórdia corporal h. f.
Curar os enfermos.
Tercera obra de misericórdia corporal h. f.
Caburar os nus
Quarta obra de misericórdia corporal h. f.
Alimentar os famintos
Quinta obra de misericórdia corporal h. f.
Curar e beber aos que h. m. f. e.
Alta obra de misericórdia corporal h. f.
Carpoitada aos peregrinos. E
 pobres.
Septima obra de misericórdia corporal h. f.
Enterrar os finados e os que
 obras de misericórdia se compri
 um quanto for possível na maneira
 abito de aido.
Eta fundamento do qual os
Fundadores criam a obra dita com

VISITA A 516 ANOS DE AÇÃO POR BOAS CAUSAS

1. A origem do desafio

Em Janeiro de 2014, foi lançado pelo Senhor Provedor, Dr. Pedro Santana Lopes, um importante *desafio* à Direção da Cultura: promover uma exposição que proporcionasse uma *visita* aos 516 anos de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), realçando *ações* significativas, que se materializaram ao longo destes cinco séculos, tendo por base o acervo documental desta Casa.

Como a atividade da Misericórdia de Lisboa se concretizou em áreas muito distintas, temos à disposição um extraordinário manancial de informação, cujo critério de seleção teve de ser forçosamente setorial, destacando-se apenas alguns aspetos emblemáticos do notável trabalho que esta Casa desenvolve ininterruptamente há mais de 500 anos.

A epopeia da Misericórdia teve início oficial quando, em agosto de 1498, após a Rainha D. Leonor ter lançado um *desafio* a um grupo de “homens bons”¹, foi constituída uma Irmandade concebida com características inovadoras² para a época. Determinava o seu *Compromisso*³, que o grupo dos cem confrades seria formado por cristãos de estratos sociais diversos⁴. Todos eles deveriam empenhar-se na prática das catorze obras de misericórdia⁵, tomar parte em diversas atividades implementadas pela nova Confraria e, anualmente, participar na eleição para a escolha dos membros que passariam a governar a Irmandade⁶. Cinquenta por cento dos Irmãos eleitos eram aristocratas, a outra metade era escolhida entre os “oficiais mecânicos”. Ao tomar posse nos cargos, este grupo de treze confrades, passava a reunir-se à volta de uma mesa⁷, que em alguns casos era redonda⁸ para não colocar em evidência nenhum elemento do grupo, independentemente da classe social de origem.

Estes dirigentes tinham como incumbência exercer funções específicas⁹ e incentivar os outros Irmãos a disponibilizar tempo, para ir ao encontro dos mais debilitados e desamparados. Todos deviam levar a cabo *ações* junto dos mais vulneráveis (como as órfãs, os doentes ou as crianças expostas¹⁰), em defesa dos mais desfavorecidos (como os pobres, os que não possuíam abrigo e os famintos) ou acompanhando os excluídos (como os condenados à pena capital). A todos estes grupos deviam tentar dar apoio material e conforto espiritual, contribuindo para reduzir o sofrimento na cidade e para edificar um ambiente social mais equilibrado.

Ao longo da vida, e mesmo na existência para além da morte, os Irmãos da Confraria da Misericórdia estavam presentes

1. Conjunto de 100 homens que se destacavam, nomeadamente pela sua conduta e postura, servindo de exemplo (vide fólio 3 do *Compromisso da Confraria da Misericórdia*, impresso em 1516, cota: L.A.XVI.114).

2. Esta Irmandade era distinta das confrarias medievais, porque não atuava tanto na interajuda entre os seus membros, mas tinha como objetivo agir no exterior, de modo a solidificar a doutrina cristã e, através da prática da caridade, desencadear um forte apoio à população, especialmente às camadas mais desprotegidas.

3. O *Compromisso* corresponde ao que hoje chamamos de Estatutos.

4. A Irmandade da Misericórdia incluía elementos que não eram nobres. Muitas vezes, as tarefas eram implementadas por grupos formados por dois membros, em que um era fidalgo e o outro plebeu. Deste modo, promovia-se não só o trabalho entre Irmãos de condições distintas, mas também a uniformização de tarefas exercidas pelos vários membros.

5. O amplo conjunto de obras de misericórdia é composto por **sete obras espirituais e sete obras corporais**. As primeiras, mais orientadas para questões morais e religiosas: ensinar os simples, dar bom conselho a quem o pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes desconsolados, perdoar a quem nos fez mal, sofrer as injúrias com paciência, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. As obras corporais estão relacionadas sobretudo com preocupações materiais: remir os cativos e assistir os presos, visitar e curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres, enterrar os mortos. Este “programa de ação”, muito mais diversificado e complexo do que aquele que era estabelecido no seio das anteriores confrarias medievais, permitiu que, passados mais de cinco séculos, os seus objetivos continuem atuais e sirvam ainda de padrão orientador para a atuação das diversas Misericórdias.

6. Esta eleição realizava-se a 2 de julho e decorria depois de terminadas as cerimónias de evocação da visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel, vide capítulo II (fólio 3 verso) e capítulo IV (fólio 4 verso), do Compromisso impresso em 1516 (cota: L.A.XVI.114 e cota: L.A.XVI.115).

7. Mais tarde, e porque as decisões eram tomadas em reuniões onde os membros estavam sentados à volta de uma mesa, o órgão formado pelos elementos que chefiava a Misericórdia, passou a ser designado por “Mesa” ou por “Mesa Administrativa”.

junto dos que mais precisavam, ajudando-os a minimizar problemas do corpo, da mente e da alma. Devido à sua vasta ação, a Irmandade da Misericórdia acabou por ser *condecorada* pela sociedade com o *título* de “Santa Casa”. Como foi referido atrás, os Irmãos estavam presentes nas diversas etapas da vida da população:

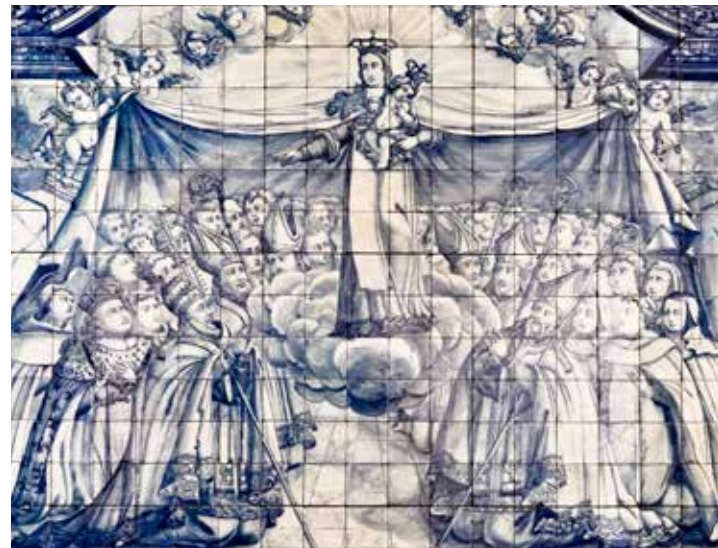
- no acolhimento e educação das crianças¹¹ que eram entregues aos cuidados da Misericórdia, quando as famílias não podiam assegurar a criação e o ensino dos seus filhos¹²;
- nos momentos marcados pelo sofrimento e por contrariedades, como no caso das doenças;
- estimulando a oração, organizando eventos religiosos, designadamente as procissões, que se tornavam momentos especiais de solidificação da fé e de aproximação da população com a “sua” Misericórdia;
- em épocas de grandes infortúnios, tais como as relacionadas com situações de viuvez ou de orfandade;
- levando alguma paz e conforto espiritual, em períodos de dificuldade e angústia, como os momentos de desavenças¹³ ou até de situações que levavam à prisão;
- também na altura da morte e sepultação, realizando celebrações e rituais litúrgicos, assistidos por música sacra, que ajudavam a uma maior interiorização e promoviam a realização de súplicas por alma dos que já tinham partido.

Tanto a nível político como no domínio espiritual, interessava replicar este modelo, pelo que rapidamente nasceram Irmandades de Misericórdia em quase todas as povoações com algum relevo, as quais serviram frequentemente de braço assistencial do poder estabelecido. Esta interferência era visível, nomeadamente através do impulso régio na criação de novas Misericórdias, na elaboração de legislação específica com atribuição de privilégios, ou ainda na concessão de benesses, muitas vezes inscritas em disposições testamentárias.

É neste contexto que surge a entrega à Misericórdia de Lisboa de uma nova e imponente sede¹⁴, edifício que foi mandado construir por D. Manuel I e concluído em 1534, já no reinado de D. João III.

O papel da Misericórdia de Lisboa foi sendo cada vez mais marcante, de tal forma que, em 1564, a Irmandade passou a administrar o grande Hospital de Todos-os-Santos, estrutura de caridade concebida não só para tratar os doentes, mas também para apoiar os pobres e os carenciados¹⁵.

Integrado neste *desafio* de afirmação e crescimento das Misericórdias, é essencial sublinhar o papel dos beneméritos que, ao longo dos séculos, atraídos pela *ação* das Santas Casas, doaram bens muito significativos, possibilitando fazer frente aos novos *desafios* de apoio aos mais desfavorecidos.



A Mãe de Cristo, Senhora da Misericórdia, acolhendo toda a humanidade, sob o seu manto protetor (pormenor de painel de azulejos do Hospital de São José de Lisboa).

2. A arte e a documentação como mecanismo de afirmação e como marca de poder

É importante referir que a promoção das diversas formas de expressão artística esteve sempre presente, desde os primeiros tempos de existência das várias Irmandades da Misericórdia. Tanto monarcas, como provedores e benfeitores incentivaram a criação de obras de arte, de modo a enriquecer o património e a difundir a *ação* destas Confrarias.

Diversas peças, com valor artístico especialmente significativo, foram preservadas por sucessivas gerações. Estes objetos concediam prestígio crescente à Santa Casa e, consequentemente, aos seus membros, perpetuando a *memória* das atividades desenvolvidas.

Em alguns casos, chegaram-nos apenas testemunhos escritos de determinadas peças artísticas, utilitárias ou de documentação específica, como é o caso:

a) dos livros onde se registavam todas as “amizades” que os Irmãos conseguiam que fossem alcançadas entre pessoas incompatibilizadas. A inscrição dessas reconciliações era assinada por testemunhas para que, mais tarde, as partes não negassem esses entendimentos, “por que o ymiigo da cruz sempre trabalha destrouar todo o bem fazer pera que os fiees crisptaãos se nom possam saluar”¹⁶.

b) do “pendão” ou “bandeira” original¹⁷, que os *Compromissos* mais antigos referiam que devia ter a representação de

8. Como exemplo podemos referir a mesa redonda preservada na Misericórdia de Abrantes ou a que existe na Misericórdia de Vila Viçosa. Qualquer uma destas mesas de reuniões inclui um cadeiral formado por quatro peças (cada uma suportando vários assentos), as quais também tinham forma arredondada. Apesar da “igualdade” dos participantes, a extraordinária mesa conservada em Abrantes possui um motivo ornamental ou palmeta, que destaca o lugar do provedor. No caso de Vila Viçosa, a figura do provedor era realçada porque este se colocava num assento individual, distinta do cadeiral coletivo.

9. Por exemplo, indo em grupos de dois Irmãos (um nobre e outro “oficial”) promover o tratamento dos doentes, recolher esmolas, acudir os presos, ou visitar necessitados em cada uma das três “visitas” ou zonas em que a cidade de Lisboa estava dividida, segundo refere o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* (Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1619).

10. Os “expostos” eram as crianças que os progenitores colocavam na “roda”, passando a sua criação a ser providenciada por uma instituição idónea.

11. A partir de 1564, a Irmandade da Misericórdia passou a administrar o Hospital de Todos-os-Santos que, entre outras, tinha como incumbência receber e educar as crianças que eram entregues, porque os pais não as podiam criar.

12. Estas crianças eram designadas por “expostos”.

13. Os *Compromissos* antigos incluíam um capítulo intitulado «Em como ham de procurar pera fazerem amizades». Promovia-se a reconciliação entre as pessoas desavindas, ficando registadas num livro todas as «amizades que assy se fizerem» (capítulo XIX, fólio XIII verso, do *Compromisso* impresso em 1516 – cota: L.A.XVI.114 e cota: L.A.XVI.115).

14. Este edifício em estilo manuelino caiu durante o terramoto de 1755. Depois, foi parcialmente utilizado para aí se edificar a Igreja da Conceição Velha, cujo tímpano da porta é composto por uma escultura com uma admirável representação de Nossa Senhora da Misericórdia.

15. Esta é a descrição que foi redigida na legenda da gravura de Lisboa, executada por Sebastian Henric petri, e concebida perto do final do século XVI. Um exemplar desta imagem impressa é preservado no Arquivo Histórico da SCML, tendo sido usada para ilustrar um dos pontos multimédia desta exposição. Agradecemos ao Dr. João José da Silva Santos a entrega benemérita do trabalho de tradução do texto inserido na legenda desta gravura e que está redigido em alemão antigo.

16. Capítulo XIX, fólio XIII verso, do *Compromisso* impresso em 1516 (cota: L.A.XVI.114).

17. É natural que estas bandeiras se tenham degradado ao longo dos tempos, uma vez que os *Compromissos* determinavam que o pendão devia acompanhar os Irmãos em diversas cerimónias, pelo que a sua utilização era muito frequente, inclusivamente ao ar livre e em condições climatéricas por vezes adversas.

Nossa Senhora da Misericórdia¹⁸ de ambas as faces¹⁹;

c) da “campainha manual”²⁰ que servia para chamar os Irmãos da Confraria, a fim de participarem em atividades concretas²¹;

d) das varas dos mesários, das capas ou “saio”, das tochas e lanternas, bem como dos crucifixos que eram usados nas procissões, desde o final do século XV²²;

e) das “tumbas” ou “andas” referidas nos primeiros *Compromissos*²³ e que indicam a existência dum esquife para transportar os cadáveres dos condenados à morte e de outro caixão destinado a levar outros defuntos, cujos enterros eram acompanhados pela Irmandade.

f) das “arcas” ou “cepos”²⁴ que tinham como finalidade conservar em segurança as recolhas de donativos.

No caso da Misericórdia de Lisboa, o brutal terramoto de 1755 destruiu a sede manuelina e inutilizou grande parte do seu relevante recheio²⁵. No entanto, algumas peças e documentos considerados expressivos foram recuperados e preservados, tendo chegado até nós um acervo constituído por elementos com grande significado, como é o caso:

a) do portal manuelino da antiga igreja da Misericórdia, que sobreviveu ao violento sismo, servindo posteriormente como porta de acesso ao templo que aí foi edificado, o qual foi designado de Igreja da Conceição Velha.

b) de outro portal da antiga igreja da Misericórdia que, em 1873, foi transferido para o Museu Arqueológico do Carmo (em Lisboa)²⁶.

c) do bastão (ou maça cerimonial de aparato), executado em prata, que era utilizado pelo provedor da Misericórdia como símbolo do seu poder²⁷. O topo desta peça possui um castão, decorado com quatro cenas de grande qualidade gravadas a cinzel. Três representam as seguintes obras de misericórdia, simultaneamente espirituais e corporais:

. visitar os presos, assistindo-os com a leitura das Sagradas Escrituras e levando-lhes sustento material, através da distribuição de pão para lhes saciar a fome. É interessante salientar alguns pormenores: um dos encarcerados é representado com óculos e outro espreita por uma janela lateral.

. enterrar os mortos, rezando pelas suas almas. Note-se que, para além do esquife que contém o corpo envolto numa mortalha, a imagem inclui um sacerdote que leva a cabo os ritos e orações fúnebres, assim como os irmãos que acompanham o cortejo, envergando as suas capas e transportando as varas, as tochas e a bandeira da Irmandade.

. dar pousada aos peregrinos e acolher os pobres, recebendo-os e disponibilizando guarida, de modo a proporcionar-lhes descanso físico e conforto espiritual.

A quarta imagem é referida por alguns autores como sendo



18. A Senhora da Misericórdia que, sob o seu imenso manto, suspenso por anjos, protege toda a população, é o símbolo mais antigo desta Irmandade, aparecendo representada com mestria em diversas peças, logo no início do século XVI. É o caso dos *compromissos* impressos em 1516, onde a Mãe de Cristo é apresentada com grande perfeição (cota: L.A.XVI.114 e cota: L.A.XVI.115). A mesma iconografia também foi utilizada numa iluminura do *Compromisso* executado em 1520 (código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/07/02), ou no tímpano, sobre a porta lateral da antiga Igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa. Ao longo dos séculos, este tem sido um elemento identificador das Misericórdias.

19. Vide fólio 7 do *Compromisso* manuscrito executado pelo escrivão Gomes Peixoto, em 1502 (código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/07/01). A indicação de que a imagem da Virgem da Misericórdias deveria estar representada nas duas faces do pendão, também vem referida no verso do fólio 10 d'O *Compromisso da confraria de Misericórdia*, obra impressa em 1516, por Valentim Fernandes e Hermão de Campos (cota: L.A.XVI.114).

20. Mencionada no *Compromisso* manuscrito de 1502 (fólios 2, 7 ou 9) ou no *Compromisso* impresso de 1516 (nomeadamente nos fólios 3 ou 10 verso).

21. Relativamente às campainhas originais temos conhecimento de que a Santa Casa da Misericórdia de Évora conserva uma (profusamente decorada, executada em metal, com 13x6,5cm), que contém uma inscrição na base, onde é registado o ano de 1555.

Pormenores da decoração do bastão do provedor da Misericórdia de Lisboa, séc. XVI/XVII.

22. Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas (do Patriarcado de Lisboa) existe uma cruz processional (executada em prata e que está datada de 1548-1549), a qual inclui a representação de Nossa Senhora da Misericórdia, com o manto aberto para proteger a população. Imagens desta excecional peça vêm reproduzidas na página 174 do catálogo da exposição *500 anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração* (Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000).

23. Registadas, por exemplo, no fólio 7 do *Compromisso* manuscrito em 1502, ou no fólio 10 verso, do *Compromisso* impresso em 1516.

24. No *Compromisso* manuscrito de 1502 (fólios 7 e 7 verso) ou no *Compromisso* impresso em 1516 (fólios 10 verso e 11) vêm registadas diversas “arcas” ou “cepos” para recolha de dinheiro, roupa e entrega de outras esmolam.

25. Neste tremor de terra, ocorrido a 1 de novembro de 1755, o edifício manuelino caiu e foi, em grande parte, consumido pelo fogo. Com ele, desapareceu um espólio imenso e a documentação antiga da Instituição, que era guardada no importante Cartório. O facto de se ter perdido a *memória*, inviabiliza a reconstituição de aspetos fundamentais relacionados com a atuação da Misericórdia de Lisboa nos primeiros séculos de existência.

a representação da consagração do matrimónio²⁸. Apesar de não se tratar de uma obra de misericórdia, o desenho do casamento poderá ter sido selecionado para figurar neste bastão, por se tratar do sacramento que institui a união do homem com a mulher. Este sacramento implica que cada cônjuge tenha como objetivo a promoção do bem-estar e da felicidade do outro, pelo que deve promover o espírito das obras de misericórdia. Acresce que este sacramento simboliza, não só o matrimónio de Cristo com a Igreja Povo de Deus, mas também a Aliança misericordiosa de Deus com a Humanidade.

d) da pintura a óleo sobre madeira que tradicionalmente era identificada como representando o terceiro casamento de D. Manuel I. Trata-se de uma obra de grande qualidade artística, executada em 1541 por Garcia Fernandes, que possui especial importância para a Misericórdia de Lisboa, uma vez que nela se encontra retratado o provedor D. Álvaro da Costa.



Portmensor de pintura de Garcia Fernandes exposta no Museu de São Roque, ultimamente identificada como *Casamento de Santo Aleixo*, onde é retratado D. Álvaro da Costa, provedor da Misericórdia de Lisboa (1541).

Todos estes fatores, assim como as diversas interpretações sobre que casamento representa, têm incentivado investigações e diversos estudos acerca deste quadro²⁹.

e) de diversa documentação antiga, produzida antes do terramoto de 1755³⁰, e que trata assuntos distintos, nomeadamente os relacionados com:

e)-1) o apoio aos bebés que por diversas razões as famílias tinham de colocar na roda dos expostos³¹. Designadas genericamente de “**expostos**”, estas crianças eram entregues aos cuidados duma Instituição, que merecia toda a confiança para supervisionar a sua criação e a educação. Para permitir o controlo do percurso de cada um destes menores, muitos registos foram produzidos e conservados pela Misericórdia, sendo que estas séries documentais foram descritas no *Inventário da Criação dos Expostos* (Lisboa: SCML, 1998)³². De entre esta documentação podemos destacar o conjunto de “sinais de expostos”, os quais eram compostos pelos objetos que os pais colocavam junto das crianças, para servirem como identificação e garante da correspondência entre a criança e os seus progenitores. Na sua grande maioria cada “sinal” era composto por um “escrito”, texto onde eram transmitidas recomendações, pedidos e outras mensagens específicas. Por vezes, os “escrito” podiam incluir diversos tipos de objetos, alguns relacionados com os progenitores, aparecendo também peças que serviam como elemento de “proteção”, como os que eram baseados em crenças religiosas ou superstições³³. Quando os pais vinham reclamar os seus filhos entregavam, geralmente, um documento igual ou que completava o sinal que tinha sido entregue (designado de “contra-sinal”), o qual podia possuir, por exemplo, um corte irregular, que se ajustava e encaixava na outra metade.

Podemos estabelecer um paralelo entre o tempo e os “sinais de expostos”. Em cada situação, a história do passado dessas pessoas só será desvendada quando, no futuro, tivesse lugar a “visita” dum familiar. Deste modo, a mensagem que tinha sido depositada originalmente completava-se e, a partir desse momento, a vida desse exposto passava a ser acrescentada de memórias familiares, antevendo-se a promessa de um futuro diferente.

Preservou-se ainda outra documentação que trata de assuntos relacionados com os expostos. É o caso de informações relativas à obrigação de entrega de verbas destinadas a auxiliar a sua criação, como por exemplo:

. o Decreto de 1668 que incumbia o Senado da Câmara de Lisboa a pagar uma verba anual para os expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/039*).

. o Breve Pontifício de 1676, que determinava a entrega de determinado montante por parte da Mesa Episcopal de Lisboa

26. No catálogo deste Museu, intitulado *Construindo a memória: as coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, esta peça é descrita nas páginas 452, 453 e 470. Indica-se que o portal contém uma inscrição que menciona o ano de 1534 e que no inventário deste Museu, elaborado em 1891, é referido que esta peça foi “desentaipado na igreja da Conceição velha [...]”, tendo sido identificada com o n° 3.867.

27. Este objeto tem um valor muito significativo para a Misericórdia de Lisboa, encontrando-se exposto no Museu de São Roque, tendo-lhe sido atribuído o n° 624 no inventário da ourivesaria.

28. Poderá ser consultada a página 124 do catálogo *Museu de São Roque* (2ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008), ou a página 28 do livro *Ourivesaria e Iluminura: século XIV ao século XX* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998). Neste segundo trabalho é indicado que o bastão «era utilizado no casamento das órfãs recolhidas pela Santa Casa» mas, após diversas pesquisas, não encontramos qualquer base documental para comprovar esta afirmação. Vítor Ribeiro refere apenas que esta «grande massa [...] acompanhava o Provedor nos actos solenes da Casa» (vide página 329, no seu trabalho *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1902).

29. Esta pintura está descrita no nº 2 do catálogo *Museu de São Roque* (2ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008). Poderá igualmente ser consultado o texto que foi redigido no nº 5 da obra *Pintura: coleção de pintura da Misericórdia de Lisboa: século XVI ao século XX* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998. In *Colecção Património artístico, histórico e cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume V). Entre outros, também Vítor Ribeiro fez referência a este quadro (vide páginas 288 a 295, no seu trabalho *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902).

30. Para consultar uma lista mais exaustiva de documentos que foram salvos após ter ocorrido este terramoto, poderão ser analisadas, entre outras, as páginas 313 a 328 do trabalho de Vítor Ribeiro, intitulado *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902), ou a base de dados que tem vindo a ser elaborada pelos técnicos do Arquivo Histórico da SCML.

31. Em Lisboa a roda dos expostos localizava-se no Hospital de Todos-os-Santos e, depois do terramoto de 1755, esta estrutura foi transferida para a antiga Casa Professa de São Roque, edifício que ainda hoje é a sede da Misericórdia. A entrega destas crianças manteve-se anónima até 1870, ano em que se passou a registar o nome dos progenitores e as causas da exposição.

destinado aos expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/052*).

. o Breve Pontifício de 1676 ou do Decreto de 1692 que dizem respeito a pensões pagas pelo Arcebispado de Braga para auxiliar a criação dos expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/060 e /062*).

Foram também emitidos outros diplomas, designadamente os destinados a incentivar o aumento do número de amas que cuidavam dos expostos, como referem os Alvarás Régios de 1654, 1701 e 1746, ou a Provisão do Desembargo do Paço de 1735 (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/016, /065, /088 e /080*); estes textos estabelecem a isenção do cumprimento de obrigações militares por parte dos maridos e dos filhos de amas.

e)-2) a área da **saúde**, nomeadamente:

. Cartas Régias de 1532 e de 1665, concedendo privilégios ao marchante³⁴ do Hospital de Todos-os-Santos, assim como benefícios idênticos ao carnicheiro da Misericórdia de Lisboa (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/003 e /024*).

. diplomas atribuindo benefícios ao Hospital no abastecimento de bens para “sustento” dos doentes, como a Carta Régia 1658 referente à entrega de trigo (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/019*), a documentação de 1665 relativa ao fornecimento de legumes, incenso e de outros produtos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/022, /029 e /034*), assim como o documento de 1722 relacionado com a atribuição de açúcar (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/072*).

. Alvará Régio de 1564, concedendo à Misericórdia rendimentos de capelas³⁵ que se encontravam vagas, para serem aplicados na cura de doentes (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/006*).

. documentação de meados do século XVIII relativa à entrega ao Hospital de parte dos rendimentos provenientes do monopólio do aluguer de cadeirinhas, destinadas ao transporte de doentes na cidade de Lisboa (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CT/04/05/040*).

e)-3) **assuntos espirituais**, podendo-se destacar:

. Breve Pontifício de 1561, autorizando o Hospital de Todos-os-Santos a administrar os sacramentos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/005*).

. Breve Pontifício de 1681, concedendo indulgência aos padecentes ou condenados à morte que se confessassem, mostrassem arrependimento e invocassem a imagem de Cristo (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/054*).

e)-4) **normas internas e gestão da Casa**, salientando:

. uma cópia manuscrita do *Compromisso*, redigida pelo es-

crivão Gomes Peixoto, em 1502³⁶, lavrado sobre pergaminho, exemplar que se encontra no Arquivo Histórico da SCML (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/01*).

. o *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa, manuscrito iluminado sobre pergaminho, datado de 1520 (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/02*). Esta obra de arte foi executada com grande competência e perfeição pelo escritor André Peres e inclui importantes iluminuras, atribuídas a António d’Holanda. Apesar de ter feito parte da biblioteca particular dos condes de Castelo Melhor, este livro foi adquirido em 1879 num leilão³⁷. Atualmente, encontra-se preservado no Arquivo Histórico da Misericórdia.

. o livro dos privilégios e mercês (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/01/001*). A Misericórdia tinha direito a um juízo privativo, uma vez que estava destacado um desembargador da Casa da Suplicação para tratar dos assuntos relacionados com a Misericórdia, sendo que este Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa e Hospital de Todos-os-Santos, tinha precedência sobre o das Casas Nobres.

3. A exposição com um fio condutor

Nos últimos tempos, tem-se vindo a consolidar a convicção de que as atividades culturais são instrumentos potenciadores de integração social. Deste modo, o reforço dessas iniciativas passou a ser um meio de pôr em prática obras de misericórdia, tendo-se dado um sentido mais amplo às determinações que indicam que se deve “dar bom conselho”, “ensinar” os que não têm conhecimento, ou até mesmo “fornecer alimento” a todos os que procuram fazer face a essas carências. Neste sentido, a cultura tem vindo, de uma forma progressiva, a estar acessível a um maior número de membros da comunidade. Com esta exposição desejamos também captar várias faixas etárias e diversos estratos da população, aspirando a que os visitantes possam retirar proveito desta iniciativa.

Através da presente mostra não pretendemos, tal como foi referido no início deste texto, apresentar uma sequência cronológica de documentos, que retratem todas as áreas de atuação da SCML. Desejamos, antes, que esta exposição proporcione uma *visita* sedutora, disponibilizando a todos uma progressiva descoberta de atividades marcantes, relacionadas com o importante papel que a Misericórdia desempenhou ao longo dos tempos. Essencial será cativar as pessoas, propondo-lhes uma atitude de descoberta ativa, numa exposição que integra algumas séries de documentos de arquivo, complementadas com outras peças que facilitam a interpretação de acontecimentos específicos. Além disso, a exposição deveria ter um cunho fortemente artístico e um cariz mergulhado

32. No *site* da Misericórdia de Lisboa já se encontra disponível este *Inventário*, que contém a descrição do acervo documental referente aos expostos da roda. Neste *site* também podem ser consultados os últimos artigos produzidos pelos técnicos da SCML, e que foram publicados na revista da Santa Casa, intitulada *Cidade Solidária*. Os investigadores podem ter acesso a estes trabalhos, redigidos nos últimos anos, em http://www.scml.pt/areas_de_intervencao/cultura/arquivo_historico/trabalhos_publicados/

33. Medalhas ou estampas de Cristo, Nossa Senhora ou Santos, aparecendo também figas ou outros amuletos, mas também tranças de cabelo da mãe, meias de algodão, moedas, dados ou cartas de jogar, frações de bilhetes de lotaria, fotografias, pulseiras, brincos, entre muitos outros objetos pessoais, cheios de sentimento e com significados específicos.

34. Pessoa ligada aos matadouros e ao negócio com gado.

35. Neste caso, a expressão “capela” é utilizada na aceção de conjunto de bens materiais destinados a permitir a realização de ofícios religiosos por alma do testador ou de outra pessoa por ele indicada. Por vezes essas determinações deixavam de ser concretizadas e as verbas ficavam sem ser utilizadas, daí que este diploma conceda à Misericórdia bens dessa natureza.

39. Nomeadamente nas partituras do Mestre de Capela da Igreja da Misericórdia, Filipe Magalhães, que viveu entre 1563/65 e 1652.

40. Este texto é inspirado no cântico recitado pela Virgem Maria, na ocasião da Visitação a sua prima, após Santa Isabel a ter louvado como Mãe do Salvador.

tintas. Com base no acervo documental e utilizando diversas peças, estes intérpretes talentosos atualizaram linguagens, atribuindo novos significados e destinos a cada mensagem.

João Lopes Madureira Silva Miguel baseou-se em repertório português do século XVI³⁹ e no texto do *Magnificat*⁴⁰. Apesar deste tema ter inspirado muitos artistas ao longo dos séculos, a peça musical agora criada por João Madureira foi profundamente influenciada por uma visão contemporânea. Terá a sua primeira audição pública no final da exposição. Para interpretar esta composição foi selecionado o *Officium-vocal group*, composto por vozes consagradas e que tem como diretor artístico Pedro Teixeira. Foram também contratados os músicos Ana Cristina Castanhito de Almeida, na harpa, João Afonso de Bragança Pereira Coutinho, na flauta, e Luís Miguel Oliveira Gomes, no clarinete. O *Compact Disc*, com a gravação da peça fará parte integrante do catálogo desta exposição.

Daniel Blaufuks recriou documentos e deu a cada objeto um sentido distinto através das suas fotografias. No conjunto apresentado, foram salientadas determinadas peças que são elementos constitutivos de alguns “sinais de expostos”. Esta é uma leitura particular com imagens fortes, até porque, quando analisamos os “sinais”, deparamo-nos com mensagens que transmitem uma vibração especial, que nos transporta para o domínio do “transcendente”, e nos obriga a ter a atitude de respeito, idêntica a quem “pisa chão sagrado”.

O realizador Pedro Costa apresenta-nos uma instalação com a projeção de figuras humanas que convidam o público a participar nesta *visita*, onde se retratam algumas das *ações* que, ao longo dos tempos, foram promovidas e concretizadas pelas Santas Casas, tendo em vista cada indivíduo como um Ser único e insubstituível, integrado numa sociedade complexa e dinâmica.

Com o projeto expositivo de Filipe Alarcão foi possível, para além de evidenciar a beleza das peças selecionadas, dar realce aos diferentes documentos, numa galeria que integra um espaço complexo e que reabre as portas, depois de ter sofrido uma importante intervenção. A exposição de cada peça também foi valorizada com a participação de Vítor Vajão, especialista com reconhecido mérito na área da luminotecnia. O recurso a materiais multimédia possibilitará, certamente, uma otimização da relação do visitante com determinados elementos expostos.

Será essencial referir também que as peças generosamente emprestadas por quatro instituições - Museu Nacional de Arte Antiga, Museu de Lamego, Museu da Farmácia e Igreja de Santa Cruz do Castelo (em Lisboa) - permitiram enriquecer consideravelmente esta exposição, tornando possível valori-

zar esta iniciativa e captar públicos específicos.

Conjuntamente com a exposição era essencial disponibilizar um catálogo que teria de incluir marcas de originalidade e imprimir, de forma inovadora, uma comunicação cativante. Para esta tarefa foi desafiada Sílvia Prudêncio, que ficou responsável pelo *design* gráfico do catálogo da exposição. Pretendíamos que, utilizando o talento demonstrado noutras ocasiões⁴¹, fosse concebido um exemplar com indiscutível valor estético.

4. O Arquivo na atualidade e no futuro

Os arquivos guardam elementos informativos que foram produzidos por pessoas ou instituições, no decurso das suas atividades. Independentemente do suporte onde foi registada, esta informação vai sendo acumulada, tendo em vista servir de prova ou de esclarecimento, relativamente a *ações* específicas que foram implementadas. Podemos assim afirmar que os arquivos são repositórios de factos mais ou menos longínquos, funcionando como a *memória* que permite conhecer e reconstituir determinados acontecimentos. Para isso é essencial que o arquivista ordene, descreva, classifique, avalie e selecione convenientemente o acervo documental, acondicionando e criando condições ambiente adequadas para a sua boa preservação. Só assim será possível assegurar que, no futuro, a informação seja recuperada, permitindo abrir uma porta que dê acesso ao passado.

Outra função essencial dos arquivistas consiste na disponibilização e na divulgação da documentação existente, para que os interessados a conheçam e possam aceder ao seu conteúdo.

No entanto, a missão do arquivista tem vindo a evoluir, porque as novas tecnologias vieram alterar significativamente a produção documental e colocar distintos *desafios* relativamente à guarda e conservação da informação. Deste modo, exige-se que o arquivista assuma uma atitude dinâmica e uma permanente atualização dos conhecimentos, no que diz respeito às questões relacionadas com a gestão da informação, por forma a certificar que a memória institucional não se perde. Para isso, é indispensável:

- estabelecer regras que permitam uniformizar as tarefas de avaliação, seleção e classificação da documentação⁴², não só para permitir uma recuperação eficaz da informação, mas também para confirmar que todos os documentos com relevância para a *memória* institucional são preservados⁴³. Assim será possível levar também a cabo uma consistente política de eliminação progressiva dos elementos que vão perdendo o interesse informativo ou probatório.

41. Destaque-se o catálogo da exposição *Tarefas Infinitas: quando a arte e o livro se ilimitam*, organizada pelo Museu e a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2012.

42. Na Misericórdia de Lisboa temos vindo a trabalhar na definição dum plano de classificação documental (PCD) de base funcional para toda a Instituição.

43. Será essencial levar a cabo o acompanhamento e o controlo dos vários passos, nomeadamente monitorizando a classificação da informação introduzida no sistema de gestão de documentos, de modo a permitir que a seleção e eliminação se processem de forma automática.

44. É fundamental que o plano de preservação digital (PPD) seja elaborado com grande rigor, para assegurar o acesso prolongado à informação registada nos novos suportes.

- implementar medidas para normalizar e simplificar procedimentos que garantam, nomeadamente, a desmaterialização progressiva dos processos. Para isso é imprescindível concretizar a modernização tecnológica, exigindo-se, por exemplo, a aplicação de princípios de universalidade e interoperabilidade, assim como a definição de estratégias bem concebidas para tornar possível uma eficiente preservação da memória registada em suporte digital⁴⁴. Este é um aspeto sensível, dado que a taxa de obsolescência tecnológica é cada vez mais rápida.

- confirmar que o sistema de gestão documental cumpre os princípios de proteção e segurança da informação, tais como: *autenticidade*, atestando que uma mensagem é transferida na íntegra e que provém do emissor legítimo; *integridade*, assegurando que os dados não sofram modificações não autorizadas, e que a informação e os métodos de processamento sejam exatos e seguros; *confidencialidade*, garantindo que a informação é acedida somente por pessoas autorizadas; *disponibilidade*, assegurando que a informação e os serviços se mantêm acessíveis e operacionais quando requeridos por um utilizador autorizado.

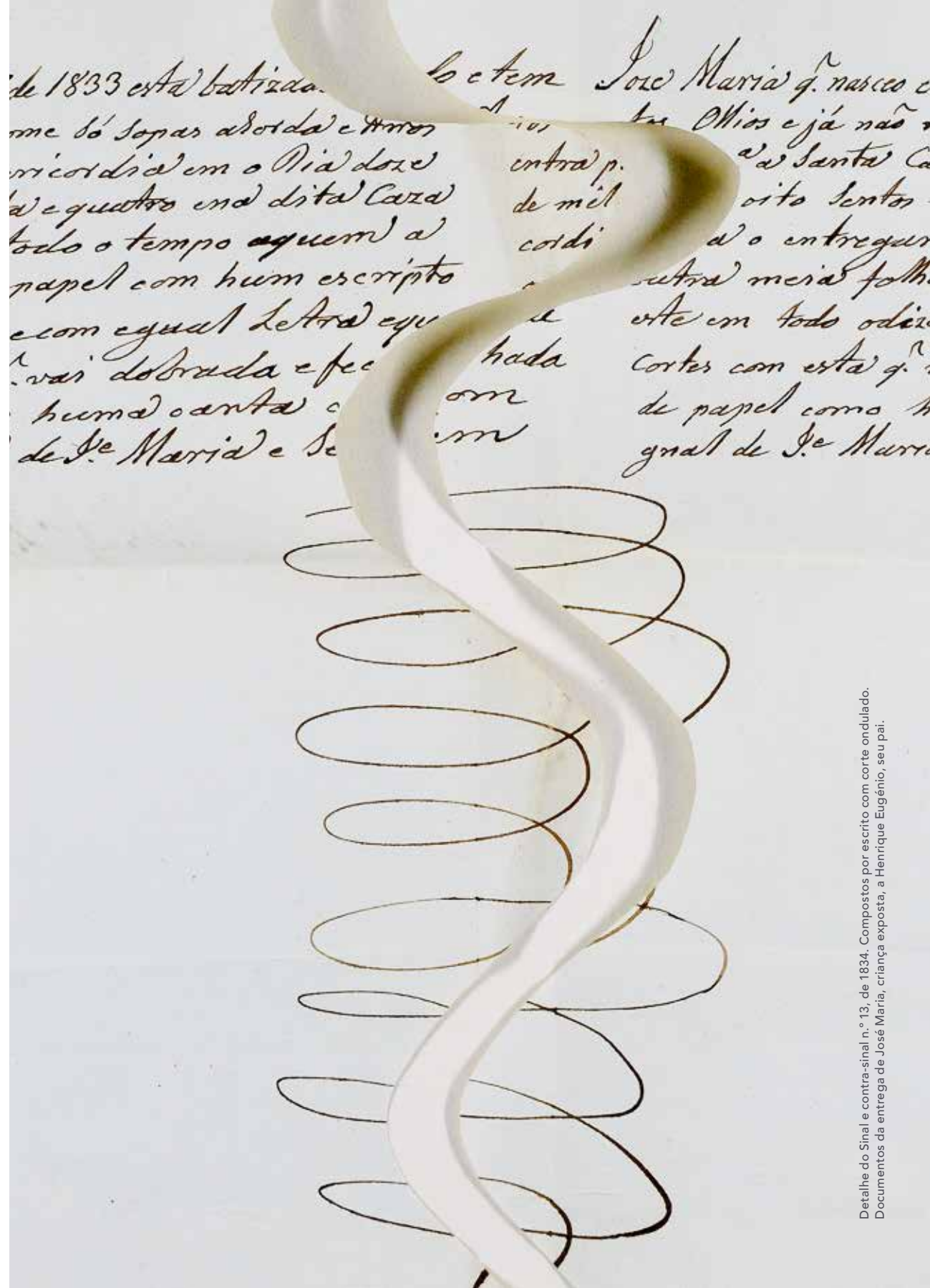
Apercebemo-nos que o *desafio* para o Arquivo é exigente, num tempo em que a multiplicidade de suportes e a globalização da informação geram, ininterruptamente, e a uma velocidade quase desumana, experiências voláteis e *memórias* de curto prazo. O futuro exige que saibamos apresentar propostas que tenham por objetivo atingir soluções adequadas.

Foi à luz deste *desafio* de modernização que foi concebida esta *visita* aos 516 anos de atividade da SCML, procurando dar palco aos bastidores de cinco séculos de trabalhos realizados por *Boas Causas*, e que continua a ter por base as Obras de Misericórdia.

Homenageando um passado, de que muito nos orgulhamos, procurou-se projetar a *ação* da SCML, que atuou muitas vezes de forma inovadora, com grandes qualidades e tendo como objetivo a defesa do Ser Humano. Além disso, foram propostas novas linguagens no tratamento de um tema frequentemente associado a um registo tradicional e previsível.

Não quero terminar este texto sem referir que só foi possível pôr em prática este projeto graças ao enorme envolvimento, dedicação e profissionalismo de uma grande equipa, a quem expresso entusiasticamente o meu agradecimento pelo trabalho empenhado; bem hajam por esta *ação*. A última palavra caberá ao Público que nos virá *visitar*.

Francisco d'Orey Manoel
Diretor do Arquivo Histórico
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Detalhe do Sinal e contra-sinal n.º 13, de 1834. Compostos por escrito com corte ondulado. Documentos da entrega de José Maria, criança exposta, a Henrique Eugénio, seu pai.

AS IDADES DA MISERICÓRDIA DE LISBOA: VELHOS E NOVOS POBRES



Este texto explora quinhentos anos de história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do ponto de vista das situações de privação a que foi acudindo ao longo do tempo, e da forma como desapareceram alguns dos destinatários das suas práticas de assistência. Centra-se nos tipos de pobres que assistiu ao longo dos seus três primeiros séculos de vida: aqueles a que se destinava quando foi fundada em 1498 e os que foram aparecendo de novo ou cuja escala se avolumou desde o século XVI até ao século XVIII. A partir do século XIX, e sobretudo no século XX e nestes primeiros anos do século XXI muitos “novos pobres” surgiram: os sem-abrigo, mulheres e crianças vítimas das mais variadas formas de violência, os tóxicos dependentes. Outros sempre existiram, mas só há pouco tempo assumiram uma magnitude que os transforma em problema social: os idosos, os migrantes, os deficientes... Sobre estes últimos duzentos anos, a informação de que disponho é reduzida no que toca à forma como estas realidades pressionaram a Misericórdia de Lisboa no sentido de criar serviços específicos para lhes acudir, faltando-me precisar as cronologias de extinção e criação de novos serviços de ação social. A fazê-lo com rigor e profundidade, traçar a evolução das práticas assistenciais da Santa Casa seria uma tarefa desmesurada para uma só pessoa; esperemos que novos projetos coletivos se debruçam sobre as mudanças operadas. Começemos pois, a nossa panorâmica *à vol d’oiseau*; que me desculpe o leitor a ignorância e as imprecisões.

Os receptores de caridade correspondem a uma construção ideológica, potenciada pela evolução económica e social, geralmente consubstanciada em novas designações para tipologias recentes de carenciados, ou para situações que, sendo já antigas, se encaram de nova forma. Com o tempo, novos vocábulos vieram substituir a palavra “caridade”, justamente porque o ato de ajudar os outros passou a ser enquadrado por novas ideologias: beneficência e filantropia por todo o século XIX com o liberalismo, as lojas maçónicas e depois o republicanismo; novamente caridade ou assistência com o salazarismo, às mais recentes “solidariedade”, “responsabilidade social” ou até “desenvolvimento humano”. Mau grado a sua importância, não será este o momento de passar em revista estas mudanças; concentremo-nos antes nas atividades assistenciais das misericórdias, em especial na Misericórdia

Fotografia da Sopa dos Pobres de Belém, 1959 (ver Caderno 3). Esta fotografia integra o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confeção e Distribuição da Sopa dos Pobres*, elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959 (cat.18).

de Lisboa, e tentemos compreender a forma como mudaram ao longo destes já mais de quinhentos anos. Repito, no entanto, que conheço melhor grande parte das práticas que focaremos para os períodos anteriores a finais do século XVIII, não me sendo possível, no breve espaço de tempo de que dispus para escrever este texto, saber exatamente quando tiveram início alguns dos novos serviços da Misericórdia de Lisboa.

Não haveria confrarias de misericórdia sem a vaga de associações de leigos que se desenvolveu em toda a Europa Ocidental desde o século XIII. Muitas vezes incentivadas, e acompanhadas de perto por membros de ordens religiosas ou autoridades eclesiásticas, as confrarias partilhavam de uma religiosidade comum a todos. Corresponderam a um movimento anterior à turbulência confessional do século XVI, que procurava uma vivência da fé mais interiorizada e próxima das primeiras experiências do cristianismo. Para esse movimento, conhecido pela designação geral de *Devotio Moderna*, contribuíram em grande medida as ordens mendicantes, que forneceram o pano de fundo da atenção votada aos mais pobres, em especial a religiosidade franciscana, ao transformar a pobreza voluntária e a caridade num dos instrumentos principais para a obtenção da salvação eterna. Eram muitos os homens e mulheres, que, não podendo seguir uma vida religiosa claustral, procuravam imitar Cristo nas suas práticas de devoção, através de uma vida de penitência, de oração e de obras de caridade.

Em primeiro lugar, cabe referir a própria criação da formulação das obras de misericórdia, baseada nas escrituras sagradas, em particular no Evangelho de São Mateus (25: 31-46), que refere todas as obras corporais de misericórdia, com exceção do enterro dos defuntos, difundido mais tarde quando se abandona a antiga cremação romana em favor da inumação. Por outro lado, embora não se restringindo aos valores da religião cristã, mas enquadrando-os nos valores profanos da atividade guerreira, a cultura cavaleiresca institucionalizou várias categorias de necessitados, que haveriam de ter uma longa duração, elegendo três grupos preferenciais: os órfãos, as donzelas em perigo e as viúvas. Era uma formulação profana, assente numa ideologia de género, que considerava vulneráveis todos aqueles que julgava não se poderem valer da força física e das armas, conotadas estritamente com o género masculino. Em todo o caso, consagrou-se a proteção aos mais fracos como um dever senhorial, sendo raro o senhor que não mandasse criar os seus enjeitados ou casar raparigas à sua custa.

A fundação da Misericórdia de Lisboa insere-se neste enquadramento devocional tardo-medieval, em que os fiéis se reclamam de uma vivência interiorizada da fé, seguindo de

perto a devoção franciscana. É também à devoção mendicante (mas não só) que devemos a exacerbação da luta contra as minorias religiosas, em principal os judeus. Por outro lado, o viveiro das primeiras misericórdias é a corte aristocrática, quer falemos da corte régia propriamente dita ou das casas dos membros da família real e da alta aristocracia, como será o caso da casa da rainha D. Leonor, que, como se sabe, a fundou.

UMA GIGANTESCA CATEGORIA DE NECESSITADOS: AS ALMAS DOS MORTOS

Embora o corpo fosse pouco a pouco assumindo importância, a verdade é que a principal entidade a necessitar de ajuda eram as almas dos mortos. A conceção de um terceiro lugar para além do Céu e do Inferno, o Purgatório, de que Jacques Le Goff traçou o nascimento na Idade Média, obrigava a que os vivos procurassem encurtar os tempos de expiação de pecados veniais, encomendando missas por alma¹. Nesse sentido, tornou-se prática os crentes deixarem bens para a sua celebração, em prol das suas próprias almas ou das dos seus familiares. Como se acreditava que deviam ser ditas até ao dia do Juízo Final, ou seja, até ao fim dos tempos, os doadores deixavam bens de raiz, ou juros, e pediam para que elas fossem ditas “enquanto o mundo durar”. Por outro lado, a crença no Purgatório ajudou a criar situações que legitimavam a prática do juro, que a antiga condenação da usura tornava impraticáveis. Ou seja, as instituições de caridade podiam aceitar heranças ou depósito de dinheiros que emprestavam a juro baixo, aplicando-o em prol da caridade, e portanto desculpabilizando-o. O empréstimo a juros, essencial à atividade comercial, era portanto desvinculado da usura, pecado mortal em que incorriam por força os negociantes e banqueiros. As misericórdias portuguesas comungaram desse movimento, que se deu à escala europeia, ao aceitarem heranças que, quando convertidas em numerário, tinham de ser prolongadas no tempo através do juro, ainda que inferior ao juro usurário, esse a taxas mais altas.

Eram os rendimentos das heranças dos defuntos que pagavam as missas por alma, que por sua vez funcionavam como o ganha-pão de numerosos membros do clero. Qualquer igreja ou capela os podia manter, mas o certo é que as misericórdias atraíram muitas doações, concentrando avultados patrimónios, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, quando a igreja de Roma confirmou a existência do Purgatório. A Misericórdia de Lisboa chegou a ter quase cem mil missas de sua obrigação em meados do século XVIII. Era esta a sua principal ação assistencial, numa época em que o espíri-

1. Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, Estampa, 1993.

2. Ocorrências numerosas em Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Série D, banco 8, livros 3 e 4. Para Lisboa, marcam igualmente presença nos gastos anuais que a confraria publicava em folha volante. In *Colecção de Folhetos em que se publicam as contas anuais da Misericórdia de Lisboa, do Hospital de Todos os Santos de Lisboa e da Mesa dos Inocentes* (sécs. XVII-XVIII) (fotocópias de proveniências diversas, reunidas pela autora). Todos os dados numéricos citados neste ensaio provêm desta fonte, anteriormente explorada em “Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 303-334 (disponível em <http://hdl.handle.net/1822/3848>).

to estava muito acima do corpo na hierarquia de valores. Com o tempo, este tipo de serviço espiritual foi desaparecendo, em parte porque o Iluminismo tendeu a operar um processo, ainda que lento, de desvalorização da vida *post mortem* em favor da busca da felicidade terrena. Esse processo teria como corolário uma valorização crescente do corpo e da saúde física. Mais tarde ainda, já no século XX, a descristianização, ao abalar a crença no Purgatório, fez cair em desuso as missas por alma celebradas repetidamente durante períodos de tempo prolongados.

OBRAS DE MISERICÓRDIA CORPORAIS

O resgate de cativos e a assistência aos presos

Outro dos serviços desaparecidos, que a Misericórdia prestou sobretudo aquando do seu início, foi o resgate de cativos e a assistência aos presos, que juntos formavam a primeira das obras de misericórdia corporais.

As almas dos prisioneiros de guerra contra o infiel, pelo perigo de conversão a outras religiões, encontravam-se a ponto de se perderem para todo o sempre. O resgate de cativos, embora não fosse uma obrigação estrita da Misericórdia de Lisboa, por razões que não cabe aqui aprofundar, constituiu no entanto uma prática importante; conhecemo-la sobretudo para o Porto do século XVI, atormentado pelas capturas dos seus pescadores². Pouco ou nada resta destas duas formas de assistência: o século XIX consagrou o advento da prisão penitenciária, em que os presos passaram a constituir um encargo do Estado. Por outro lado, seria impensável nos nossos dias resgatar um prisioneiro de guerra com base no perigo que podia correr de se converter a outra religião.

Nos primórdios do século XVI, as prisões estavam a ponto de se transferir do castelo senhorial para a câmara municipal, um poder local que se articulava melhor com o aumento do poder régio. No entanto, eram meros dispositivos onde se aguardava o julgamento, desprovidos de financiamento local ou estatal no que toca ao sustento dos encarcerados. Passava-se fome, adoecia-se e morria-se nos cárceres se a família ou os amigos não acudissem aos seus. Do ponto de vista religioso, o cárcere constituía uma metáfora do Purgatório; como as almas, o preso aguardava “livramento”. A Misericórdia de Lisboa centrou grande parte da sua atuação, desde o primeiro momento, na assistência aos encarcerados pobres, designando irmãos para visitar as cadeias, limpá-las, levar comida aos presos, providenciar médico em caso de doença. Mas a confraria ia mais longe: fomentava acordos extrajudiciais que

os libertassem da prisão, muitas vezes procurando conciliar inimigos; encurtava os tempos de espera pelo julgamento; prestava assistência no tribunal, defendendo as suas causas. No século XVIII, este era um serviço que exigia da SCML recursos materiais e humanos consideráveis, uma vez que o número de presos que assistia anualmente se situava entre novecentos e dois mil.

Os doentes pobres

As misericórdias foram as principais entidades administradoras de hospitais entre a segunda metade do século XVI e 1975, data da sua nacionalização em todo o país. A obrigação de curar os doentes pobres estava consagrada na segunda obra de misericórdia corporal. Embora a princípio os irmãos visitassem apenas as enfermarias com o intuito de assistir espiritualmente os doentes, cedo passaram a administrar hospitais. A Misericórdia de Lisboa geria, entre outros, o principal hospital da cidade, o Hospital de Todos os Santos.

As doenças que causavam a institucionalização de doentes foram também elas mudando ao longo do tempo. No início do século XV, a lepra era já uma doença em recessão, embora a sífilis tivesse feito a sua fulgurante e devastadora aparição nos anos finais do século, para desaparecer enquanto doença incurável apenas em 1928 com a descoberta da penicilina por Alexander Fleming. Até então, muitos hospitais dispunham de enfermarias próprias para tratar o gálico, nome pelo qual a doença era conhecida, ou forneciam “curas” sazonais, internando mulheres e homens e sujeitando-os a dolorosos e inúteis tratamentos. Outras doenças, menos devastadoras mas igualmente incómodas motivavam curas específicas, como por exemplo a tinha, que atingia sobretudo crianças e moços.

Se muitas misericórdias organizavam “curas” de sífilis, a verdade é que a Misericórdia de Lisboa tendeu a centralizar no Hospital de Todos os Santos o tratamento de um “novo” tipo de assistidos, os loucos, possuindo uma enfermaria própria para eles desde o reinado de D. João III. Ao longo do século XVIII, recebia-os de muitas misericórdias do país³. Na segunda metade do século XIX e primeira do XX, apareceram “manicómios” um pouco por todo lado, nos quais os pacientes podiam ser internados de forma vitalícia⁴. Mas também aqui se verifica a mesma transitoriedade que observámos para outras categorias de necessitados. Ou seja, o hospital psiquiátrico encontra-se hoje em vias de extinção, desativado em algumas das suas antigas valências, ou em profunda reformulação.

3. Laurinda Abreu, “A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os insanos: notas para uma introdução”, in *Museu São João de Deus – Psiquiatria e História*. Coord. Natália Correia Guedes, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 112.

4. Paulo Araújo, *Miguel Bombarda: médico e político*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

5. Supondo, muito grosseiramente, que este começava aos 18 anos, ou 16, e que casavam aos 28, ou mais tarde. Os números da idade das mulheres ao primeiro casamento não são os mesmos para todas as regiões da Europa Ocidental, nem sequer para as de Portugal, mas manteremos esta estimativa por aproximação.

O enterro dos defuntos

A sétima obra de misericórdia corporal – enterrar os defuntos – dava igualmente origem a outro serviço prestado pela misericórdia, que devia enterrar aqueles pobres inaptos a pagar o seu enterro e a encomendar a sua alma. Era um dos seus serviços mais importantes, sobretudo no que diz respeito aos sepultamentos do elevado número de crianças que a mortalidade infantil ceifava. Entre os adultos pobres, no século XVIII, a Misericórdia de Lisboa fazia entre setecentos e quase dois mil enterros gratuitos por ano. Se lhes somarmos os escravos que também sepultava *pro bono*, embora em rigor as despesas com estes devessem ser suportadas pelos donos respetivos, temos outro serviço de caridade significativo, hoje também desaparecido.

POBREZA E CICLO DE VIDA: CRIANÇAS E VELHOS

Há que mencionar uma diferença fundamental entre o período moderno e os nossos dias: no primeiro, o peso da assistência às crianças era avassalador. Do ponto de vista da demografia, compreende-se: a pirâmide de idades caracterizava-se por uma base ampla, que ia diminuindo à medida que se avançava nas diferentes faixas etárias, apresentando a forma de um triângulo. Ou seja, eram muitas as crianças que nasciam, mas a mortalidade elevada ia deixando a sua marca, afunilando a pirâmide desde a sua base; poucas pessoas chegavam a uma idade avançada. Hoje, essa pirâmide apresenta a mesma forma, mas é a de um triângulo invertido, com poucas crianças e muitos idosos. Retomaremos o tema mais à frente, quando falarmos destes últimos. Para já, ficamos pelo número elevadíssimo de crianças que nasciam, sem que a população tivesse meios substanciais de contraceção, a não ser adiar a idade média ao primeiro casamento, fazendo que as mulheres “desperdiçassem” cerca de dez a quinze anos do seu ciclo fértil⁵. Em parte porque a sexualidade jamais se atinha aos limites estritos do casamento, em parte porque nem todas as famílias tinham condições para criar todas as crianças que nasciam, há uma progressão do abandono de crianças entre o século XV e a segunda metade do século XIX, de que a história da SCML dá justamente conta. Quer porque era relativamente fácil abandonar um recém-nascido de forma anónima (nas igrejas e outros locais muito frequentados, ou à porta de particulares) quer porque passou a existir um dispositivo – a roda –, que permitia fazê-lo de forma segura sem revelar a identidade dos abandonantes, o fenómeno cres-

ceu exponencialmente.

Em Portugal, encontram-se testemunhos de enjeitados (nome pelo qual estas crianças eram inicialmente conhecidas) em testamentos senhoriais dos inícios do século XVI, que primam pelo escasso número de abandonos que revelam. Por exemplo, quer a duquesa de Beja, D. Beatriz (mãe de D. Manuel I), quer o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, providenciaram a favor de crianças abandonadas nos seus testamentos, pagando a sua criação às pessoas que os tinham a cargo, embora contando-os pelos dedos, e identificando quem os criava⁶. Já antes, no século XIII, Isabel de Aragão, mulher do rei D. Dinis, tinha criado um hospital de meninos enjeitados, em Santarém⁷. O abandono de crianças devia estar já em aumento no reinado de D. Manuel I, uma vez que este legislou expressamente no sentido de identificar a quem competia a sua criação⁸. No entanto, nada que se compare ao que haveria de vir. Nos séculos seguintes, a progressão foi avassaladora, a ponto de, no século XIX, darem entrada na Misericórdia de Lisboa milhares de crianças abandonadas por ano. Nessa altura, estas crianças partilhavam a designação de enjeitadas com a de “expostas”, um deslocamento semântico não muito fácil de entender. Nos nossos dias, embora o abandono de crianças continue a existir sob diferentes formas, a escala não é de modo algum comparável. Raramente se processa de uma forma anónima, excepto em casos que, pela sua excecionalidade, chegam às manchetes dos jornais e aos noticiários televisivos, sendo por via de regra identificadas as pessoas que as abandonam depois de investigação policial.

Os historiadores atribuem a escalada do abandono entre os séculos XVI e XIX a uma combinação entre miséria e ilegitimidade, alguns hipervalorizando a primeira em favor da segunda, e vice-versa, sem que seja fácil, pela natureza anónima do fenómeno, ser muito assertivo acerca da questão. Vejamos como e quando desapareceu este abandono de massas e o que se lhe seguiu. Antes de finais do século XVIII não existiu contracorrente face ao abandono de crianças; basta dizer que foi Pina Manique, intendente-geral da polícia da rainha D. Maria I, a tentar institucionalizar o abandono anónimo de crianças em todo o reino, através da ordem circular de maio de 1783, que prescrevia a criação de rodas em todas as sedes de concelho⁹. Ou seja, consolidou uma situação de facto, legalizando o sistema de abandono, ao mesmo tempo que o pretendia repartir pelo território, evitando a concentração do abandono nas cidades de maior envergadura. Só quase cem anos mais tarde as rodas seriam extintas, depois de um amplo debate público. Nessa altura, levantavam-se vozes que acusavam de irresponsabilidade os pais abandonantes; com efeito, o que se fez foi substituir o anonimato por pedidos

6. Anselmo Braamcamp Freire, “Inventário da infanta D. Beatriz 1507”, *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, Lisboa, 1914, p. 66; “1531, Novembro 14, Braga, Testamento de D. Diogo de Sousa com os documentos da publicação e execução do mesmo”, in Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)*, vol. II, Leiria, Magno, 2000, pp. 344-345.

7. Maria Filomena Andrade, *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 201-208.

8. *Ordenações Manuêlinas*, livro 1, título 67, § 10.

9. “Ordem Circular da Intendência da Polícia de 10 de Maio de 1783” in *Arquivo da Assembleia Distrital do Porto, Livro 1 do Registo*, fls. 150-152.

10. Joana Catarina Vieira Paulino, “Os Expostos em Números. Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”, *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, eBook, p. 190.

11. A. Cortez Bremer, *Universo Jurídico ou Jurisprudência Universal, Canónica e Cesárea, Regulada pelas disposições de ambos Direitos, Commum, e Patrio*, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1749, pp. 42-45.

12. Segundo Pascoal de Melo Freire (1738-1798), a adoção não era usada em Portugal, referindo a prática da perfilhação. Ver site http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=120&id_obra=76&pagina=273 (fac-símile da versão em português, de 1966, da obra *Instituições de Direito Civil Português*), consultado em 27 de abril de 2014. Sobre perfilhações veja-se ainda Ana Luísa de Castro Pereira, *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2009.

13. Nas sociedades do período moderno o termo família podia incluir criados, escravos, hóspedes permanentes e pessoas ligadas pelo sangue, verificando-se desigualdades de estatuto no interior de todos estes subgrupos. Ou seja, a família, ontem como hoje, está longe de ser igualitária.

14. Viviana Zelizer, *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*, Nova Iorque, Basic Books, 1985.

das mães e pais, plenamente identificados, para que as criações dos filhos fossem financiadas. O fenómeno teve um fim relativamente abrupto, o que evidencia outra hipótese de explicação para a escalada do abandono: aumentou porque as populações viam nas rodas um serviço financiado pelo Estado; quando terminou a possibilidade de abandonar os filhos anonimamente, diminuiu de forma drástica. A partir de 1853, a Santa Casa criou um subsídio às mães sem recursos nos três primeiros anos de vida, para as incentivar a criar os filhos, o que constituiu um prenúncio de novas formas de assistência às crianças, agora já não baseadas no anonimato dos pais. O certo é que, a partir de 1870, quando a SCML fechou a sua roda, no seguimento do decreto de 1867 que as extinguiu a nível nacional, o abandono de crianças na cidade de Lisboa caiu a pique¹⁰.

Em todo o caso, o fim do abandono anónimo deu lugar, ainda que com um hiato temporal considerável, a um novo serviço prestado pela Misericórdia de Lisboa: o advento da adoção legal. Até finais do século XVIII a legislação sobre esta última caracterizava-se por um surpreendente vazio, a ponto de se seguir o direito romano, inadequado à realidade social do período moderno¹¹. Existia apenas a perfilhação, que correspondia muitas vezes a um reconhecimento de paternidade (e mais raramente de maternidade) e concedia ao perfilhado o direito de herdar¹². A verdade é que, embora a mortalidade nas rodas fosse avassaladora, era possível a qualquer pessoa incorporar uma criança exposta no seu agregado familiar ou grupo corresidente, com ou sem direitos jurídicos. Numa época em que todos os membros da “família” (na aceção antiga do termo¹³) contribuíam com trabalho para a economia familiar, expostos e expostas efetuavam serviços domésticos, na lavoura, trabalhavam em oficinas, ou eram operários numa fábrica. Nalguns casos, mais raros, assumiam o lugar de filhos inexistentes, com direito a herdar propriedade. Ou seja, era possível integrar um exposto/a numa grande variedade de situações, quase todas elas flexíveis, em que os responsáveis os podiam devolver à roda, ou entregarem-nos à sua sorte. Nos nossos dias, a adoção legal, praticamente irreversível, que procede a uma integração jurídica plena da criança numa nova família, constitui uma das valências mais importantes da Misericórdia de Lisboa, que coordena importantes serviços neste setor, numa época em que a baixa de natalidade ocasiona uma rarefação de filhos ditos “biológicos”, uma expressão recente que consagra uma nova realidade social, propensa a considerar, na expressão feliz de Viviana Zelizer, as crianças como “economicamente inúteis, emocionalmente sem preço”¹⁴. Devem ser inseridos nesse movimento de valorização social da criança, em detrimento do seu valor económico, serviços que a

SCML também presta ou prestou num passado recente, como o do planeamento familiar (a partir de 1978), a formação de creches, bem como uma maior incidência nas valências do ensino e da formação.

Contudo, o peso da assistência prestada pelas misericórdias verifica-se hoje no outro extremo do ciclo de vida, operando-se um deslocamento dos principais grupos necessitados para o topo da pirâmide de idades. No período moderno, trabalhava-se até quando as condições físicas o permitiam, e o número de pessoas que alcançavam idades avançadas era baixo. Existiam já instituições, geralmente de fraca capacidade, que as acolhiam, quase sempre conjuntamente com os deficientes físicos (na altura conhecidos por entevados). Em Lisboa, era o caso dos hospitais de Santa Ana (mulheres) e do Amparo (ambos os sexos); no século XVIII o primeiro continha uma média de quinze a vinte pessoas institucionalizadas por ano, enquanto o segundo rondava as sessenta. No entanto, estruturas residenciais ou centros de apoio para idosos desenvolveram-se sobretudo a partir do 25 de Abril de 1974, a ponto de não existir praticamente nenhum concelho português onde a misericórdia não tenha criado uma dessas instituições. O caso da Misericórdia de Lisboa é sintomático da variedade das valências que exerce a nível da assistência aos mais velhos: apoio domiciliário, apoio domiciliário integrado, centro de dia, estruturas residenciais, residência assistida, residência temporária, e teleassistência¹⁵. O número de idosos aumentou não apenas devido às mudanças demográficas atrás enunciadas, mas também a novas formas de habitar que consagram a privacidade da família nuclear. E ainda, cresceu graças à desertificação do interior do país, ocorrida nos últimos quarenta anos, efetuada sobretudo pelas gerações mais novas, deixando os mais velhos nas aldeias e vilas do país. Todavia, o aumento do número de idosos é circunstancial, supõe uma procura de equilíbrio entre a natalidade em descida e o envelhecimento da população, podendo ser ele também mais transitório do que à primeira vista pode parecer.

OS DOTES DE CASAMENTO

Se hoje não há expostos nem enjeitados no sentido antigo da palavra, verifica-se igualmente o desaparecimento completo de outras categorias de pobres. Uma delas era constituída pelas raparigas órfãs pobres, que concorriam às centenas aos dotes de casamento que a Misericórdia de Lisboa tinha para sortear anualmente. Os recursos para a sua atribuição provinham de doações em vida ou de legados de heranças de particulares, em aumento sobretudo a partir da Reforma

15. http://www.scml.pt/areas_de_intervencao/acao_social/pessoas_idosas/, consultado em 5 de maio de 2014.

Católica, que apertou o controlo em torno da honra sexual feminina, fazendo que a instituição de dotes se tornasse numa das práticas de caridade mais populares entre os doadores de recursos. As misericórdias congregaram muitos desses dotes, deixados em testamento pelos seus benfeitores, possibilitando o casamento a mulheres geralmente órfãs, uma situação que se aplicava sobretudo às que já não tinham pai vivo.

Os dotes de casamento constituem um dos serviços anti-gamente prestados por todas as misericórdias, praticamente sem exceção; no século XVIII, uma média de 150 raparigas por ano recebia-os da Misericórdia de Lisboa. Nas economias do período moderno, muito raramente uma mulher acedia ao estado de casada sem que a família respetiva negociasse um dote com a família do noivo. Este permitia formar uma nova unidade económica com base no novo casal, e constituía um momento fundamental de transmissão da propriedade, tão importante ou mais do que as heranças *post mortem*. Era o dote que permitia a muitos artesãos estabelecerem-se por sua conta em oficina própria, financiava negócios a comerciantes, dourava os brasões de fidalgos falidos, ou muito simplesmente possibilitava a formação de um novo agregado familiar sustentável do ponto de vista económico, sobretudo quando estava em jogo obter uma área de terra apta a alimentar uma nova família. Na ausência de património familiar, ou da proteção paterna, muitas mulheres enfrentavam o perigo de não casar, ficando à mercê da desclassificação social que a atividade sexual fora do matrimónio operava. Dessa forma, precisavam de recorrer à caridade pública, solicitando dotes de casamento às instituições. Em sociedades de mortalidade elevada, a condição de órfã afetava um número de mulheres muito superior ao atual.

O dote feminino era já praticamente inexistente na sociedade ocidental na primeira metade do século XX (embora ainda esteja vigente na Índia, por exemplo), e o próprio casamento não é hoje a única forma legal de união conjugal. A explicar o desaparecimento do dote, temos o advento do trabalho feminino assalariado numa gama maior de ocupações, muitas delas possibilitadas pelo acesso das mulheres à formação universitária, que lhes permitiu disporem de um rendimento e/ou de contribuírem para a economia familiar de forma autónoma. Mais importante ainda, as uniões conjugais modernas passaram a ser enunciadas através do primado dos afetos, relegando os interesses económicos para segundo plano.

A necessidade de preservar a honra de mulheres sem proteção familiar adequada exigia instalações próprias, edifícios onde pudessem viver até casarem, ou, não o fazendo, as abrigassem para o resto da vida. Na Idade Moderna, so-

bretudo durante o século XVIII, era rara a misericórdia que não dispusesse de um recolhimento, uma instituição onde estas mulheres viviam uma vida em tudo semelhante à dos conventos, com uso de hábitos, horários de oração, labor e descanso, refeições comuns, mas conservando no entanto a expectativa de saírem para casar. Lisboa teve também o seu Recolhimento das Donzelas, criado nos anos oitenta do século XVI, e em expansão no século seguinte¹⁶; pelo século XVIII a sua capacidade andaria à volta de 55 a 65 internas.

No passado, a pobreza envergonhada constituía outra categoria específica de pobres, hoje também desaparecida. Correspondia a pessoas que, embora de estatuto social médio ou elevado, não possuíam capital económico que lhes permitisse viver segundo a sua condição. Para elas, a misericórdia proporcionava serviços e recursos de assistência sigilosos, destinados à conservação do patamar social onde se encontravam. Para elas, a misericórdia proporcionava serviços e recursos de assistência sigilosos, destinados à conservação do patamar social onde se encontravam. Era um serviço restrito, que tinha por base uma assistência a domicílio efetuada por parte dos irmãos da misericórdia, levada a cabo regularmente e que podia durar muitos anos, sendo por essas razões bastante dispendioso. Com o advento do liberalismo, que consignava a igualdade de todos perante a lei, o serviço tendeu a desaparecer, ou a subsistir com outras designações, que traduziam formas mais abrangentes de assistência a domicílio, destinadas a um espectro mais alargado de grupos sociais, com particular incidência nos bairros pobres das grandes cidades. No caso da Misericórdia de Lisboa, ao longo do século XVIII, o serviço começou por ter um *numerus clausus* de seiscentas pessoas, para baixar para quatrocentas ainda na mesma centúria, o que se compreende visto o gasto *per capita* que implicava.

A partir de finais do século XVIII, a caridade, que, como vimos, tinha já operado a desculpabilização do empréstimo a juros, justificado através da aplicação do seu lucro em missas por alma e no socorro aos pobres, obteve sucesso idêntico como os chamados jogos legais, por motivos muito semelhantes. À luz da teologia cristã qualquer jogo de azar era pecaminoso, porque, tal como o juro, que significava venda de tempo, a sorte só a Deus pertence. Também aqui se operou uma legitimação do jogo em função dos fins a que se destinava: o auxílio aos pobres. As lotarias surgiram um pouco por toda a Europa em grande parte por causa dos expostos, que obrigavam a despesas tão altas que nenhuma instituição as conseguia suportar sem injeções de capital. A rainha D. Maria autorizou a primeira lotaria em 1783, e desde então nunca mais a Santa Casa da Misericórdia deixou de ter o seu

16. Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1902, pp. 421-427, 429-434.

monopólio, a que se juntaram mais tarde os jogos do totobola e mais recentemente o totoloto. De resto, um monopólio estatal, uma vez que em 1834 a Misericórdia de Lisboa perdeu o carácter de irmandade para passar a ser gerida por uma comissão administrativa nomeada pelo então regente. Alguns desses jogos alimentaram novas valências da SCML, como o totobola, criado em 1961, que permitiu a criação do centro de reabilitação física do Alcoitão, também acompanhado por uma escola formadora de técnicos especializados na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

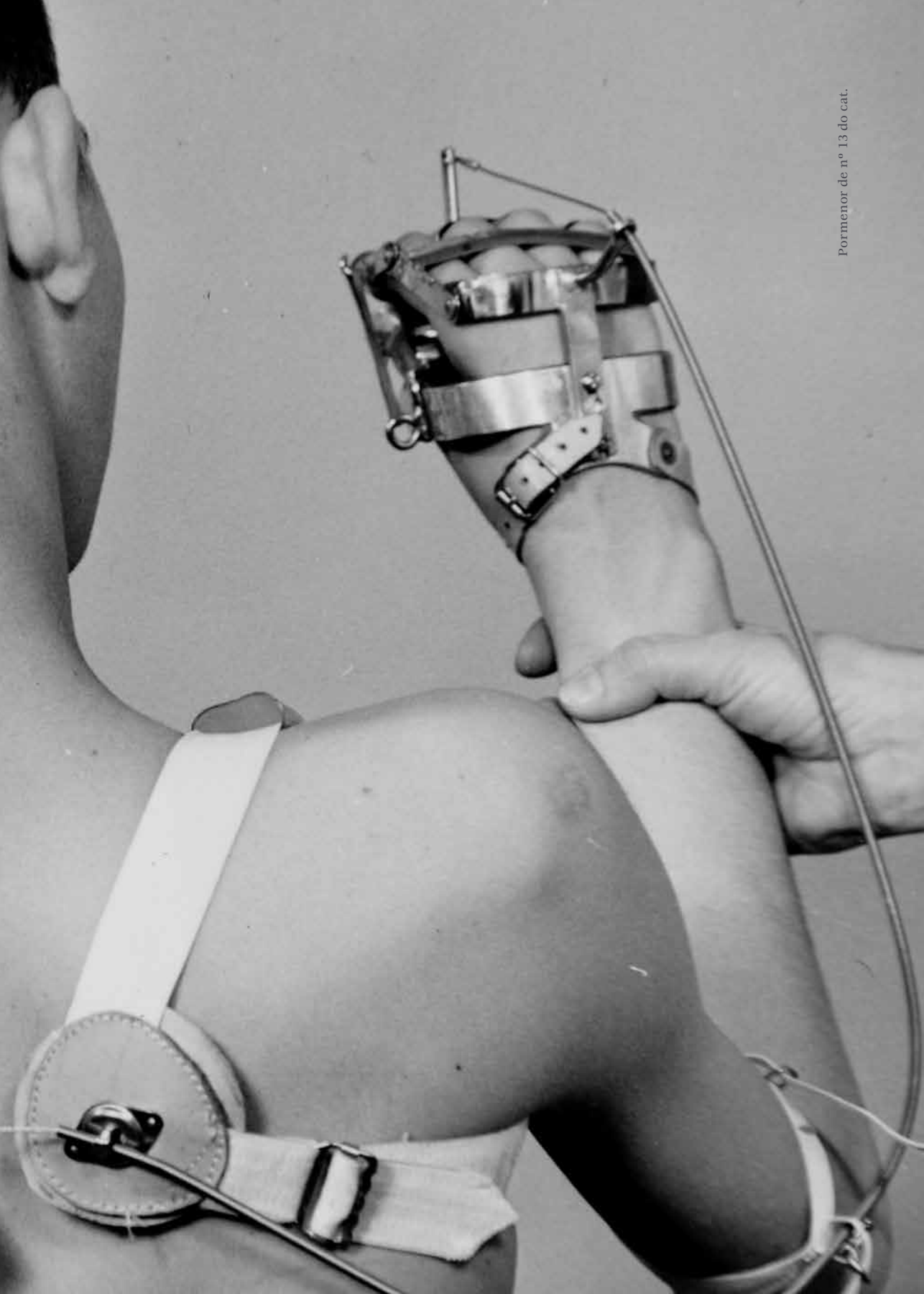
Nos inícios da Misericórdia de Lisboa, a “visita” constituía um momento de eleição nas práticas de caridade: era aos seus irmãos que competia visitar os doentes em suas casas ou nas enfermarias, entrar nas casas dos pobres, sobretudo dos envergonhados, penetrar nas cadeias para acudir aos seus presos mais desamparados. Grande parte dessas práticas estavam abrangidas pelas obras corporais e espirituais de misericórdia que constituíam uma linguagem comum a todos, uma vez que se aprendiam juntamente com as outras noções básicas do catecismo, como os pecados mortais, os mandamentos, ou as virtudes teologais e cardeais. Hoje, as 14 obras de misericórdia já não se adequam às tipologias de necessitados que existiam quando a Misericórdia de Lisboa foi criada, mas, como vimos, os tempos trouxeram consigo novas situações de privação, sem erradicar completamente as antigas. Por exemplo, o fim do século XIX (a primeira “sopa de caridade” da Misericórdia de Lisboa é de 1887) instaurou as sopas dos pobres que procuravam saciar a fome de populações afetadas pelas crises económicas e perduraram até ao final da Segunda Guerra Mundial. No tempo em que escrevo, as distribuições de comida nas ruas voltaram a fazer parte da paisagem urbana das grandes cidades portuguesas, para não falar das instituições que distribuem comida de forma menos exposta aos olhares públicos.

Isabel dos Guimarães Sá

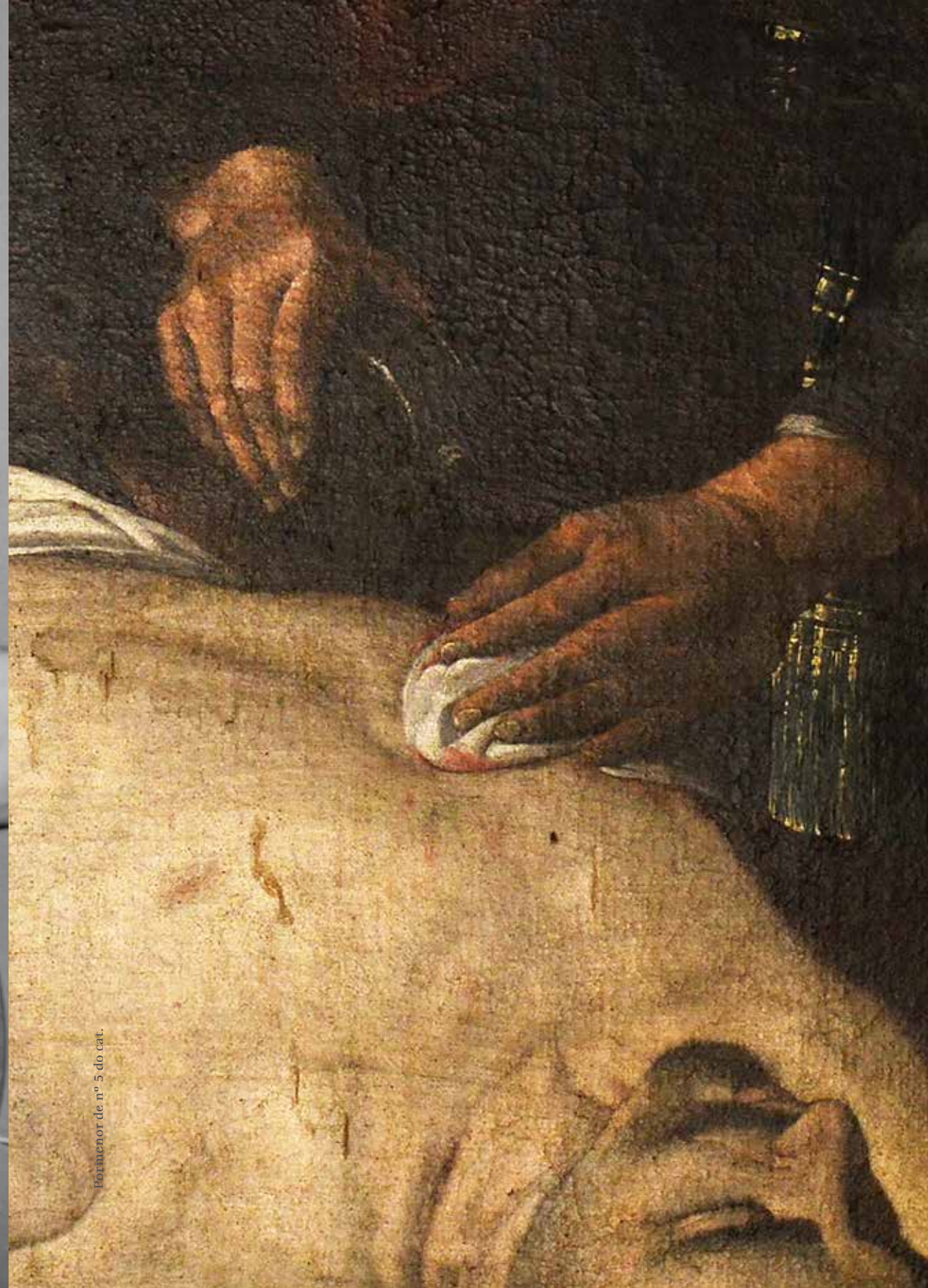
Departamento de História e CECS, Universidade do Minho

Fotografia da Sopa dos Pobres do Beato, 1959 (ver Caderno 3). Esta fotografia integra o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confeção e Distribuição da Sopa dos Pobres*, elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959 (cat.18 – pormenor de fotografia).





Formenot de nº 13 do cat.



Formenot de nº 5 do cat.

LISTA DE OBRAS

1. Pedro Costa, *Filhas do Fogo*, 2013, 2 filmes HD.

2. O compromisso da Confraria da Misericórdia, 1516.

Lixboa: per Valentym Fernandez e Harmam de Campos, 1516 (26 cm).
Cota: L.A.XVI.114.

3. Compromisso da Confraria da Misericórdia de Lisboa, 1520.

Com a indicação das sete obras de misericórdia espirituais na página da esquerda, e das sete obras de misericórdia corporais na página da direita. 24,5 × 36 × 2 cm.; 34 fólios.; pergaminho iluminado e papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/041.

[fl. 7] [...] As sete sprituaaes Sam estas com/uem a saber. / [fl. 7 v.] Emsinar os simprezes. A segunda / obra de misericordia he *conuem* a saber: / Dar boom comselho a quem o pede. / A terceira obra de misericordia he *a saber*. Castiguar com caridade os que er/ram / A quarta obra de misericordia he *a saber*. CONssollar os tristes e desconsso/llados / A quinta obra de misericordia he *a saber*. / Perdoar a quem nos errou / A sexta obra de misericordia he *a saber*. SOffer as iniurias com paçien/çia. / A septima obra de misericordia he *a saber*. / ROguar a deos polos uiuos E / pollos mortos. / As corporãaes sam outras sete a / primeira obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. [fl. 8] REemir catiuos e pressos uisitar. A segunda obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. CURar os emfermos. / A terceira obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. / CUbrir os nuus / A quarta obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. / DAR de comer aos famintos / A quinta obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. / DAR de beber aos que ham sede. / A sexta obra de *misericórdia* corporall he *a saber*. / Dar pousada aos peregrinos. E / pobres. / A septima obra de *misericórdia* corporal he *a saber*. / Emterrar os finados etc As quaes / Oobras de misericordia se compri/ram quanto for posiuell na maneira / abaixo decra<ra>do. / PEra fundamento do quall os / Ffundadores e irmãos <da> dita com [fl. 8 v.]

4. Pieter Brueghel, o Jovem (1601–1625), *Obras de misericórdia*, séc. XVII (primeiro quartel).

Pintura a óleo sobre madeira, 41,5 × 56 cm (com moldura 61 × 75,5 × 6 cm).
Museu Nacional de Arte Antiga, MNAA inv. 1469.

5. Anónimo, *O Bom Samaritano*, séc. XVII (segundo quartel).

Pintura a óleo sobre tela, 110 × 152 cm. Igreja de Santa Cruz do Castelo, Lisboa.

6. Bacia da cerimónia do Lava-Pés, Lisboa, séc. XVII (segunda metade).

Portugal, Lisboa (L-515), Prata, 10,8 × 41,5 cm (diâmetro); 1.300 gr.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, MSR Inv. Or. 621.

7. Jerónimo de Chaves (1523–1574), *Chronographia o reportorio de los tiempos el mas copioso y preciso que hasta ahora ha salido à luz*, 1572.

Compvesto por Hieronymo de Chaues astrologo y cosmografo. En Sevilla: en casa de Alonso Escriuano, (20 cm).
Cota: L.A.XVI.31.

8. Pierre-Sylvain Regis (1632–1707), *Système de philosophie: contenant la logique, metaphysique, physique & morale*, 1691.

Par Pierre Sylvain Regis.
5.º tomo. A Lyon: chez Anisson, Posuel & Rigaud (17 cm).
Cota: L.A.XVII.0074º.

9. Jarro do Hospital de Todos-os-Santos, c. 1756–1775.

Com a insígnia do Hospital: “OS” – *Omnium Sanctorum*. Faiança branca esmaltada; forma cilíndrica com uma asa; pintura esponjada a azul. 31,5 × 19,5 cm (diâmetro). Museu da Farmácia (Lisboa).
MF inv. 7761.

10. Almofariz com mão, Península Ibérica, c. 1450–1530.

Bronze; forma triangular. Três asas perfuradas com quinze contrafortes (cinco em cada painel, triangulares e em posição alternada). 13 × 6,3 cm (diâmetro); comprimento da mão: 18 cm. Museu da Farmácia (Lisboa).
MF inv. 5084.

11. Aviso Régio de 14 de Janeiro de 1775.

Ordem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa elaborar um rol dos colchões, lençóis, cobertores e panos necessários às enfermarias do novo Hospital Real [Hospital de São José], com indicação dos respetivos custos unitários. 1775-1-14 – 1775-1-19. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/041.

[fl.1] <186>
El Rey meu Senhor he servido ordenar, / que Vossa Senhoria mande logo á Real Prezença do / mesmo Senhor hũa relaçaõ, que contenha: / Primo, o numero de enxergoins, que saõ pre/cisamente necesarios para á mudança dos / Enfermos do Hospital, e o que costuma custar / cada hum delles: Secundo, o numero de Lanções, / que saõ necesarios para os sobreditos, e do custo / delles, sendo do costumado panno de Linho – / grosso: Tertio, do numero das mantas com/ petente ás sobreditas camas, custo dellas: / Quarto, do numero de varas de panno com/petente para ás cortinas, com que se devem / separar, e cobrir os Leitos dos enfermos dos / corredores, que ficam por detraz deles, destina/dos para á extracção dos corpos mortos; sendo do [fl. 1 v.] do panno ordinario de cores, ou de colxoens / grosseiros: Quinto, do custo, que deve fazer / o concérto das barras existentes, e de algũas, / que seja necessario accrescentar de novo á / proporção das Sobreditas camas. / Deos guarde a Vossa Senhoria Paço em 14 de Janei/ro de 1755 /
a) Marquez de Pombal /
Senhor Luiz Diogo Lobo / da Silva. <fólio 40>
[fl. 2] Cumppra se e se reziste Menza 19 de Janeiro / de 1775¹ / Registrado a fólhos 54 verso
a) Almeida Silva //
1. Segue-se rubrica ilegível.

12. Livro n.º 2 de registo de avisos, decretos e consultas, 1816–1823.

Entre os fólhos 157 v. e 160 encontra-se a transcrição do ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, remetido, a 7 de fevereiro de 1823, à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com o rol dos funcionários da Misericórdia de Lisboa e suas remunerações, em cumprimento da Portaria de 8 de Janeiro de 1823. O livro contém o registo de documentos emanados da administração central da Coroa, relativos à concessão de privilégios e à doação de bens à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como à regulamentação da sua gestão administrativa, à realização de lotarias e à nomeação de indivíduos para o desempenho de diversos cargos na instituição. [1816-2-28 – 1823-7-24]. 30 × 43 × 5 cm.; 148 fólhos.; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/04/002.

[fl. 158 v.] Antonio Gregorio Gomez – Praticante supranumerario, serve ha / 8 annos e vence 200\$000 / He Proprietario, encartado, no officio de Agente das / ordens Militares, de SanThiago, e São Bento de Aviz, / com 4 moios de trigo, e 30\$000 réis em dinheiro. / Jacinto Paulo de Figueiredo, dito supranumerario, serve ha / 6. Anos; e vence 200\$000 / Theodoro Luiz Alvez Ferreira da Piedade, dito serve ha 6 / annos, e vence 200\$000 / O Padre Bernardino Pinto do Valle Peixoto, Capellaõ do / Baptismo, e Organista da Igreja, vence 270\$000 / Advogados das Causas. / Gregorio Thaumaturgo dos Santos 100\$000 / He Advogado da Basilica de Santa Maria, de que vence 96\$000 réis / Joze Antonio Coelho 100\$000 / Manoel Monteiro de Castro 100\$000 / Medicos / Joaõ Laureanno Nunes Léger, com vencimento quotidi/anno na Casa dos Expostos 200\$000 / He Mèdico da Camara de Sua Magestade com 100\$ réis de ordenado / Jgnacio Antonio da Fonseca Benevides, distinado ao curativo / das Visitadas, e servos da Misericordia, moradores no / districto da Visita de Santa Cruz, das orfas, e familia / do Recolhimento, e do Hospital das Entrevadas de / Santa Anna – vence provisionalmente 210\$000 / He Medico dos Hospitaes Regimentaes, de que / vence gratificação mensal, e pessoal / Antonio de Azevedo Correia Cardozo, distinado ao curativo / das Visitadas, e servos da Casa, residentes no dis/tricto da Visita de Nossa Senhora, vence pro/ visionalmente 150\$000 / He Medico da Familia da Capella da Bem/posta, com 70\$000 réis de ordenado – / Antonio Joze da Costa – como o antecedente – res/pectivo ao districto da Visita de Santa Catharina 140\$000 / Cirurgiãoens / Francisco Cardozo de Andrade, encarregado, como o sobredito / Medico

Benevides, vence tambem provisionalmente 106\$000 / He Cirurgiaõ da Camera Constitucional, e de São / Lazaro, com 70\$000 réis – / Ma [fl. 159] Manoel Joze Henriques Teixeira, encarregado como o sobredito / Medico Correia, tendo mais a Casa dos Expostos, que visita / diariamente, vence provisionalmente 175\$000 / He Lente de Anatomia no Hospital de São Jozé, com 480\$ réis / pela Folha do Concelho da Fasenda. E tem os Partidos do mes/mo Hospital com 200\$000 réis, e da Real Camara com 100\$000 réis / Antonio Joaquim Farto – encarregado como o sobredito Medico – / Costa – vence provisionalmente 70\$000 / He Lente de Operaçoens no dito Hospital, de que ainda / requer o ordenado no mesmo Concelho da Fazenda. E tem / os Partidos, do referido Hospital com 240\$000 réis – da Ca/mara de Sua Magestade com 100\$000 réis, e da Casa Pia com 72\$000 réis / Henrique Joze Pereira, Sangrador – vence 32\$000 / Procuradores / Joze Joaquim Pereira da Fonseca Banha 80\$000 / Antonio da Cruz Leal 80\$000 / Antonio Joze Pereira – encarregado de agenciar a creação dos / Expostos, em que se emprega diaria, e effectivamente – / Porteiro da Mesa / Antonio Luis Alves – com residencia diaria – vence 250\$000 / Tem hum andar de casas em que habita, junto ao Edefício / da Misericordia – / Homens do azul / Joze Pedro do Amaral – He Porteiro do Recolhimento das Orfas / vence 163\$990 / Tem razão, e casas junto ao mesmo Recolhimento / Francisco Joze Martins – com residencia na Casa dos Ex/postos – vence 137\$950 / Tem razão, e humas Lojas em que habita / Manoel Henriques da Cruz e Oliveira – he Porteiro da Con/tadoria, Cartorario, faz as buscas dos assentos dos Bap/tismos dos Expostos para se extrahirem Certoideens, paga / diariamente às Amas as creações delles, e recebe / o dinheiro que as partes satisfazem à boca do / cofre, que todas as semanas entrega ao Thesoureiro / geral no ultimo dia della em que se fas cofre – vence 197\$950 / Tem razão, e casas no Edefício – / João Pedro Vicente – he cobrador das rendas, e agencieia as / causas dos Presos – vence 290\$950 / Tem humas Lojas, juntas ao Edefício, em que / móra – / Fran [fl. 159 v.]

13. Fotografias de ortóteses, c. 1950–1960 (ver Caderno 1).

Fotografias que integram um álbum composto por 84 provas executadas pela Georgia Warm Springs Foundation, Estados Unidos da América, e estão associadas à formação dos primeiros técnicos orto protésicos do Hospital Ortopédico de Sant’Ana.

14. Imagiologia cerebral, investigação da Prof.ª Doutora Ana Cristina Rego, 2013.

O primeiro Prémio Neurociências Mantero Belard foi atribuído pela SCML ao projeto que tem como objetivo investigar a doença de Huntington. A doença de Huntington é uma patologia neurodegenerativa, genética, que afeta áreas específicas do cérebro humano e caracteriza-se por alterações do movimento. O projeto permitirá avaliar se a célula e os seus organelos (nomeadamente a mitocôndria, um importante produtor de energia nas células) ficam disfuncionais em fases precoces da doença, isto é, antes de ocorrer a morte neuronal causada pela doença de Huntington. Assim, utilizar-se-á um novo radiofármaco, o composto Cu(II)-ATSM PET, para análise de imagiologia cerebral numa fase pré-sintomática da patologia, isto é, numa fase precoce em que os doentes ainda não apresentam sintomas da doença. Este modelo permite detetar muito cedo onde ocorrem as alterações no cérebro e apontar novos alvos terapêuticos.

15. Sinais dos expostos (ver Caderno 2).

Cartas de jogar, algumas recortadas, que acompanharam crianças que foram deixadas ao cuidado da Santa Casa e que serviriam como identificação em caso de regresso dos pais.

16. Festa de inauguração das instalações remodeladas do Internato do Alvor, década 1960, filme.

9 minutos e 43 segundos; película de 16 mm; preto e branco, sem som. As crianças brincam e exploram as instalações do Internato. Este estabelecimento, dependente da Assembleia Distrital de Lisboa, foi integrado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por força do Decreto-Lei n.º 50/83, de 31 de Janeiro.

17. Reportagem sobre crianças do Bairro Municipal do Cruzeiro em Lisboa, 1971, filme.

24 minutos e 55 segundos; película de 16 mm; policromático, sem som. Panorâmica do Bairro, condições de salubridade e acompanhamento das atividades assistenciais desenvolvidas junto das crianças e jovens.

18. Fotografias da Sopa dos Pobres, 1959 (ver Caderno 3).

Estas fotografias integram o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confeção e Distribuição da Sopa dos Pobres*, elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959. 30,2 × 22 cm; provas fotográficas 17,5 × 12,5 cm; preto e branco.

19. Carta de guia passada por Lourenço Borges Pereira Pacheco, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1784.

Pedido de concessão de esmolas e assistência a Guilherme Bacharam, francês, que se deslocava de Braga para Lisboa. Assinam também esta carta de guia os mesários Domingos José Gomes Ribeiro, António de Lira Trancoso e Menezes, Gaspar Falcão Costa de Menezes, Lucas Joaquim Monteiro da Costa, António de Sousa e Menezes, António José Guimarães e António José da Silva Pereira. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia do Porto, Feira, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Poços, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Lisboa, entre outras. 1784/03/12–1784/04/07. 1 fôlio; papel. Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00504.

<Passou Março de 1784 / a) *Provedor* Serra> <Passou nesta Mizericórdia de Vila franca de / Xira em 31 de Marzo de / 1784 / o Provedor Aguiar Barreto> / <Passou na forma ordinária na Mizericórdia / de Coimbra 17 de Marco de / 1784 a) Britto *Provedor*> /
'O Provedor, e Irmaõs da Caza da Santa Mizeri/cordia da muito antiga, Augusta, nobre, e sem/pre leal Cidade de Braga abaixo assignados: Fa/zemos saber aos Senhores Provedores, e Irmaõs / das Santas Mizericordias, a quem esta nossa Carta de Guia / for apresentada, que desta Cidade, e Hospital della vai ² / Guilherme Bacharam de Nação Fran/ceiza em dereitura para Lisboa <Passou nesta Mizericórdia do Porto/ a 20 de Março de 1784 / a) Provedor³ / Pago /> ⁴ E por ser pobre lhe mandamos passar a prezente, pela / qual pedimos a Vossas Mercês, por Serviço de Nosso Se/nhor, o mandem favorecer com suas esmolas, como fare/mos pelas semelhantes de Vossas Mercês: Em Meza, Bra/ga de de 17 E eu ⁵ Domingos / Jozé Gomes Ribeiro ⁶ Escrivão da Santa Caza a escrevi. / ⁷ <Passou na Mizericórdia / de Leiria em 23 / de Marco de / 1784/ a) ⁸>
a) O *Provedor* Lourenço Borges Pereira Pacheco a) Domingos Jozé Gomes Ribeiro / a) Dom Antonio de Lira Trancozo e Menezes / a) Gaspar Falcaõ Cotta de Menezes / a) Lucas Joaquim Monteiro da Costa / a) António de Souza e Menezes / a) Antonio Jozé Guimarães a) Antonio Joze da Silva Pereira / a) Sebastião / [fl. 1 v.] <Passou nesta Mizericórdia de Vila / Braua a) Alues> <Passou Santa Crus de Coimbra 17 de Março / de 1784> / <Passou nesta Mizericórdia de⁹ em / 20 de Marso de 1784 / a) Azeuedo /> <Passou Nesta Mizericórdia de Feira 12 de / Março de 1784 a) *Provedor* Souza> / <Passou nesta Mizericórdia de Alcobaça / em 27 de Março de / 1784 o Secretário da / Meza / a) Almeida e Souza> / <Passou nesta Mizericórdia de Batalha / a 24 de Março de 1784 / a) Mendez> / <Passou Neste Mosteiro Real de / Alcobaça aos 27 de Março / de 84 a) O Porteiro Mór> <Passou nesta Santa Caza da mizericordia / de Pozos 31 de marco de / 1784 / a)¹⁰ /> <Passou nesta Santa Caza de Mizericórdia / da Vila de Alhandra em o 1.º / de Abril de 1784. / a) Ferreira> <Passou nesta Santa caza de / de [sic] Mizericórdia da Villa de Alverca / a) Oliveira> //

1. Segue-se texto impresso.
2. Segue-se texto manuscrito.
3. Segue-se assinatura ilegível.

- 4. Segue-se texto impresso.
- 5. Segue-se texto manuscrito.
- 6. Segue-se texto impresso.
- 7. Segue-se texto manuscrito.
- 8. Segue-se assinatura ilegível.
- 9. Segue-se palavra ilegível.
- 10. Segue-se rubrica ilegível.

20. Carta de guia passada por Francisco Pedro Baptista, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, 1784.

Pedido de concessão de esmolas e assistência a Caetano dos Santos, filho de Luís de Jesus e de Maria dos Santos, natural do Louriçal, bispado de Coimbra, que se deslocava de Coruche para o Hospital de Setúbal. Assina também esta carta de guia o mesário padre José de Sousa dos Santos. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Muge, Salvaterra de Magos, Benavente, Samora Correia, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca, Barreiro, Azeitão. 1784/02/26–1784/05/19. 1 fôlio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00990.

[fl. 1] <Passou nesta Misericórdia de vila / franca de xira em 14 de / Maio de 1784 / a) Provedor Aguiar Barreto> <Reguengos de Santarem / Passou nesta Misericórdia de / Saluatterra em / 13 de Mayo de / 1784 a) Alves> ¹ O PROVIDOR, e Irmãos da Meza da / Misericordia desta Villa de Coruche, / &c. Fazemos saber aos Senhores Pro/vedores, e Irmãos da Meza das Misericordias, / a que esta nossa Carta de Guia for apresentada, / que desta Villa vai² para o Hospital Real de Villa de / Settubal³ Caetano dos Santos, solteiro, filho de Luis / de Jezus, e Maria dos Santos, da Villa do Loirical Bis/pado de Coimbra; Socorrido com as Esmolas desta / Misericordia, e Cavalgadura⁴ / E por constar de sua muita pobreza, e ne/cessidade, foi provido com esmolas desta Santa / Casa: Pelo que pedimos a vossas mercês, que / indo seu caminho direito, o favoreção com sua / esmola. Em Meza⁵ de 26 de Fevereiro de 1784
a) O Provedor Francisco Pedro Baptista
a) O Padre Jozé de Souza dos Santos
<Passou Nesta Misericordia de / Muja em 22 de / Marso de 1784 / a) o Provedor Barboza>
[fl. 1 v.] Passou nesta Misericórdia de Benavente / em 13 de Majo de 1784 / a) O Escrivam Andrade Valente> <Passou por esta Misericórdia de Samora / Correa em 13 de Mayo de 1784 a) O Escrivam Alvarez> / <Passou nesta Misericórdia do Barreiro em 18 / de Majo de 1784 / a) O Provedor Feyo> <Passou nesta Santa Caza da Misericórdia / desta Vila de Alhandra em 14 / de Mayo de 1784 / a) Borges / Passou nesta Santa Caza da Mezericordia / desta Villa Aluerca 15 de Maio de 1784 / a) Sylva> / <Passou em esta Misericórdia de Azejtaõ aos / 19 de Maio de 1784 a) Pauleto //>

- 1. Segue-se texto impresso.
- 2. Segue-se texto manuscrito.
- 3. A palavra “Settubal” foi grafada sobre a palavra “Santarém”.
- 4. Segue-se tracejado manuscrito e texto impresso.
- 5. Segue-se texto manuscrito.

21. Carta de guia passada por frei Manuel [do Cenáculo Vilas Boas Anes de Carvalho], bispo de Beja e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Beja, 1784.

Pedido de concessão de esmolas e assistência a Domingos António, galego, que se deslocava de Beja para Lisboa. Assinam também esta carta de guia os mesários Romão António de Vargas e Abreu, João Manuel da Veiga e Bernardo Dias Poças. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Beringel, Alfundão, Alvito, Torrão, Alcácer-do-Sal, Setúbal e Palmela. 1784/02/28–1784/03/13. 1 fôlio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00426.

[fl. 1] <Passou nesta Misericórdia / de Alvito em 3 / de Março de 1784 / a) Provedor galuão>
¹O PROVIDOR, e Irmãos da Meza / da Misericordia desta Cidade de Béja, / &c. Fazemos saber aos Senhores Pro/vedores, e Irmãos da Meza das Mi/sericordias,

a que esta nossa Carta de / Guia for apresentada, que desta Cidade vai ²Domin/gos Antonio solteiro natoral de galliza para Lisboa com / cavalgadura / ³ E por nos constar de sua muita pobreza, e neces/sidade, se proveo com esmolas desta Santa Casa: / Pelo que pedimos a Vossas Mercês, que indo seu / caminho direito, o favoreção com suas esmolas. / Em Meza 28 de Fevereiro de 1784. ⁴
a) Frei Manuel Bispo de Beja. /
a) Escrivão Romão António de Vargas e Abreu /
a) João Manoel da Veijga /
a) Bernardo Dias Poças /
<Passou nesta Misericordia / de Bringel em 1 de Março / de 1784 / a) Pereira>
<Passou neste ospital de / Alfundaõ em 2 de Mar/ço de 1784 a) Manuel Fernandiz> <Passou nesta Misericórdia de vila⁵ / em 4 de Marso de 1784 a) Gama> /
[fl. 1 v.] <Passou nesta santa Caza da Misericórdia / do Torraõ Em 5 de Março / de 1784. a) Provedor Cardozo> <Passou nesta Misericórdia de Alcácer do / Sal 9 de Março de 1784 / a) Provedor Correia> <Passou nesta Misericórdia de / Palmela em 13 de Marco / de 1784 ⁶ > <Passou nesta Santa caza da Mezericordia / de Setubal 12 de Março de 1784 a) Barretto //>

- 1. Segue-se texto impresso.
- 2. Segue-se texto manuscrito.
- 3. Segue-se texto impresso.
- 4. Segue-se texto manuscrito.
- 5. Segue-se palavra ilegível.
- 6. Segue-se rubrica ilegível.

22. Bastão do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal, séc. XVI/XVII.

A haste termina em capitel, onde são representadas cenas relacionadas com obras de misericórdia: oração e enterro de um defunto, apoio espiritual e corporal aos presos, acolhimento de peregrinos e pobres. Inclui, ainda, uma quarta cena, com a representação de um casamento. Prata repuxada e cinzelada. 97 × 15 cm (diâmetro); 1.290 gr.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. MSR inv. Or.624.

23. Ofício de Joaquim A. de Évora, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora, 1791.

Envio da carta citatória de Sebastião José Alfaiate e de Luís Francisco, presos pobres. Solicita a concessão de apoio jurídico a António Baptista, serralheiro, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Évora, que se encontrava preso na cadeia do Limeiro, em Lisboa. Assinam também este ofício os mesários António Carlos de Abreu Almada da Cunha Perestrelo, António José Soares, José António da Fonseca e António Ribeiro Marrocos. Inclui uma nota referindo que este detido fora sentenciado a dez anos de degredo na Índia. 1791/01/29–1791/02/26. 3 fôlios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/01143.

[fl. 1] Jllustríssimo e Excelentíssimo Senhor / <Número 32> <Respondida a 12 de Fevereiro de / 1791> Pozemos em execução a Carta Cita/toria, que Vossa Exce-lência nos remeteu a fauor dos Pre/zos Sebastiaõ Jozé Alfayate e Luis Francisco / cuja remetemos despachada, e fes de despeza / 942 reis <novamente respondida em 26 de / Fevereiro de 1791> Em O Limoeyro dessa Carta [sic'] se / acha prezo hum Jrmaõ desta Jrmandade / ademitido a Livramento por esta Meza, e chama-do / Antonio Baptista oficial de Sarralheiro, se / elle requerer o patrocínio de Vossa Excelência grande / esmola lhe fará ademiti lo a Livramento. / Estimare-mos. que Vossa Excelência nos / pormita muitas ocaziõins de obzequiarmos / a respeitavel Pessoa de Vossa Excelência que Deus Guarde muitos / annos. Evora em Meza da Santa Caza da / Misericordia aos 29 de Janeiro de 1791 / <Jllustrissimo Excelentissimo Senhor Provedor, / e mais Senhores JJrmãos da Meza / da Santa Caza da Misericordia / da Cidade de Lisboa>
a) Joaquim A. de Evora. /
a) António Carllos de Abreu Almada Perestrelo. /
a) António Jozé Soares. /
a) Jozé Antonio da Fonceca /
a) Antonio Ribeiro Marrocos

[fl. 3] O prezo *que* veio recomendado / da Mizericordi [sic] de Evora por / nome António Bautista acha-se / ja sentenciado em des annos / para a India por Culpas de rezis/tensia e açhada de faca pende / sobre embargos tem procurador / *que* lhe trata da cauza / carta 29 de Janeiro de 1791 – já respondida / em 12 de Fave-reiro [sic]. 1791 //

1. Refere-se a “Corte” e não a “Carta”.

24. Carta do cónego António Pereira Palha, 1795.

Informação sobre o indulto concedido a [Bernardino da Silva, natural de Benavente], preso pobre [da cadeia de Lisboa]. O réu havia sido condenado à morte, mas a sua pena fora comutada para dez anos de degredo em Moçambique. 1795/08/22. 1 fólio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/01148.

Jllustríssimos e Excelentíssimos Senhores Provedor e mais Jrmãos da Meza / <Número 36> / Bem remunerado me fica o dissabor, *que* tive / nas frustradas diligências, *que* fiz a benefício do Pre/zo, com o gosto *que* recebi agora da notícia *que* / Vossas Excelências me fazem a honrra de partici/par me, de se lhe ter salvado a vida, sem / dependência do perdão da Parte, *que* taõ viva/mente rezeztio a todas as instancias. / Queira Nosso Senhor *que* elle empregue / melhor para o futuro a *que* lhe conservou: e / não menos dilatar as de Vossas Excelências para so/corro dos infelices. Eu da *minha parte* gratifi/co a Vossas Excelências a honrrroza mercê de me fa/zerem siente deste triunfo da sua cari/dade, honrando me com a participação des/ta boa obra. Deus Guarde a Vossas Excelências muitos annos / <Evora 22 de / Agosto de 1795> De Vossas Excelências / Muito Venerador, e humilde creado
a) António Pereira Palha //

25. Ofício de [António Freire Gameiro de Sousa], bispo de Aveiro, provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, 1796.

Informação sobre o apoio jurídico concedido a João Luís de Sousa e a Manuel Marques, o coxo, presos da cidade de Aveiro e acerca dos legados pios não cumpridos naquela comarca no ano de 1795. Assinam também este ofício os mesários Francisco Luís Gomes Mascarenhas, João Batista de Castro e o padre José Bernardo da Costa Valente. Inclui uma relação das despesas efetuadas com o apoio jurídico dado aos mencionados detidos, bem como um ofício de Manuel José de Almeida, procurador nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a cobrança dos referidos legados, informando que fora arrecadada a quantia de 159.985 réis. 1796/01/09–1796/02/13. 3 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00263.

[fl. 1] Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor <Número 10> / Dezejando eu satisfazer mui pontualmente á piissima / recomendação *que* Vossa Excelência foi servido fazer-me ultimamente a / favor dos prezos, João Luiz de Souza, e Manoel Marques, o coixo; mandei sem perda de tempo cuidar nas diligências rela/tivas a cada hũ deles. E ainda *que* a de Ovar teve de levar / mais tempo, por pertencer aquela Villa ao Bispado do Porto, tenho eu a satisfação de as poder agora remeter to/das a Vossa Excelência, expeditas na forma *que* se requeria, indo jun/tamente a lembrança da despeza *que* fizeram, para Vossa Excelência a poder / mandar satisfazer, como for servido. / Pelo mesmo dezejo de servir a Vossa Excelência, fiz averigu/ar, se havia, ou não, algũa cobrança de Legados não cum/pridos, pertencente a essa Santa Caza, e soube achar-se na / mão do Procurador respectivo, a quantia, *que* consta da pro-memória / incluza: a qual por isso espero ainda neste mez poder reme/ter a Vossa Excelência pelo primeiro portador *que* mandar o Adminis/trador do tabaco desta Cidade, com todas as clarezas necesarias. / E para tudo mais *que* for do Serviço de Vossa Excelência, e dëssa Meza, es/taremos nós sempre prontíssimos, e com a mais ampla, / e obziquioza vontade Deos Guarde a Pessoa de Vossa Excelência por muitos / annos Aveiro em Meza de 9 de Janeiro de 1796. /
a) António Bispo de Aveiro e Provedor
a) Francisco Luiz Gomez Mascarenhas

a) João Baptista de Castro
a) o Padre Jozé Bernardino da Costa Valente

[fl. 2] Pelas custas da citação feita na vila de / ovar para o Escrivão ----- 400 / para o Corregedor ----- 100 / para o Procurador <e> *que* foy agenciari a delegência 1\$900 / Paga 2\$400 / Custas das culpas / de Jlhaue /Apresentaçam da ordem do Dezebargador ----- \$0.54 / Traslado da quarella ----- \$220 / Dito do sumario ----- \$ 105 / Dito da Devaça ----- \$955 / Dito do suquestro ----- \$030 / Somma 1\$364 / Seguro do Correio ----- 300 / O escrivam da dita vila / Somma tudo ----- 4\$064
a) André Fernandez Pessoa /

[fl. 3] Excelentíssimo Senhor / <Respondida em 13 de / Fevereiro de 1796> / Fui, como Vossa Excelência me ordenou, para entregar / os 159\$985 pertencentes aos Hospitais da / cidade de Lisboa, dos Legados não compri/dos deste Bispado; ao Admenistrador dos / tabaços desta cidade; e me respondeo / *que* para o dinheiro hir pella Admenistração, / não tinha ordem dos contratadores gerais / de Lisboa para o receber, e *que* por isso o du/vidava fazer, Vossa Excelência dara a pro/vidência *que* lhe pareser Justa Aveiro / 23 de Janeiro de 1796 / De Vossa Excelência / O maior respeitador, e mais omilde criado / O procurador dos Legados não cumpridos /
a) Manoel Joze de Almeyda //

26. Aviso Régio de 30 de Setembro de 1760.

Comparticipação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o resgate dos cativos de Maquinez, no Norte de África, devendo pagar ao tesoureiro-geral dos Cativos a quantia de 40.000 réis por cada um dos 129 prisioneiros a libertar. 1760-9-30–1760-10-7. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/129.

[fl. 1] <Cumpra ce na forma / *que* sua Magestade ordena / e rezistado, Pacem ce / as ordens, nececarias / Lixboa em Meza 7 de / outubro de 1760 /¹ > <685> Jllustríssimo e Excelentíssimo Senhor / Por estar ajustado o resgate dos captivos, *que* / se achaõ em Maquinez; *que* saõ 129, e costumar / a Menza da Mizericordia concorrer com quaren/ta mil réis para cada hum pelos Legados *que* recebem pa/ra o *que* tem cofre separado: me ordena Sua / Magestade participe a Vossa Excelência o referido, para *que* a Me/za faça *que* os seus thezoureiros entreguem ao the/zoureiro Geral dos captivos a sobredita quantia / respectiva ao referido numero de captivos; com / declaração *que* vindo no resgate algũas pessoas Ecle/ziaisticas, ou de distinção para as quaes a mesma / Meza deva concorrer a razaõ de cem mil réis, che/gado *que* seja o resgate concorrerá com estas maiori/as. Deos guarde a Vossa Excelência Paço a 30 de Setembro de / 1760 /
a) Francisco xavier de Mendonça Furtado //
<Senhor Conde de Val de Reis.>
[fl. 1 v.] <686> Registado a folhas 10 do Livro de registo / dos avizos e deCreptos //
1. Segue-se rubrica ilegível.

27. Aviso Régio de 18 de Outubro de 1760.

Entrega de 12.000 cruzados a Nuno Álvares Pereira de Melo, encarregue de uma expedição para o resgate de cativos no Norte de África. 1760-10-18 - 1760-10-22. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/130.

[fl. 1] <Cumpra ce na forma / *que* sua Magestade orde/na, e se rezistte Lixboa / 22 de outubro de 1760¹ > <687> Jllustríssimo Excelentíssimo Senhor / Sua Magestade he Servido *que* Vossa Excelência / como Provedor da Mizericordia mande Lo/go entregar a Dom Nuno Alvarez Pereira de / Mello os doze mil cruzados *que* se achaõ prom/ptos pertencente aos captivos, por se achar / encarregado pelo mesmo Senhor da expedição do / ditto Resgatte: / Deus Guarde a Vossa Excelência Paço 18 / de Outubro de 1760
a) Francisco xavier de Mendonça Furtado /
Senhor Conde de Val de Reys

[fl. 1 v.] <688> Registado no livro do Registo / de cartas DeCretos e avizos / a fólhos 11 //

1. Segue-se rubrica ilegível.

28. Cristóvão de Almeida (1620–1679), *Oraçam fvnebre nas exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericordia desta cidade de Lisboa o muito alto & muito poderoso Rey D. Affonso VI Nosso Senhor aos soldados portuguezes que morrêrão gloriosamête em defesaõ da Patria no sitio de Villa-Viçosa e na batalha de Montes Claros este anno de 1665...*, 1665.
Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck d' Mello Impressor de Sua Alteza, 1665. (20 cm).
Cota: L.A.XVII.0576¹⁵.

29. *Missale romanũ*, 1522.
Igreja Católica. Liturgia e Ritual. Missal. *Missale romanũ*. – *Nouiter ipressuz cũ annotationibus in margine ad facillime ... , et quũ alicuius sãcti missa iperfecta est ...* Venetiarum : Luceantonij de Giunta, 1522 (22 cm).
Cota: L.A.XVI.27.

30. Antifonário, séc. XVIII.
Igreja Católica [Antifonário] [Sem folha de rosto] [S.l.: s.n., XVIII] 2.º vol. (45 cm).
Cota: L.A.Mp.XVIII.077².

31. Antônio Vieira (1608–1697), *Sermam qve pregov o P. Antonio Vieira da Companhia de Iesv na Misericordia da Bahia de todos os Santos em dia da visitaçam de Nossa Senhora Orago da Casa...*, 1658.
Em Coimbra: na impressão de Thome Carualho Impressor da Vniuersid.[ade] (20 cm).
Cota: L.A.XVII.0578⁴.

32. *Compromisso da Misericordia de Lisboa*, 1619.
Em Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1619 (26 cm).
Cota: L.A.XVII.0688.

33. Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475-1542), *Visitação*, c. 1506–1511.
Pintura a óleo sobre madeira. 177 × 93 cm. Museu de Lamego. Inv. 16.

34. Filipe de Magalhães (1563/65–1652), *Cantum ecclesiasticum praecibus apud Deum animas juvandi, corporaque humandi defunctorum officium, missam et stationes juxta ritum sacrosanctae romanae ecclesiae omnium ecclesiarum matris et magistrae...*, 1691.
[Antifonário. Gragual. Processsionário] Antverpiae: apud Henricum A Ertssens, (19 cm).
Cota: L.A. Mp. XVII. 002.

35. João Madureira, *Magnificat*, 2014 (esboço).

36. Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 2014, 110 × 160 cm.

índice

p. 3
APRESENTAÇÃO
Provedor Pedro Santana Lopes

p. 4
APRESENTAÇÃO
Maria Margarida Montenegro

p. 7
VISITAÇÃO E ERRÂNCIA:
EXPOR-SE AO ARQUIVO
Paulo Pires do Vale

p. 24
OBRAS EXPOSTAS

p. 133
VISITA A 516 ANOS DE AÇÃO
POR BOAS CAUSAS
Francisco d'Orey Manoel

p. 149
AS IDADES DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA: VELHOS E NOVOS POBRES
Isabel dos Guimarães Sá

p. 164
LISTA DE OBRAS



Página anterior: pormenor de nº 13 do cat.

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral
Maria Margarida Montenegro

Coordenação executiva
Francisco d'Orey Manoel

Catálogo

Conceção
Paulo Pires do Vale

Autores dos textos
Francisco d'Orey Manoel
Isabel dos Guimarães Sá
João Madureira
Paulo Pires do Vale

Autores das fichas do catálogo e revisão de texto
Francisco d'Orey Manoel
Nelson Moreira Antão

Transcrições paleográficas
Nelson Moreira Antão

Design e coordenação gráfica
Sílvia Prudêncio

Apoio técnico
Ana Sofia Santos
Ana Ribeiro Rosa
Carolina Capucho
Elisete Marcelino
Nelson Moreira Antão
Patrícia Lamas
Sandra Palma
Sílvia Salvado

Fotografias
Daniel Blaufuks e Pedro Costa.

Núcleo de Audiovisuais e Multimédia da SCML:
Carlos Sousa, João Pécurto e João Martins.

Obras de Misericórdia – Museu Nacional de Arte Antiga: José Pessoa, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Visitação – Museu de Lamego: José Pessoa, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Tradução para língua inglesa
Ana Yokochi e Sean Linney

Secretariado
Vanda Santos

Patrocínios
Lusitânia Seguros

Tiragem da edição
1.500 exemplares (português)
500 exemplares (inglês)

Um volume com quatro tomos.
Catálogo (inclui CD): papel Munken Lynx 120 g
Caderno 1 – Alбúm Ortóteses: papel Munken Pure 120 g
Caderno 2 – Sinais dos Expostos: papel Munken Pure 120g
Caderno 3 – Sopa dos Pobres: papel Munken Pure 100g

Impressão e acabamento
Gráfica Maiadouro, S.A.

©**Edição**
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
(Julho de 2014)

Publicação e distribuição
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa

ISBN
Versão portuguesa: 978-989-8712-07-3
Versão inglesa: 978-989-8712-08-0

Depósito legal
378009/14

CD de música
João Madureira (compositor)
Officium Vocal Group
Ana Cristina Castanhito de Almeida (harpa),
João Afonso de Bragança Pereira Coutinho (flauta)
e Luís Miguel Oliveira Gomes (clarinete).

Exposição

10 de Julho a 2 de Novembro de 1014

Curadoria
Paulo Pires do Vale

Projeto expositivo
Filipe Alarcão

Restauros
Maria José Passanha

Emprestadores
Igreja de Santa Cruz do Castelo (Lisboa)
Museu da Farmácia (Lisboa)
Museu de Lamego
Museu Nacional de Arte Antiga

Iluminação
Vitor Vajão, Atelier de Iluminação e Eletrotecnia, Ld.^a.

Montagem
ZX- Construções, Unipessoal Ld.^a

Balaclava Noir – Consultoria Técnica em Artes Visuais, Ld.^a – Abel Chaves e João Chaves

Audiovisuais
Núcleo de Audiovisuais e Multimédia da SCML:
Pedro Sabino (touchscreens),
Carlos Salgueiro (tratamento de filmes)

Agradecimentos

Ana Cristina Rego
António Filipe Pimentel (Museu Nacional de Arte Antiga)
Padre António Pedro Boto de Oliveira (Patriarcado de Lisboa)
Célia de Jesus Pina Pilão (Centro Hospitalar de Lisboa Central)
Constança Moreira Rato Azevedo Lima (Museu do Azulejo)
Padre Edgar Clara (Igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa)
Fernando Nogueira (Lusitânia Seguros)
João José da Silva Santos
João Neto (Museu da Farmácia)
Luís Sebastian (Museu de Lamego)
Maria Antónia Pinto de Matos (Museu do Azulejo)
Marta Wengorovius
Rosário Dantas (Museu da Cidade – Lisboa)
Ruy de Carvalho
Tomás Maia
Vasco Peixoto de Freitas

ESTE CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO VISITAÇÃO.
O ARQUIVO: MEMÓRIA E PROMESSA É
COMPOSTO POR UM VOLUME EM
QUATRO TOMOS, TENDO SIDO
IMPRESSO PELA GRÁFICA
MAIADOURO, S.A.
ENTRE JUNHO E
JULHO DE
2014.

